



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA/DF
2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017.

BRASÍLIA, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Presidente

Abilio Baeta Neves

Diretor de Gestão

Anderson Lozi da Rocha

Diretor de Programas e Bolsas no País

Geraldo Nunes Sobrinho

Diretora de Avaliação

Rita de Cássia Barradas Barata

Diretora de Relações Internacionais

Concepta Margaret Mcmanus Pimentel

Diretor de Formação de Professores da Educação Básica

Marcelo Câmara dos Santos

Diretor de Educação à Distância

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor de Tecnologia da Informação

Sandro de Oliveira Araújo

Auditor-Chefe

Marcos Mendonça da Silva

Procuradora-Chefe Substituta

Lisbete Gomes Araújo

BRASÍLIA/DF, 2017.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CsF – Ciência sem Fronteiras

DAV – Diretoria de Avaliação

DEB – Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DED – Diretoria de Educação a Distância

DGES – Diretoria de Gestão

DPB – Diretoria de Programas e Bolsas no País

DRI – Diretoria de Relações Internacionais

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IES – Instituição de Educação Superior

MEC – Ministério da Educação

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (item 3.6) - Número de alunos matriculados por nível em 2016

Tabela 2 (item 3.6) - Número de alunos matriculados por nível em 2016

Tabela 3 (item 3.6) - Número programas de pós-graduação, por nível, em 2016

Tabela 4 (item 3.6) - Síntese dos Acúmulos indevidos apontados pela CGU - DEB

Tabela 5 (item 3.6) – Quantitativo de polos UAB – DED

Tabela 6 (item 5.1) – Estruturas de governança na CAPES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (item 3.1) - Áreas e subunidades estratégicas

Quadro 2 (item 3.6) - Projeção de vagas deferidas para os anos de 2016 e 2017 – DED

Quadro 3 (item 3.6) - Vagas do Edital 75/2014 projetas por região – DED

Quadro 4 (item 3.6) – Execução Orçamentária de 2015 – DED

Quadro 5 (item 3.6) – Execução Orçamentária de 2016 e meta para 2017 – DED

Quadro 6 (item 3.6) – Alunos matriculados nos PROEBs, em 2016 – DED

Quadro 7 (item 3.6) – Alunos titulados nos PROEBs, até o ano de 2016 - DED

Quadro 8 (item 4.3.1) – Ações relacionadas a Programa Temático do PPA e de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 9 (item 4.3.4) – Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 10 (item 4.3.5) - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 11 (item 4.3.5) - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro 12 (item 4.3.5) – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 13 (item 4.3.5) – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 14 (item 4.3.5) - Instrumentos cadastrados no SIAFI

Quadro 15 (item 4.3.8) - Despesas por modalidade de contratação

Quadro 16 (item 4.3.8) - Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 17 (item 6.1.1) - Força de trabalho da UPC

Quadro 18 (item 6.1.1) - Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 19 (item 6.1.1) - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 20 - (item 6.1.2) – Despesas do pessoal

Quadro 21 - (item 6.1.4) - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade



Quadro22 – (item 6.1.4) Composição do Quadro de Estagiários



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (item 3.5) – Organograma da CAPES

Figura 2 (item 3.6) - Sistema de Avaliação da Pós-graduação – DAV

Figura 3 (item 3.6) – Estrutura da DEB

Figura 4 (item 3.6) – Macroprocessos operacionais da DEB

Figura 5 (item 7.3) – Percentual de total das respostas às duas perguntas – CCS/GAB

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- Anexo I (item 3.6) – Macroprocessos finalísticos DAV
- Anexo II (item 3.6) – Macroprocessos finalísticos DED
- Anexo III (item 3.6) – Macroprocessos finalísticos DPB
- Anexo IV (item 3.6) – Macroprocessos finalísticos DRI
- Anexo V (item 8.4) – Balanço financeiro
- Anexo VI (item 8.4) – Balanço orçamentário
- Anexo VII (item 8.4) – Balanço patrimonial
- Anexo VIII (item 8.4) – Demonstração das variações patrimoniais
- Anexo IX (item 8.4) – Demonstração do fluxo de caixa
- Anexo X (item 5.1) – Portaria CAPES 20/2015
- Anexo XI (item 5.1) – Portaria CAPES 63/2015
- Anexo XII (item 5.1) – Resolução do Conselho Superior 04/2014

SUMÁRIO

2. Apresentação

3. Visão geral da unidade

3.1 Finalidade e competências

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

3.3 Breve histórico da entidade

3.4 Ambiente de atuação

3.5 Organograma

3.6 Macroprocessos finalísticos

4. Planejamento organizacional e resultados

4.1 Planejamento organizacional

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

4.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas

4.3.7 Informações sobre a realização das receitas

4.3.8 Informações sobre a execução das despesas

4.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

4.4 Desempenho operacional

4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5. Governança

5.1 Descrição das estruturas de governança

5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

5.4 Gestão de riscos e controles internos

5.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

6. Relacionamento com a sociedade

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão de frota de veículos

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

6.2.4 Gestão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

6.3 Gestão da tecnologia da informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

6.4 Gestão de fundos e programas

6.4.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

7. Relacionamento com a sociedade

7.1 Canais de acesso ao cidadão

7.2 Carta de serviços ao cidadão

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

8. Desempenho financeiro e informações contábeis

8.1 Desempenho financeiro no exercício

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pelas Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

9. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

2. APRESENTAÇÃO

Em 2016, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES deu continuidade as suas ações de fomento com vistas a promover a formação de pessoal qualificado para o fortalecimento e crescimento da pós-graduação e para a melhoria da educação básica brasileira, por meio da manutenção das bolsas de estudo, pesquisa e fomento à pós-graduação e à educação básica.

No país, foram concedidas 100.433 bolsas (Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB), das quais, 47.849 de mestrado, 43.188 de doutorado, 6.999 de pós-doutorado, 191 de Professor Visitante Sênior, 52 de Supervisão, 1.654 de iniciação científica e 500 para o Programa Idiomas sem Fronteiras. Além da manutenção das principais ações voltadas para o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, foram lançados novos editais e firmadas novas parceiras/acordos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Entre as novas ações implementadas em 2016, destacam-se os editais de indução a pesquisas de suporte a situações críticas e emergenciais, tais como os de apoio a pesquisas sobre o vírus zika e para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em 2016 a CAPES deu continuidade à sua política de estabelecimento de parceiras com outros órgãos, tendo firmado acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Esses novos acordos somaram-se aos já existentes, firmados com os ministérios da Defesa, da Integração, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, além do CNPq, Inmetro, Embrapa, Fiocruz, CNJ, ITA, CNPEM, SAE/PR, SDH/PR, Eletrobrás e Instituto do Aço. No referido exercício foram mantidas as parcerias com os governos estaduais por meio de 24 acordos de cooperação firmados com as Fundações Estaduais e Amparo à Pesquisa (FAPs). Tendo em vista que a expansão do apoio à pós-graduação requer também ações voltadas ao combate às assimetrias regionais existentes no SNPG, a CAPES, em consonância com o estabelecido no PNPG 2011-2020, desenvolve atividades de incentivo e de indução ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente. Entre elas, destacam-se o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade. Entre as iniciativas realizadas em 2016 com vistas a reduzir as

assimetrias, foi dado início ao financiamento de 23 novos projetos Dinter aprovados em 2015, dentre os quais 18 beneficiam diretamente docentes e instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também em 2016, foi realizada uma concessão adicional de 302 bolsas de mestrado e 252 bolsas de doutorado às IES da Região Norte que possuem programas de pós-graduação recomendados pela CAPES. Essa concessão atendeu a uma demanda feita pelos representantes do Fórum de Reitores da Região Norte, expressa na “Carta Rio Branco”.

Por fim, ressalta-se no exercício, a continuidade do Portal de Periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a 430 instituições de ensino e pesquisa no Brasil um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional. O Portal conta com um acervo de 37.786 periódicos em textos completos, 128 bases de dados de referências e resumos, 65 bases de teses e dissertações, 43 obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios etc), 11 bases de patentes, 31 bases de dados com livros, resultando na disponibilidade de mais de 274 mil documentos eletrônicos (capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc), 66 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e 14 bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas).

Em 2016, as ações da Diretoria de Relações Internacionais foram voltadas para a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia com foco no aprimoramento das relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, na fixação de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil para a formação de redes de colaboração sólidas e permanentes, no incremento do intercâmbio de pesquisadores de excelência entre o Brasil e outros países e na abertura de canais de comunicação entre áreas de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

A internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia gerou impacto nos conhecimentos, habilidades e atitudes dos egressos que realizaram sua formação no exterior, com consequências no aprimoramento de processos e resultados com os quais estejam envolvidos.

Destaca-se, ainda, que a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia tem sido essencial para o diálogo do Brasil com o mundo e a sua inserção econômica, cultural, científica e tecnológica internacional.

Neste ano, foram beneficiados 18.829 estudantes, professores e pesquisadores com bolsas de estudo, além de terem sido financiados 1.322 projetos

conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito das ações de fomento da Diretoria.

Acerca da importante missão de avaliação dos programas de Pós-Graduação brasileiros - cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado – que compõe o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) - no último ano, a CAPES, junto com a Academia, decidiu pela reformulação do principal processo avaliativo, até então, conhecido como “Avaliação Trienal”. Dentre as mudanças, optou-se por uma nova periodicidade da Avaliação, que passa a ser quadrienal, e pela melhoria no sistema tecnológico envolvido, a Plataforma Sucupira. Essa reformulação se deve ao fato da expansão e modernização do SNPG não comportar mais o modelo que até então vigorava, tanto por questões logísticas, quanto processuais e tecnológicas.

No âmbito da formação de profissionais de magistério para a educação básica, no ano de 2016, a CAPES investiu R\$ 661.871.194,36 na modalidade presencial. Destacam-se Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, com o apoio médio mensal de 73.300 bolsas aos participantes, e o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR que no período 2009 – 2016 já formou 34.549 professores em serviço. No segmento a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) programa do Governo Federal cujo objetivo é subsidiar e promover a capacitação na modalidade à distância, que contou no ano de 2016 com 106 instituições, 727 polos aptos e mais de 593.328 alunos matriculados.

Informações detalhadas acerca da execução das iniciativas supramencionadas e as outras que ainda não foram citadas, mas que também foram executadas pela Fundação em 2016, serão apresentadas nos próximos capítulos do documento.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 Finalidade e competências

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação do sistema de pós-graduação nacional *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e este por sua vez, na formação de quadro qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. A partir de 2007, passou também a atuar na formação de profissionais da educação básica. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Incentivo e viabilização do acesso à produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de profissionais da educação básica nos formatos presencial e a distância.

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Quadro 1 – Áreas e subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Representar a CAPES na qualidade de dirigente.	Carlos Afonso Nobre	Presidente	06/05/2015 até 06/06/2016
Presidência	Representar a CAPES na qualidade de dirigente.	Abilio Afonso Baeta Neves	Presidente	10/06/2016 até o presente momento.

Diretoria de Programas e Bolsas no País -DPB	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Márcio de Castro Silva Filho	Diretor	26/02/2013 até 28/01/2016
Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Mercedes Maria da Cunha Bustamante	Diretora	11/02/2016 ate 17/06/2016
Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Geraldo Nunes Sobrinho	Diretor	17/06/2016 até o presente momento.
Diretoria de Relações Internacionais - DRI	Concessão de bolsas de estudos para o exterior e fomento de projetos em cooperação com outros países.	Adalberto Luis Val	Diretor	11/08/2015 até 01/02/2016
Diretoria de Relações Internacionais - DRI	Concessão de bolsas de estudos para o exterior e fomento de projetos em cooperação com outros países.	Concepta Margaret McManus Pimentel	Diretora	22/04/2016 até o presente momento
Diretoria de Avaliação - DAV	Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.	Arlindo Philippi Júnior	Diretor	18/06/2015 até 10/06/2016
Diretoria de Avaliação - DAV	Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.	Rita de Cássia Barradas Barata	Diretora	08/08/2016 até o presente momento.
Diretoria de Educação à Distância - DED	Fomentar a Educação a Distância e conceder bolsas para mestrados profissionais.	Jean Marc Georges Mutzig	Diretor	20/06/2014 até 01/09/2016
Diretoria de Educação à Distância - DED	Fomentar a Educação a Distância e conceder bolsas para mestrados profissionais.	Carlos Cezar Modernel Lenuzza	Diretor	01/09/2016 até o presente momento.
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB	Formar profissionais da Educação Básica	Irene Maurício Cazorla	Diretora	02/12/2015 até 26/09/2016
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB	Formar profissionais da Educação Básica	Marcelo Câmara dos Santos	Diretor	16/01/2017 até o presente momento
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB	Formar profissionais da Educação Básica	Carlos Cezar Modernel Lenuzza	Diretor	05/01/2017 (interino)

Diretoria de Gestão - DGES	Gerir administrativamente a CAPES.	Weder Matias Vieira	Diretor	02/10/2014 até 09/03/2016
Diretoria de Gestão - DGES	Gerir administrativamente a CAPES.	Marta Wendel Abramo	Diretor	09/03/2016 até 08/08/2016
Diretoria de Gestão - DGES	Gerir administrativamente a CAPES.	Anderson Lozi da Rocha	Diretor	08/08/2016 até o presente momento
Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI	Gerir a tecnologia de informação da CAPES.	Sérgio da Costa Cortes	Diretor	27/03/2012 até 08/08/2016
Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI	Gerir a tecnologia de informação da CAPES.	Sandro de Oliveira Araújo	Diretor	08/08/2016 até o presente momento

Fonte:

[APE/GAB.](#)

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741. Durante 10 anos, a entidade funcionou como uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq, criado em 15 de janeiro de 1951, como autarquia vinculada a Presidência da República), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio. No ano de 1961, a CAPES passou a ser um órgão subordinado diretamente à Presidência da República (Decreto nº 50.737/61) e continuou assessorado por representantes de outros entes governamentais. Cerca de três anos depois, foi sancionado o Decreto nº 53.932/64, o qual definia a unificação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e do Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Cultura.

Em 1970, por meio de uma nova norma, foi atribuída à CAPES autonomia administrativa e financeira (Decreto 66.662/70), o que lhe facultou maior independência na definição e execução das políticas públicas de sua competência. Finalizando a primeira etapa do ciclo de maturação institucional, a soberania do órgão foi consolidada em 1974, quando a estrutura organizacional foi amplamente discutida e propostos pela primeira vez o regimento interno, o organograma e o quantitativo de cargos comissionados da Instituição (Decreto 74.299/74).

Durante as décadas seguintes, a CAPES vivenciou um período de estabilidade em sua estrutura administrativa. Somente em 1981, mudanças expressivas voltaram a acontecer. Por meio do Decreto nº 86.791, a instituição tornou-se agência executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Nesse período, destacou-se o fortalecimento de sua contribuição na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação e a responsabilização pela elaboração do Plano Nacional de Pós- Graduação *Stricto Sensu*.

No governo Collor, a Medida Provisória nº 150, de 15 março de 1990, extinguiu a CAPES, ato que desencadeou intensa mobilização da população, em especial da comunidade acadêmico- científica. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizam protestos e com o apoio do Ministério da Educação conseguiram reverter a medida (que ainda seria apreciada

pelo Congresso Nacional). Em 12 de abril do mesmo ano, a CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028. Após dois anos, a Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, autorizou o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública, o que conferiu novo vigor à Instituição.

O Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei nº 11.502/2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nos 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição foi consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Em 2012, a CAPES passou por uma nova reformulação administrativa na qual a principal inovação foi a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação (Decreto 7692/2012). Em 31 de janeiro de 2017, houve a publicação do Decreto 8.977, de 30 de janeiro de 2017, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da CAPES, revogando o Decreto nº 7692/2012.

3.3 Breve histórico do órgãos ou da entidade

A criação da CAPES ocorreu num contexto histórico em que a Ciência e Tecnologia tornavam-se condições essenciais para a manutenção do crescimento do Brasil. No final da década de 40 e início da década de 50, durante o início do segundo governo Vargas, a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais. Foi nesse ambiente que a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi concebida, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos

públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país"(Decreto nº 29.741/1951). Até o ano de 1964, o professor Anísio Spínola Teixeira foi designado o dirigente máximo da Comissão.

Em 1953, sob a gestão de Teixeira, foi implantado o Programa Universitário, principal linha de ação da CAPES à época. O Programa orientou as primeiras ações institucionais - que desde seus primórdios previu a atuação em colaboração com as universidades e institutos de ensino superior - na contratação de professores visitantes estrangeiros, no estímulo às atividades de intercâmbio, na cooperação interinstitucional, na concessão de bolsas de estudos e no apoio a eventos de natureza científica. Destaca-se ainda, as virtuosas ações voltadas para a implantação e a expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados.

A partir de 1966, o governo federal começou a apresentar planos de desenvolvimento. No plano educacional, distinguiu-se a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental e a consolidação do regulamento da pós-graduação (Parecer 977, de 1965). No processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para a política de ensino superior e a de ciência e tecnologia, a CAPES ganhou novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras.

Em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação. Em julho de 1974, o novo Regimento Interno da CAPES incentivou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação. A tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da CAPES. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

Em 2007, a CAPES assume a atribuição de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e programas de estudos e pesquisas em educação. Para cumprir com essas atribuições, foram criadas duas novas diretorias, a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB, a Diretoria de Educação a Distância (DED) e o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

Para cumprir com suas atribuições, a Capes implementou um conjunto de ações, entre as quais o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor destinado a poiar a ampliação do acesso dos professores à formação inicial gratuita e de qualidade, por meio da oferta de cursos na modalidade presencial e a distância.

Até o momento tiveram acesso aos cursos do Parfor 94.247 professores da DEB - educação básica e 446.767 professores da DED (Licenciaturas, Especializações e Mestrado Profissional). Totalizando 541.014 professores beneficiados com essa ação.

3.4 Ambiente de atuação

A CAPES tem o papel de expandir e consolidar a pós-graduação brasileira, promover a cooperação acadêmica internacional e a formação de profissionais da educação básica. Para atingir seus objetivos, a instituição trabalha em parceria com universidades, centros universitários, institutos de pesquisa, docentes, discentes e pesquisadores.

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parceira com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira. Competência esta atribuída pelo Decreto nº 7.692/2012, Art. 2, § 1 “a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos desse nível”. Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Nesse caso, a CAPES fomenta a pós-graduação através da concessão de bolsas, fomento a editais estratégicos, consoante com o Decreto nº 7.692/2012, Art. 2, § 1 “estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos”.

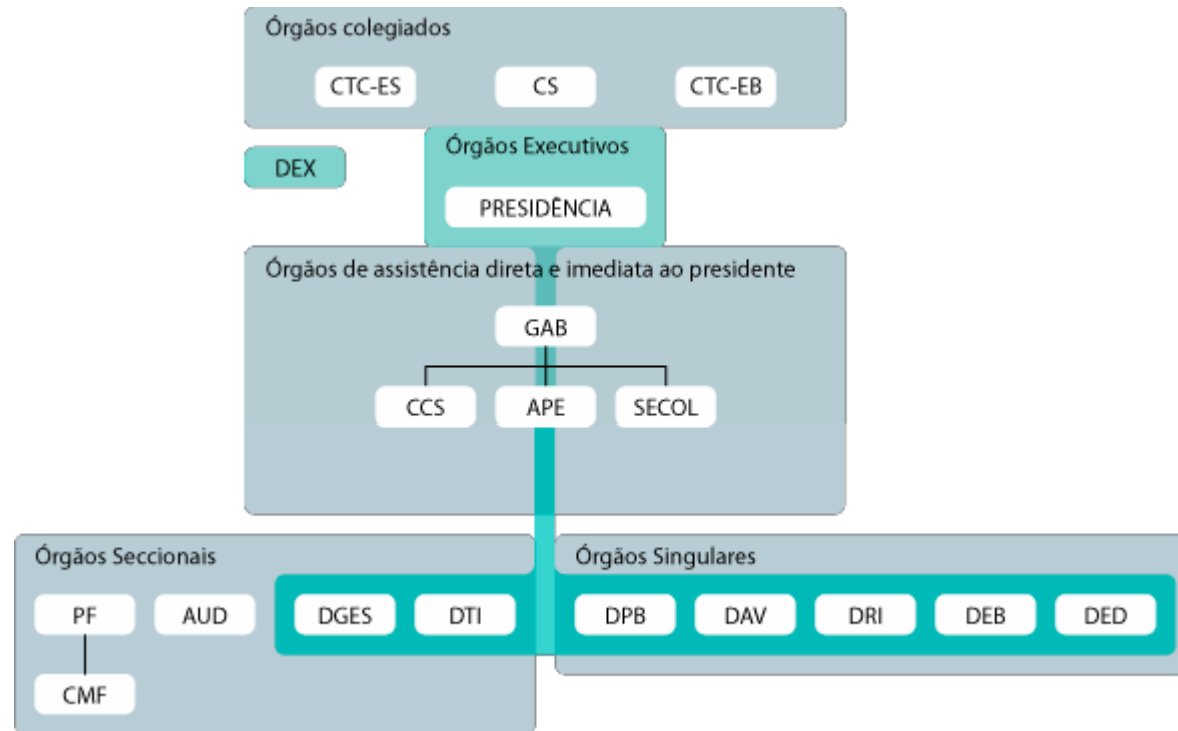
Já no âmbito internacional, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo desta parceria é a troca de experiência entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras. Para isso, a CAPES concede bolsas para

docentes estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, assim como concede bolsas para discente da pós-graduação e da graduação estudarem no exterior.

Os serviços e produtos entregues à sociedade pela CAPES podem ser agrupados em três grandes categorias: regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, fomento à projetos e oferta de bolsas e auxílios a pessoas físicas. As bolsas e auxílios são concedidos para discentes e docentes da pós-graduação, da graduação e profissionais da educação básica. O fomento financia a aquisição de material de custeio e consumo para projetos de pesquisa nacionais ou em colaboração internacional. Já a regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* é feita por meio de criteriosa avaliação das propostas de cursos novos e de cursos existentes de pós-graduação *stricto sensu*. Tais políticas, sempre vinculadas à mecanismos autorregulados de mérito e julgamento por pares, promovem e sustentam o Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Universidade Aberta do Brasil e corroboram para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação no Brasil.

3.5 Organograma

Figura 1 – Organograma da CAPES



3.6 Macroprocessos finalísticos

Diretoria de Avaliação – DAV

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação constitui-se em dois macroprocessos finalísticos que abrangem a entrada e a permanência de cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG (Figura 2).

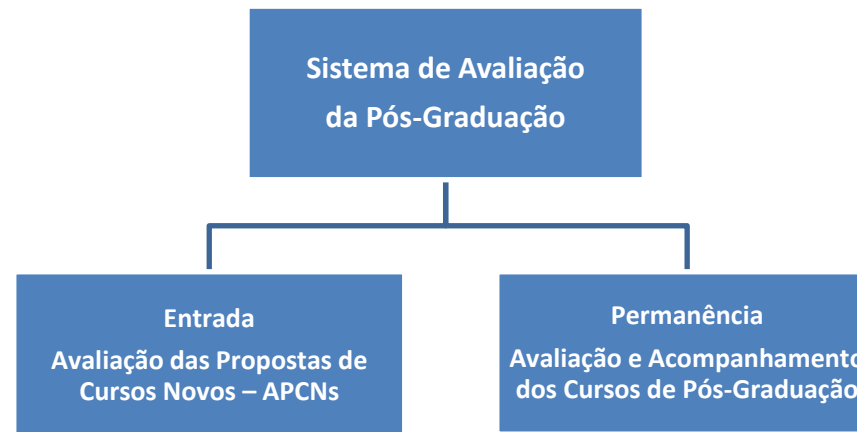


Figura 2 - Sistema de Avaliação conduzido pela Diretoria de Avaliação/Capes

Ambos os macroprocessos, entrada e permanência, são conduzidos com base nos seguintes fundamentos:

- Reconhecimento e Confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela prática da *análise por pares*;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação no Portal da CAPES das ações, decisões e resultados.

O conjunto de ações desenvolvido em atendimento ao Sistema de Avaliação, na forma como implantado e gerido pela CAPES, tem como objetivo assegurar o crescimento quantitativo e a distribuição equilibrada dos mestrados e doutorados no país sem, contudo, colocar em risco o nível de qualidade já alcançado.

Os principais indicadores disponíveis na data de elaboração deste relatório, referentes aos programas de pós-graduação em funcionamento, são mostrados nas tabelas abaixo.

Tabela 1. Número de alunos matriculados por nível em 2016. (*)

Nível	Número de alunos
Doutorado	109.273
Mestrado	132.055
Mestrado Profissional	34.151
Total	275.479

Tabela 2 Número de alunos matriculados por nível em 2016. (*)

Nível	Número de alunos
Doutorado	19.359
Mestrado	45.103
Mestrado Profissional	9.047
Total	73.509

Tabela 3. Número programas de pós-graduação, por nível, em 2016.

Categoria	Número de programas
Mestrado/Doutorado	2.135
Mestrado	1.402

Doutorado	86
Mestrado Profissional	793
Total	4.416

(*) Os dados de 2016 ainda se encontram em consolidação.

Em consonância com a sistemática de trabalho estabelecida pela DAV, as instituições têm o prazo até o dia 10 de março de 2017 para inserirem as informações sobre seus programas de pós-graduação referentes ao ano-base 2016 na Plataforma Sucupira. Sendo assim, a consolidação dos indicadores relativos àquele ano só poderá ser realizada em data posterior.

Os macroprocessos finalísticos da DAV estão sumarizados no **ANEXO I**.

É a qualidade, em última análise, que se encontra no foco dos resultados produzidos pela avaliação do SNPG, cujos clientes e beneficiários incluem:

Clientes externos:

- 1) Candidatos a vagas em programas de pós-graduação: contam com a relação dos cursos recomendados e reconhecidos para guiá-los na escolha de cursos;
- 2) Sociedade brasileira: beneficiários, em última análise, dos produtos de pesquisa gerados em programas de pós-graduação mantidos no SNPG por critério de qualidade;
- 3) Instituições de ensino e de pesquisa: encontram nos resultados do processo de avaliação os parâmetros e critérios necessários para a submissão de propostas de cursos novos;
- 4) Programas de pós-graduação: conhecem os parâmetros e critérios utilizados na avaliação dos programas de sua área, numa perspectiva comparativa.

Clientes internos:

- 1) Diretoria de Programas e Bolsas – DPB, Diretoria de Relações Internacionais – DRI, Diretoria de Educação à Distância – DED e Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB: guiam-se pelos resultados da avaliação para a distribuição de recursos de fomento (bolsas, auxílios etc).

No âmbito do Sistema de Avaliação, cada ciclo gera produtos expressos na forma de:

- 1) Documentos de área elaborados no âmbito de cada coordenação de área contendo os critérios a serem adotados na avaliação dos programas de pós-graduação em funcionamento no SNPG. Trata-se de elemento de referência para a condução dos processos avaliativos, a partir do qual as bases da avaliação em cada uma das 49 áreas são levadas ao conhecimento de todos os interessados;
- 2) Critérios para apresentação de propostas de cursos novos (APCN): cada coordenação de área divulga os requisitos para a elaboração das propostas de cursos novos;
- 3) Fichas de avaliação preenchidas para cada programa de pós-graduação durante as reuniões presenciais das comissões de avaliação; estas fichas apresentam os quesitos e itens determinados em comum acordo por todas as áreas de avaliação, acompanhados dos pesos, indicadores e métricas utilizados na aferição dos conceitos correspondentes, assim como a nota final atribuída a cada programa de uma mesma área pelas comissões de avaliação;
- 4) Relatórios da avaliação elaborados pelas comissões de área ao final do período de reuniões presenciais e que seguem um modelo padrão aprovado pelo CTC-ES e trazem considerações gerais a respeito da Avaliação, critérios para classificação da produção intelectual, critérios utilizados em cada quesito e item da Ficha de Avaliação, indicadores considerados para atribuição de notas 6 e 7 e a síntese da avaliação, comparando-a com os períodos avaliativos anteriores;
- 5) Planilhas de resultados da Avaliação, expressos em notas que variam de 1 a 7, e que subsidiam as decisões do Conselho Nacional de Educação - CNE quanto à renovação de reconhecimento ou ao descredenciamento dos cursos avaliados;
- 6) Painéis de Indicadores: painéis que apresentam dados da avaliação dos programas de pós-graduação na forma de gráficos e tabelas;
- 7) Relação atualizada, disponível no Portal da CAPES, dos cursos recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE, a partir da análise de novas propostas de cursos e dos dados relativos aos cursos em funcionamento. Esta informação é de fundamental importância para a sociedade, uma vez que somente diplomas emitidos por cursos reconhecidos têm validade no território nacional;

- 8) Listas com os resultados da classificação de periódicos (Qualis) nos quais docentes e discentes dos programas de pós-graduação divulgam sua produção intelectual num determinado período avaliativo.

Principais parceiros externos:

A Diretoria de Avaliação (DAV) é o setor da CAPES responsável pelos dois macroprocessos finalísticos inerentes ao sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. A DAV conta com o suporte técnico-logístico de seu quadro de servidores efetivos direcionado à condução do trabalho avaliativo realizado por consultores ad hoc providos da comunidade acadêmico-científica.

Em conjunto com a Diretoria de Avaliação, estes consultores desenvolvem as atividades de análise de mérito, de acompanhamento e de recomendação dos programas de pós-graduação, além de contribuir com deliberações a respeito de políticas da avaliação e da pós-graduação. Todas essas atividades são coordenadas por 147 docentes e pesquisadores de várias instituições do país, que figuram como coordenadores de área de avaliação durante o período de seu mandato.

A participação desses consultores ad hoc se estende, igualmente, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), responsável pela elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, ao sistema nacional de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. No que tange ao sistema de avaliação, o CTC-ES estabelece a sistemática e o conjunto de quesitos básicos a serem adotados pelas comissões de área na realização da avaliação e delibera sobre o mérito das propostas de cursos novos e dos cursos em funcionamento. Enquanto parceiros externos à CAPES, incidem sobre as atividades desses consultores custos relativos à consultoria, tecnologia da informação (TI), diária, hospedagem, passagem, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.

Outro parceiro externo é o Fórum Nacional de Pró-Reitores (FOPROP), que consolida e apresenta à CAPES, por meio do seu representante no CTC-ES, as demandas das instituições expressas por seus Pró-Reitores. Em 2016, a CAPES participou do Encontro Nacional de Pró-Reitores

(ENPROP), prestando esclarecimentos a respeito do processo de avaliação e de fomento, além de discutir e avaliar a possibilidade de atendimento às demandas trazidas pela comunidade acadêmica.

O Conselho Nacional de Educação/MEC é o parceiro externo à CAPES responsável por analisar e homologar os pareceres e as notas recomendadas às propostas de cursos novos e aos programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES para fins de reconhecimento, renovação de reconhecimento ou descredenciamento de programas de pós-graduação.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) possui duas coordenações-gerais que são a Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério (CGV) e a Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica (CGDOC).

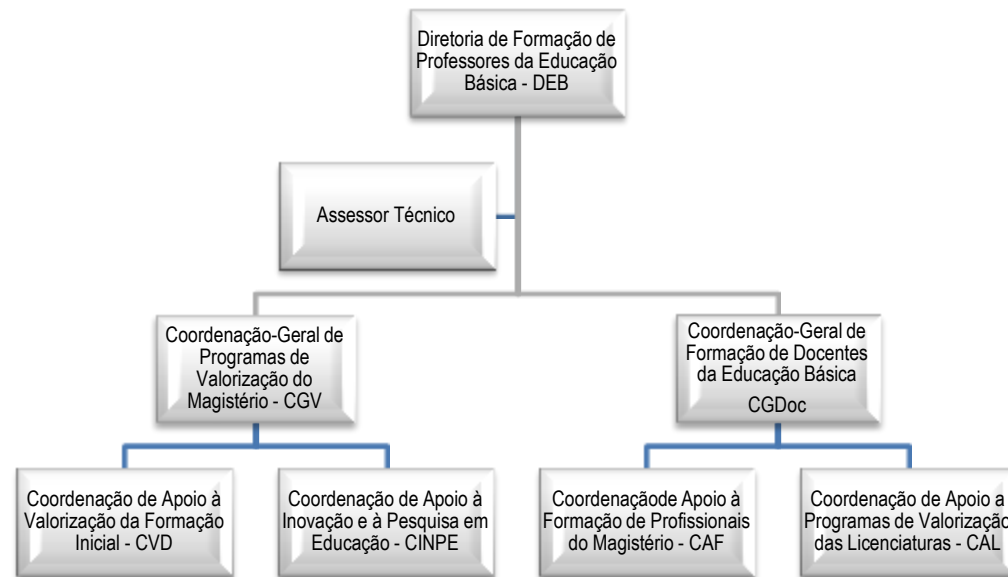


Figura 3: Estrutura da DEB

Compete à DEB: a) fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica; b) articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo; e c) promover a articulação entre escolas da rede pública e instituições formadoras de profissionais da educação básica.

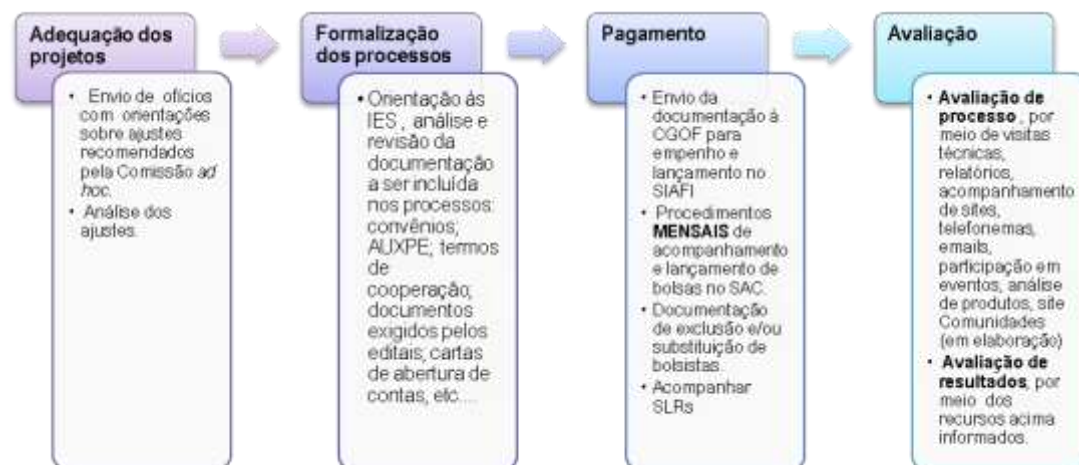
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA DEB

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação, as quais correspondem aos **macroprocessos finalísticos** pelos quais a DEB é responsável: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação *stricto sensu* associada à pesquisa e (d) divulgação científica.

Em 2016, a DEB deu continuidade às linhas de ação:

1. Formação inicial: Parfor e Pibid;
2. Formação Continuada e Extensão: Residência Docente do Colégio Pedro II
3. Formação *stricto sensu* associada à pesquisa: Obeduc;
4. Divulgação científica:
 - a. Apoio às Olimpíadas Brasileiras das Escolas Públicas (Obmep);
 - b. Parcerias institucionais em Educação Básica: Projeto Água com vigência até 2016;
 - c. Projetos especiais: Projeto *Helidesgn*.

As quatro vertentes dos **macroprocessos finalísticos** estão organizadas em um conjunto de **macroprocessos operacionais** que, respeitando as peculiaridades de cada programa, respondem por sua implementação e gestão. Os referidos **macroprocessos operacionais** podem ser sumarizados da seguinte forma (Figura 4):



CONDUÇÃO DOS MACROPROCESSOS AO LONGO DE 2016

A DEB manteve seu objetivo de busca do aprimoramento das rotinas operacionais ao longo de 2016. Serão discutidas a seguir as principais ações empreendidas nesse sentido.

I. Aperfeiçoamento do controle do pagamento de bolsistas

A cobrança dos acúmulos indevidos de bolsas iniciado em 2015 teve prosseguimento ao longo de 2016. Uma síntese atualizada destes casos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 4. Síntese dos Acúmulos indevidos apontados pela CGU

Programa DEB	Nº de bolsistas com possibilidade de acúmulo indevido de bolsa (mapeamento CGU)	Nº de bolsistas comunicados	Nº de bolsistas que já ressarciram as bolsas acumuladas indevidamente até a presente data (8/3/2017)*
Pibid	3.169	3.169	519
Parfor	539	539	58
Obeduc	275	275	73
Projetos Especiais	119	119	09
Total	4.102	4.102	659

* informados apenas os ressarcimentos totais

Para aprimorar os procedimentos operacionais e coibir futuros acúmulos, novas ações foram implementadas ou estão em andamento:

- a) Criação de Grupo de Trabalho, contendo representantes de todas as diretorias da Capes que pagam bolsas, com o objetivo de elaborar uma portaria que trate de forma institucionalizada os procedimentos de cobrança de valores no caso de não atendimento das obrigações assumidas pelos bolsistas da Capes;
- b) Criação de processos individuais para os 4.102 casos de acúmulo da DEB. A individualização dos processos de acúmulos permite um melhor acompanhamento, pois facilita o acesso as informações de um acúmulo indevido específico, além de conferir maior transparência as informações;
- c) Revisão dos recursos apresentados por beneficiários de bolsas acumuladas indevidamente que fogem ao padrão de acúmulo mapeado na maior parte dos casos e que necessitam de trabalho individualizado;
- d) Verificação das devoluções efetuadas por meio de GRU e que são resultantes dos processos de cobrança dos acúmulos indevidos.

II. Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Outra iniciativa institucional que tem contribuído para uma maior integração de procedimentos entre as Diretorias da Capes é o SEI. Desde sua implementação, anterior a 2016, nota-se um melhor controle do fluxo dos processos. Há uma otimização do controle dos registros e um aumento da transparência no fluxo das informações, uma vez que qualquer usuário do SEI tem acesso a qualquer processo que não seja sigiloso.

III. Medidas internas da DEB que contribuíram para o aprimoramento das rotinas operacionais

São apresentadas a seguir iniciativas internas da DEB que melhoraram a eficiência operacional da Diretoria:

- a) Atualização do manual de prestação de contas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Com a divulgação desse documento espera-se reduzir a incidência de erros evitáveis que estão ocorrendo nos relatórios de prestação de contas do objeto encaminhados pelos beneficiários do Programa;
- b) Realização do mapeamento e do planejamento estratégico do Pibid para 2017;
- c) Reestruturação da Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica (CGDOC), que passou a organizar suas atividades por processos e não mais por programas. Essa reformulação permitiu uma maior eficiência na operacionalização; e
- d) Maior integração com o Setor de Prestação de Contas, permitindo o alinhamento e a melhoria de procedimentos, de forma a evitar o retrabalho.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Externamente, a DEB articula-se com órgãos e associações de classe que desenvolvam políticas, programas e avaliação da formação e valorização da carreira docente, dentre eles a Secretaria de Educação Básica/MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e a União de Dirigentes Municipais de Educação - Undime.

Considerando a especificidade dos programas da Diretoria, os principais parceiros são as Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente os cursos de licenciatura, que executam na ponta os cursos de formação e projetos de valorização de professores. No segmento da pesquisa científica, os programas de pós-graduação e os pesquisadores dessas IES são esses elos operacionais, pois sem o corpo docente dessas IES, seria inviável o desenvolvimento de projetos e programas. Cabe ressaltar que, em 2016, estabeleceu-se uma parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA, que concedeu os recursos para o Projeto Água.

Outras importantes parcerias são firmadas com Instituições privadas sem fins lucrativos, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), que organiza as Olimpíadas Brasileiras de Matemática (OBEMEP).

Internamente, a DEB articula-se com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores. Compreendendo a educação básica como parte do Sistema Nacional de Educação, conforme reconhece o Plano Nacional da Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG), são feitas articulações e diálogos com o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e com o Conselho Consultivo da Capes. Visando fomentar projetos e programas voltados à Educação Básica são estabelecidas parcerias com as Diretorias de Educação a Distância – DED, a Diretoria de Programas e Bolsas – DPB, a Diretoria de Relações Internacionais – DRI e a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

A parceria DEB/DED permite a qualificação de um maior número de professores sem formação adequada. Nas localidades que não são assistidas por turmas do Parfor na modalidade presencial, o ensino a distância pode suprir essa carência.

Diretoria de Educação à Distância - DED

A Diretoria de Educação a Distância - DED é a responsável, na CAPES, pela operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos superiores, em Educação à Distância - EaD, ministrados por Instituição Pública de Ensino Superior - IPES, em polos de apoio presencial, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Além da coordenação do Sistema UAB, a DED/CAPES é igualmente responsável pela gestão dos Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica – ProEBs.

O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Tal Sistema é integrado, atualmente, por 106 IPES e 769 polos de apoio presencial, distribuídos em todas as unidades da federação, atendendo ao objetivo de oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação continuada para professores da educação básica. No ano de 2016, a UAB ofertou 39.261 novas matrículas, das quais 26.234 para a formação inicial de professores.

Nessa perspectiva, o Sistema UAB opera em regime de colaboração entre a União e os entes federados, em especial os municípios, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas, propiciando, ainda, a criação e a efetivação de tecnologias de informação e comunicação – TICs, vinculadas à melhoria do ensino.

Dessa maneira, garantindo a presença da universidade pública no interior do País, o Sistema UAB e seus objetivos convergem, juntamente com outras ações do Ministério da Educação - MEC, para o atingimento das metas 12, 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), além de contribuir para a melhoria do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb e de incentivar o desenvolvimento local e regional.

EDITAL N.º 75, de 18 de dezembro de 2014

Publicado em dezembro de 2014, o Edital nº 75/2014 teve o objetivo de selecionar, no âmbito da UAB, as propostas de ofertas de novas vagas em cursos superiores na modalidade a distância, as quais deveriam ser preenchidas, no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, e, ainda, obedecer aos seguintes percentuais:

No mínimo 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas no âmbito deste Edital serão reservados para cursos de Licenciatura;

No mínimo 50 % (cinquenta por cento) das demais vagas (vagas que não envolvem cursos de Licenciatura) deverão ser destinados para cursos caracterizados como Programa nacional de Administração Pública - PNAP; e

No máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de vagas ofertadas que não envolvessem os cursos mencionados nos subitens a) e b).

O Quadro 2, a seguir, demonstra o total de vagas deferidas e estimadas pela DED/CAPES, a partir das proposições recebidas no âmbito Edital 75/2014:

EDITAL 75/2014 – Relatório Vagas deferidas			
VAGAS TOTAIS DEFERIDAS: 182.717 – 100%		2016.2 e 2017.1: 151.948 2017.2: 30.769	
Formação inicial: 98.433 (54%)		Formação continuada: 84.284 (46%)	
VAGAS ÁREA DE EDUCAÇÃO			
TOTAL	LICENCIATURA	ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO PEDAG.
121.494 (67%)	72.449 (40%)	49.045 (26%)	2.258 (1%)
2016.2 e 2017.1: 103.508 2017.2: 20.244	2016.2 e 2017.1: 64.394 2017.2: 8.055	2016.2 e 2017.1: 37.310 2017.2: 11.735	2016.1 e 2017.1: 1.804 2017.2: 454
VAGAS ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
TOTAL	BACHARELADO	ESPECIALIZAÇÃO	
41.881 (23%)	12.235 (7%)	29.646 (16%)	
2016.2 e 2017.1: 32.516 2017.2: 9.365	2016.2 e 2017.1: 8.915 2017.2: 3.320	2016.2 e 2017.1: 23.601 2017.2: 6.045	
VAGAS ÁREA OUTRAS			
TOTAL	BACHARELADO	ESPECIALIZAÇÃO	TECNÓLOGO
17.443 (10%)	5.690 (3%)	4.952 (3%)	6.801 (4%)
2016.2 e 2017.1: 14.453 2017.2: 2.285	2016.2 e 2017.1: 5.490 2017.2: 200	2016.2 e 2017.1: 2.952 2017.2: 1.295	2016.2 e 2017.1: 6.011 2017.2: 790

Quadro 2 - Projeção de vagas deferidas para os anos de 2016 e 2017

Fonte: SisUAB

A seguir, o quadro 3 demonstra a distribuição regional das vagas propostas/projetadas, por tipos de cursos.

Distribuição Regional das Vagas Propostas no Edital 75/2014 Deferidas por Região					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
182.717	8.019	63.882	22.620	49.316	39.880
100%	4%	35%	12%	27%	22%
FORMAÇÃO INICIAL (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos)					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
98.433	5.939	42.465	11.360	17.311	21.100
LICENCIATURAS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
72.449	4.079	33.080	7.400	12.260	15.280
BACHARELADOS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
17.925	860	8.065	2.360	4.070	2.570
TECNÓLOGOS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
6.801	0	1.320	950	1.281	2.750
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul

2.258	660	1.050	0	304	150
FORMAÇÃO CONTINUADA - ESPECIALIZAÇÃO					
Total	Formação Professores		Formação Gestor Público		Outros
84.284	46.215		34.090		6.770
100%	54%		39%		7%
Norte	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	2.930	2.030	1.380		0
Nordeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	20.367	10.381	8.596		1.390
Centro-Oeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	11.260	7.050	3.030		1.240
Sudeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	31.397	18.385	11.235		3.360
SUL	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	18.330	9.600	7.640		680

Quadro 3 - Vagas do Edital 75/2014 projetas por região Fonte: SisUAB

Cumpra salientar que, em 2015, havia a previsão de matrícula de parte dos 194 mil alunos aprovados no âmbito do Edital 75/2014.

Entretanto, em função de restrições orçamentárias, a admissão de novos alunos não pode ser concretizada naquele exercício. Já em 2016,

com o aporte de novos recursos, o ingresso dos alunos provenientes do referido edital foi retomado, ampliando novamente a base atendida pela UAB.

A partir da autorização para retomada do Edital 75/2014, no segundo semestre de 2016, procedeu-se ao ingresso de matrículas no Sistema UAB nas seguintes etapas:

- ✓ segundo semestre de 2016: implementação de 39.261 vagas;
- ✓ primeiro semestre de 2017: previsão de ingresso de 103.816 alunos e,
- ✓ segundo semestre de 2017: previsão de ingresso de mais 31.356 alunos.

NOVO MODELO DE ARTICULAÇÃO DE CURSOS, VAGAS E POLOS DO SISTEMA UAB

No Edital 75/2014, com reflexo na oferta vigente, foi adotado um modelo de proposição de vagas voltado preferencialmente pelas demandas vindas das IPES, muitas vezes não foi observada a demanda de forma articulada com os estados e municípios, levando a algumas distorções.

Desse modo, em virtude da necessidade de redirecionamento gerencial dos processos sob a responsabilidade da DED/CAPES e, ainda, com o intuito de propor a implantação de métodos e procedimentos mais eficientes e transparentes, no que tange à coordenação do Sistema UAB estão em fase de implantação novos modelos de articulação de cursos, vagas e polos UAB, os quais terão o objetivo de:

- Reduzir a evasão nos cursos do Sistema UAB;
- Melhorar a eficiência (performance) do programa;
- Monitorar a qualidade dos cursos UAB;

- Garantir a articulação da oferta/demanda com a participação de todos os atores do processo;
- Promover a institucionalização do Sistema UAB;
- Favorecer a mobilidade estudantil na própria Instituição e entre as IPES partícipes da UAB;
- Propiciar a portabilidade de cursos;
- Promover a disseminação tecnológica e de serviços entre as IPES partícipes do Sistema UAB, dentre outros.

Os processos acima elencados foram planejados no ano de 2016, para implantação a partir do ano de 2017.

OS POLOS DO SISTEMA UAB E SEU MONITORAMENTO

O sistema UAB opera em regime de colaboração entre a União e os entes federados, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Os polos do Sistema UAB são mantidos em regime de colaboração por unidades federativas, em especial os municípios, visando garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem das IPES.

A fim de acompanhar permanentemente e definir a integração, a permanência e o desligamento de polos do sistema UAB, a DED/CAPES promove o monitoramento dos polos, o qual se dá mediante visitas in loco e/ou outros procedimentos operacionais.

No monitoramento são coletadas e registradas informações, que definem se o polo dispõe das condições exigidas para o apoio pedagógico, tecnológico, documental e administrativo, necessários a execução das atividades de ensino-aprendizagem dos cursos e programas ofertados na modalidade de educação a distância (EaD), pelas IPES integrantes do Sistema UAB.

Assim, o monitoramento dos polos do Sistema UAB visa prover a melhoria da infraestrutura física, tecnológica, de recursos humanos, além de adequação documental, de forma a melhorar os índices de desempenho dos cursos ali ofertados.

As informações coletadas durante as visitas de monitoramento são registradas em instrumento próprio, em que são descritas as eventuais adequações a serem realizadas nos polos. A visita de monitoramento classificará o polo, quanto à sua **situação**, conforme a descrição explicitada no quadro abaixo:

- **Apto (AA)** - Representa a adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária.
- **Apto com Pendências (AP)** - Indica a necessidade de adequações na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação
- **Não Apto (NA)** - Indica a presença de graves restrições na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo.

Cabe referenciar que o Sistema UAB contempla atualmente 769 polos, 44 deles novos (propostos no Edital 75/2014), sendo que 86 são na região Norte, 241 na região Nordeste, 143 polos da região Sul, 233 na região Sudeste e 66 na região Centro-Oeste.

Considerando a finalidade do Sistema UAB de promover a expansão e interiorização da educação superior no país em conformidade com a meta 12 PNE, no processo de implantação de polos UAB busca-se favorecer a sua distribuição, prioritariamente, conciliado a outros critérios técnicos, nos municípios de pequeno a médio porte (com população ≤ 100.000 habitantes). O Sistema UAB conta, atualmente, com o total geral de 948 polos (dos quais, 182 polos foram integrados nos últimos 5 anos, por meio dos editais de articulação). Desses, 727 polos UAB encontram-se classificados como Aptos, ou seja, em condições plenas para sediar cursos em EaD.

A tabela a seguir, apresenta, retirados os polos desligados do Sistema, o atual quantitativo de polos UAB no país por região, distribuídos conforme o parâmetro populacional anteriormente citado.

Região	Mun. < 100.000 habitantes	Mun. >= 100.000 habitantes
CENTRO-OESTE	58	7
NORDESTE	201	40
NORTE	73	13
SUDESTE	140	94
SUL	117	26
TOTAL	589	180

Tabela 5 - Situação em 31/12/2016 (Fonte: SISREL/SISUAB/CAPEIS)

Como resultados relacionados ao ambiente de gestão ressaltam-se estudos iniciados em 2015 e concluídos em 2016, pela Coordenação-Geral de Programas e Cursos (CGCP/DED), no que diz respeito à evasão de alunos, que tiveram seu relatório e artigo publicados e subsidiaram elaboração de estratégias por parte da Coordenação Geral de Inovação em Ensino a Distância (CGIE/DED) a serem implementadas em 2017. Dentre essas estratégias estão os índices de eficiência e evasão de curso.

ESTÍMULO À INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA UAB

Foi publicado em 2015 e viabilizado em 2016, o Edital nº 03/2015 (<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/100552016-resultado-032015-UAB-final.pdf>) que trata de fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação, no âmbito do Sistema UAB. Este edital teve por objetivo a seleção de propostas para fomento a projetos de inovação, que visem contribuir para o desenvolvimento tecnológico da Educação no Brasil com as linhas de fomento de Inovação Pedagógica, Inovação Tecnológica e Inovação da Gestão Educacional. Como resultado, 71 IPES propuseram 218 projetos. Foram aprovados 22 projetos de 14 IES, entre eles nos temas de laboratórios virtuais, gestão da informação, jogos educativos e ferramentas para aprendizagem móvel, ferramentas preditivas de evasão.

Foram aprovados projetos com valores entre 57 e 450 mil reais, com orçamento de R\$ 5.000.000,00 para execução financeira. Destes, 08 já foram pagos.

Entre outras ações, a DED/CAPES lançou em 2016, por meio da Portaria CAPES nº 106, de 14 de julho de 2016, o portal de disseminação de conteúdos educacionais eduCAPES (www.educapes.capes.gov.br), que tem como proposta o compartilhamento e a disponibilização de ferramentas tecnológicas voltadas ao ensino.

Cabe ressaltar que a Coordenação-Geral de Inovação em Ensino de Inovação a Distância (CGIE/DED) participou, ainda, em 2016 no acompanhamento de grupos de trabalho de EaD junto à Rede Nacional de Ensino à Pesquisa (RNP), cujos temas foram Experimentação Remota e Jogos Educacionais, os quais serão disponibilizados no decorrer de 2017, na plataforma eduCAPES.

FOMENTO E ACOMPANHAMENTO DE RECURSOS REPASSADOS

O fomento às IPES do Sistema UAB ocorre em duas modalidades: *I* - pagamento de bolsas para a equipe docente; e *II* - repasses de recursos de custeio e capital para atender elementos de despesas necessários à criação, desenvolvimento e manutenção de cursos. Os investimentos ocorridos em 2015 e 2016 somam R\$ 807,5 milhões.

O orçamento aprovado para 2017 disponibilizou R\$ 251 milhões para o pagamento de bolsas e R\$126 milhões para o fomento. Com a autorização de matricular os alunos aprovados no Edital 75/2014, a UAB poderá alcançar cerca de 200 mil alunos ativos. Espera-se que ocorra aditivo por parte do governo para que as metas do PNE supracitadas sejam alcançadas.

O fomento do custeio às IPES é feito por meio do parâmetro de custo por aluno. Desde sua criação, em 2015, não teve os valores atualizados. Em 2016, foi definido que a partir de 2017 os valores seriam corrigidos pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Apesar da perspectiva do aumento significativo do número de alunos e da correção

aplicada, não houve reflexo dessa ação no valor do orçamento. Os quadros 3 e 4, a seguir, apresentam a execução do orçamento dos anos de 2015 e 2016 com as metas para o ano de 2017 (Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI).

Ação Orçamentária (código nome no PPA, PO, tipo de recurso)	Dotação Orçamentária 2015	Dotação Autorizada	Contingencia mento	Dotação Disponível	Execução 2015	Percentual de execução
20RJ –PO 002 (Bolsa)	446.114.234	446.114.234	58.768.259	387.345.975	378.775.151	
20RJ- PO 004 (Fomento)	150.251.00,00	150.251.000	120.346.979	29.904.021	27.527.032	
TOTAL	596.366.234	596.366.234	179.116.238	417.249.996	406.302.183	97,00
Fonte: SIAFI						

Quadro 4 - Execução Orçamentária de 2015

Ação Orçamentária (código nome no PPA, PO, tipo de recurso)	Dotação Orçamentária 2016	Execução 2016	Meta 2017- (PLOA/LOA)
20RJ –PO 002 (Bolsa)	255.936.191	255.936.191	251.000.000,00
20RJ- PO 004 (Fomento)	145.526.032	145.274.398	126.000.000,00
TOTAL	401.462.223	401.210.589	377.000.000,00
Execução: %		99,9	

Quadro 5 - Execução Orçamentária de 2016 e Meta para 2017

MESTRADO PROFISSIONAL PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ProEB

Os programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica – ProEB têm por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício nas redes públicas de educação básica em todo o território nacional. Essa iniciativa é uma parceria entre a CAPES, e associação em rede de Instituições, responsáveis pela implantação e execução de cursos nacionais em áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica.

A CAPES apoia essa iniciativa mediante a concessão de bolsas aos professores em exercício da docência na rede pública de educação básica e fomento destinado ao custeio das atividades acadêmicas dos cursos. Conforme apresentado no quadro 5, estão em vigor os seguintes programas: Mestrado Profissional em matemática (PROFMAT), Mestrado Profissional em Letras (Proletras), Mestrado Profissional em Física (PROFIS), Mestrado Profissional em História (PROFHISTORIA). Há ainda o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), para a formação dos servidores que atuam em instituições públicas.

Serão implementados no decorrer do ano de 2017, os Mestrados Profissionais em Química (PROFQUÍMICA), em Educação Física (PROF ED.FÍSICA), em Biologia (PROFBIO) e em Filosofia (PROFILO).

Com cursos semipresenciais, cada programa possui um comitê gestor nacional, que é o responsável pela gestão e pela proposta pedagógica.

Considerando o cenário econômico atual e a necessidade de atendimento à expansão e criação de novas redes e programas, surge como medida necessária e oportuna, a definição de novos critérios para concessão de bolsas a discentes participantes do PROEBs. Para tanto, uma nova portaria de regulamentação da concessão de bolsas e fomento encontra-se em fase final de homologação no MEC, na qual se estabelece que a concessão de cotas de bolsas e custeio estará condicionada à disponibilidade orçamentária da CAPES para essa finalidade, incluindo-se critérios socioeconômicos, de acordo com a política interna de concessão de apoio aos programas de pós-graduação, nos quais o número de bolsas concedidas corresponderá a, no máximo, 30% dos alunos regularmente matriculados nos cursos.

De acordo com dados apresentados no quadro abaixo são 5.977 alunos matriculados nos PROEBs em curso:

Plataforma Sucupira / 2016							
SITUAÇÃO	PROFMAT	PROFARTES	PROF LETRAS	PROFIS	PROFHISTÓRIA	PROFIAP	TOTAL
MATRICULADO	2.820	160	1.241	826	624	306	5.977
DESLIGADO	160	0	2	7	1	0	170
ABANDONO	18	0	0	1	0	0	19

Quadro 6 – Alunos Matriculados nos PROEBs, em 2016. Fonte: Plataforma Sucupira

Em relação ao número de discentes titulados, até 2016, foram 3.183 formados, sendo o PROFMAT o maior responsável pelas titulações. Nesse programa foram titulados 2.393 alunos, que representam 75% do total de formados.

Plataforma Sucupira / Titulação							
TITULADOS	PROF MAT	PROF ARTES	PROF LETRAS	PROFIS	PROFHISTÓRIA	PROFIAP	TOTAL
2016	171	2	37	28	11	4	253
2015	679	0	610	95	0	2	1.386
2014	785	0	1	0	0	0	786
2013	758	0	0	0	0	0	758
TOTAL	2.393	2	648	123	11	6	3.183

Quadro 7 – Alunos Titulados PROEBs, até o ano de 2016. Fonte: Plataforma Sucupira

Considerando que desde 2013 já ocorrem titulações nos programas de mestrado profissional, faz-se necessária uma análise de impacto dessa política na qualidade do ensino das escolas e comunidades diretamente beneficiadas pelo programa, por meio de alunos formados e atuantes nas respectivas redes de ensino.

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB

Os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País estão detalhados no **ANEXO III**.

Diretoria de Relações Internacionais – DRI

As ações da DRI, em 2016, foram voltadas para a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia e compostas por três macroprocessos principais. Como produtos gerais esperados para todos os macroprocessos tem-se o aprimoramento das relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros; a fixação de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil para a formação de redes de colaboração sólidas e permanentes; o incremento do intercâmbio de pesquisadores de excelência entre o Brasil e outros países; e a abertura de canais de comunicação entre áreas de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

A internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia gera impacto na formação sobre conhecimentos, habilidades e atitudes do egresso, o que reflete em impactos no ambiente de inserção desse egresso, com a consequente possibilidade de aprimoramento de processos e resultados com os quais estejam envolvidos, auxiliando na multiplicação do conhecimento.

Destaca-se, ainda, que a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia é essencial para o diálogo do Brasil com o mundo e a sua inserção econômica, cultural, científica e tecnológica internacional.

Assim, de forma a detalhar as ações da DRI/Capes na persecução dos objetivos maiores descritos acima, apresentamos o detalhamento dos macroprocessos finalísticos da DRI no **Anexo IV** e os produtos específicos gerados por essas ações.



4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

Por se tratar de uma Fundação ligada ao Ministério da Educação, naturalmente, as atividades da CAPES estão intrinsicamente vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE). Particularmente referente ao PNE 2014-2024 (Lei 13.005 de 25 de julho de 2014), cabe à CAPES contribuir especialmente com as metas 13, 14, 15, 16 e 17 transcritas abaixo:

*“**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.*

***Meta 14:** elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.*

***Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

***Meta 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as)os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

***Meta 17:** valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”*

Além do PNE, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) é um documento norteador das ações institucionais. O PNPG, elaborado desde 1975 (pela CAPES desde sua segunda edição) tem como objetivo definir as diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas e ações da pós-graduação e pesquisa no Brasil. Somados à Política Nacional de Formação de Professores¹, esses documentos formam a base normativa estratégica para a definição das ações institucionais da CAPES.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em 2016, a CAPES continuou com a política de suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo assim para prover ao país quadros de alto nível técnico científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação. Além disso, manteve a impactante atuação em sua nova missão de contribuir para a formação inicial e continuada de docentes para a educação básica.

No referido período, as atividades pertinentes à Avaliação tiveram como objetivo: manter a avaliação das novas propostas de cursos, discutir os parâmetros na próxima periódica (antiga Trienal), incrementar a adoção de parâmetros adequados à comparação com programas internacionais considerados de referência – e para isso também aumentar a participação de avaliadores estrangeiros nos comitês de avaliação - e incentivar que a avaliação das propostas de novos programas de natureza aplicada estabeleçam e mantenham de parcerias com o setor extra acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais de serviços e das esferas governamentais.

No que tange os programas de fomento, além do objetivo estratégico de sustentação das ações mais tradicionais, como por exemplo, a manutenção do Portal de Periódicos e do Programa Demanda Social, tiveram destaque a ampliação à indução de programas de pós-graduação em áreas estratégicas de interesse nacional e regional, e, a promoção do aumento da integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na interdisciplinaridade, com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade.

Na área internacional, as principais metas foram a celebração de novas parcerias e convênios, o aumento do número de envio de estudantes ao exterior, o aumento do número de alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros no país; e o aumento do número de publicações em parceria com instituições estrangeiras.

Para a Educação Básica, estava prevista a ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica - nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação – a ampliação dos editais destinados à valorização e formação dos profissionais bem como a ampliação dos editais destinados à valorização e formação dos profissionais do magistério da educação básica,



como PRODOCÊNCIA e PIBID. Além da ampliação da interação dos programas de pós-graduação e da Universidade Aberta do Brasil e a ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

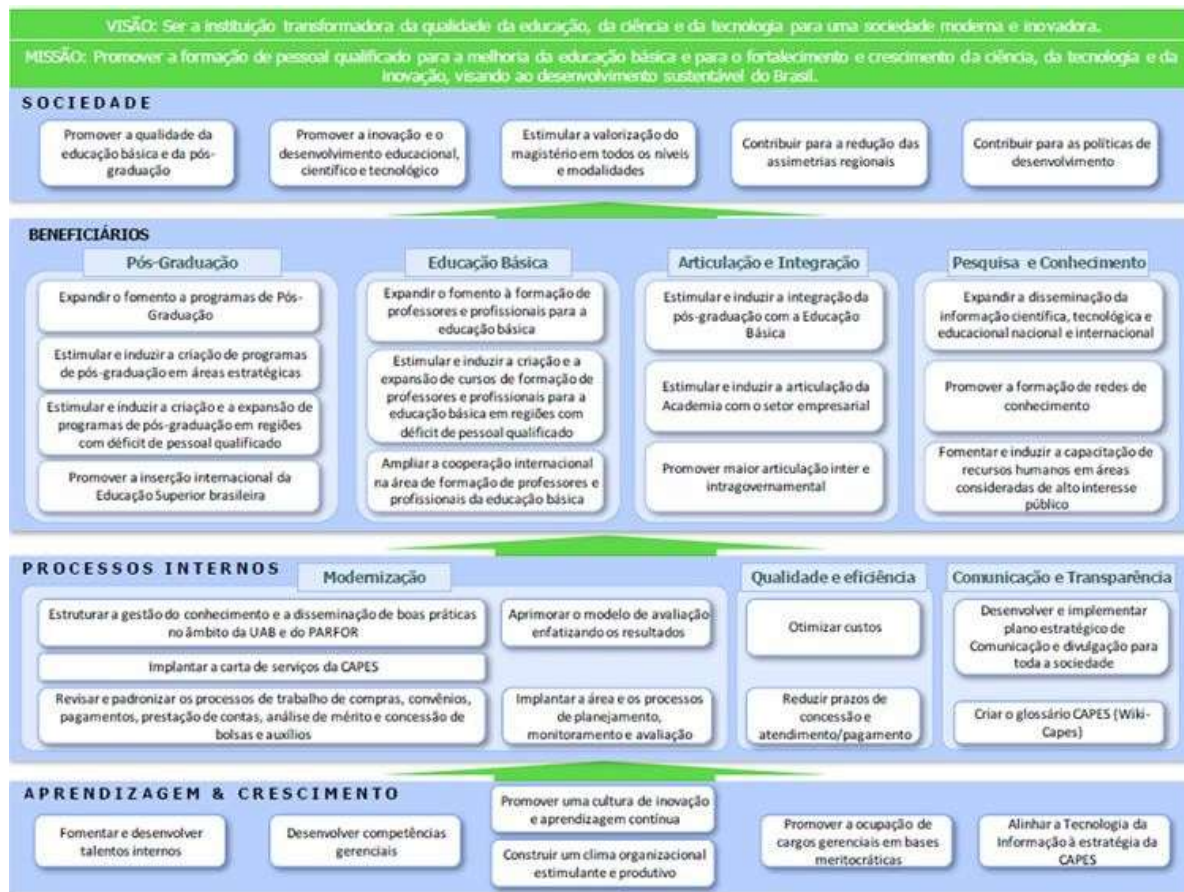
Além da ampliação da interação dos programas de pós-graduação e da Universidade Aberta do Brasil e a ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico está em fase de conclusão, após o término será submetido à Diretoria Executiva.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento está alinhado com a missão institucional e negócio da unidade, tendo em vista que o Mapa Estratégico (transcrito abaixo) foi feito com base na missão da CAPES.



4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos - APE

As ações da CAPES são executadas, geridas e monitoradas por diversos sistemas que, ou são de uso obrigatório por todos os entes da esfera federal a exemplo o SIAFI, ou foram desenvolvidos a fim de atender às finalidades de suas Diretorias. Neste segundo grupo, na esfera da gestão do conhecimento, tem-se a intranet, a gestão e o portal da CAPES, de uso interno os dois primeiros e externo o último, que agrupam a maior parte das informações qualitativas acerca da Fundação e contém atalhos para diversos outros sistemas.



No que tange a gestão e pagamento de bolsas auxílios, destacam-se: o Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA), o Sistema de Acompanhamento e Concessões (SAC), o Sistema de Acompanhamento e Demanda (SAD), Sistema de Gestão de Bolsa (SGB).

Como sistemas de coleta e integradores de informação evidenciam-se a Plataforma Freire, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB) e a Plataforma Sucupira. Esses sistemas possuem suas especificidades e atendem Diretorias e públicos diferentes, mas têm como objetivo comum manter bases de dados com informações detalhadas de seus respectivos nichos.

A Plataforma Paulo Freire é um sistema eletrônico com a finalidade de concretizar o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O sistema possui um vasto banco de dados que é alimentado pelas instituições e pelos docentes da Educação Básica. Para exemplificar, as Instituições de Educação Superior dispõem no sistema os cursos que podem ofertar e os docentes escolhem aquela opção que melhor atenda suas necessidades pessoais e profissionais visando o aprimoramento, a qualificação e valorização dos professores.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é semelhante, e atende a Diretoria de Educação a Distância (DED), assim sendo, é um sistema que visa a integração, expansão e interiorização de oferta de cursos e programas de educação à distância no país. Além disso, o sistema apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologia de comunicação. Deste modo, o principal objetivo do sistema é sistematizar as informações referentes às instituições integrantes da UAB.

Já a Plataforma Sucupira subsidia as demandas do Sistema Nacional de Pós-Graduação -SNPG. Por meio dela que os programas de pós-graduação inserem as informações sobre os programas, docentes e discentes. O papel da CAPES é de gerenciar o sistema, bem como divulgar indicadores do SNPG com o intuito de dar maior transparência, celeridade e confiabilidade dos dados à sociedade brasileira.

A fim de ampliar a transparência, as informações mais relevantes dos diversos sistemas da Fundação são disponibilizadas por um ambiente específico de divulgação, o Sistema de Disseminação de Informações (SDI). O SDI, que engloba também o sistema de informações georreferenciadas (GeoCAPES), tem como objetivo dar publicidade aos dados de gestão da CAPES e divulgar para toda a sociedade brasileira as suas ações e investimentos (<http://sdi.CAPES.gov.br/>). Por fim, a CAPES também insere seus dados na plataforma de gestão do Ministério da Educação, o SIMEC. Este sistema está inserido em um outro contexto, a função é de facilitar o controle interno



e permitir que os gestores do MEC e de seus órgãos acompanhem a execução de seus respectivos planos de ação. É oportuno mencionar que o SIMEC possui um módulo aberto ao público o qual contempla a maioria dos indicadores da CAPES.

4.3 Desempenho orçamentário

A dotação autorizada em 2016 foi de R\$ 5.904.999.740,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais 1,43 (Grupo 1), Investimento 1,06% (Grupo 4) e Outras Despesas Correntes 97,51% (Grupo 3). As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas, alcançou o patamar de 96,65% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%. As despesas com a área meio ficaram abaixo dos 4% em relação à dotação autorizada, correspondendo 1,85% despesas com administração da unidade e 1,52% despesas com pessoal, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, inscritos no exercício de 2016 somaram R\$ 191.190.471,86 (RP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986. Desse montante, R\$ 91.563.407,26 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES. A diferença refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

Cabe destacar que o montante inscrito em 2016 teve uma queda acentuada em relação a 2015, confirmando o compromisso da CAPES em saldar os compromissos assumidos.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 8 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC-OFSS

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	()	()	Tipo:
	Integral	Parcial	
Código	0000		
Título	Concessão de Bolsas de Apoio a Educação Básica		



Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				1007	
Programa	Educação de Qualidade para todos.	Código	2080	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
713.757.669,00	871.633.005,00	871.633.005,00	776.847.080,60	776.847.080,60		94.785.924,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() Integral () Parcial



Código		0487		Tipo:	Operações Especiais	
Título		Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior				
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Programa		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA	Código	1375	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		



Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
607.740,19	2.600,47	428.748,39			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() () Integral Parcial					
Código	0487	Tipo:	Operações especiais			
Título	Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
89.220.817,15	68.456.904,36	6.502.111,14		Realizada

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() Integral () Parcial					
Código	0487	Tipo:		Operações especiais		
Título	Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código	2080	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.808.466.959,01	4.162.807.879,01	3.998.681.254,09	3.541.550.346,62	3.540.394.308,29	1.156.038,33	457.130.907,48
Execução Física						



Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	()		()			
	Integral		Parcial			
Código	20GK			Tipo:	Atividade	
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código	2080	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
75.852.400,00	105.436.532,00	104.910.330,96	93.253.223,35	93.253.223,35 5		11.657.107,61



Execução Física					
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	
				Previsto	Reprogramado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação										
Responsabilidade da UBC na execução da Ação		() () Integral Parcial								
Código	20GK	Tipo:		Atividade						
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão									
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.									
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.									
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2016										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação	Despesa		Restos a Pagar do Exercício							



Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Previsto		Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada
30.972.274,29	15.185.539,49	5.365.129,98				

Identificação da Ação									
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() Integral () Parcial								
Código	20RJ	Tipo:		Atividade					
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica								
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.								
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.								
Programa	EDUCACAO BASICA	Código	2030	Tipo:	Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES								
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária 2016									



Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33.215.230,33	12.682.252,10	8.984.509,09				

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() ()				
	Integral	Parcial			
Código	20RJ		Tipo:	Atividade	
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a EducaçãoBásica				
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.				
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			008	
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código	2080		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016					



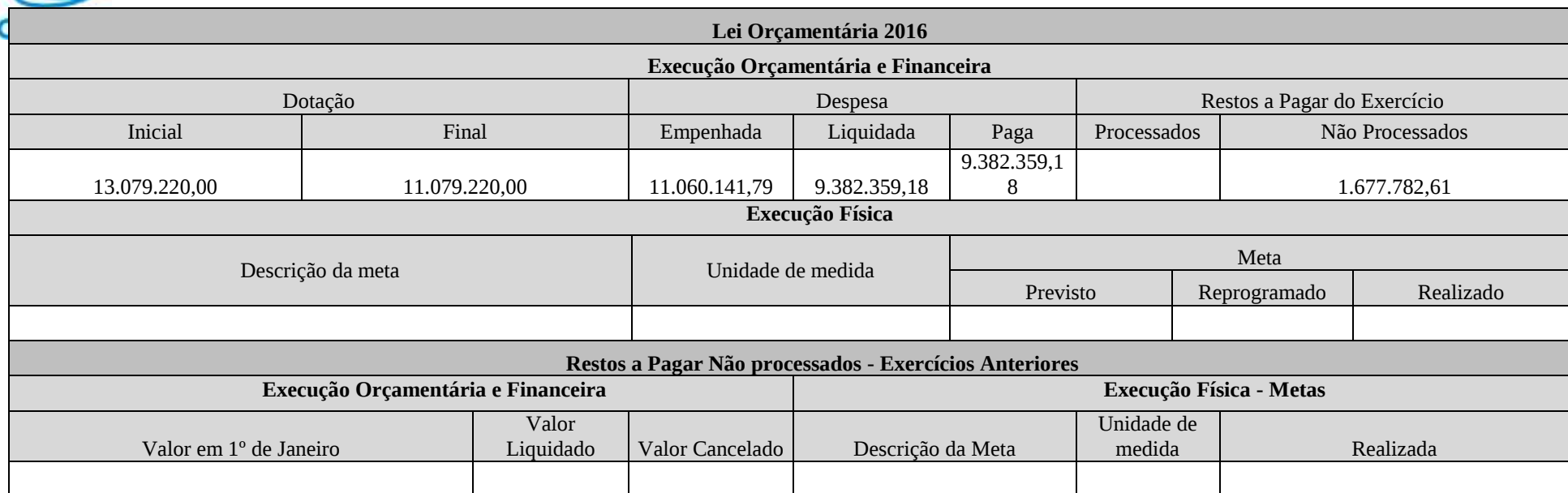
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
163.014.194,00	197.066.041,00	194.303.145,29	145.813.907,18	141.886.738,32	3.927.168,86	48.489.238,11
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() ()				
	Integral		Parcial		
Código	20RN		Tipo:		Atividade
Título	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação				
Iniciativa	Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior				
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.				
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016					



Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.267.968,94	1.398.497,97	581.563,53				

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	() Integral		() Parcial		
	20RN		Tipo :		Atividade
Código					
Título	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação				
Iniciativa	Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior				
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.				011
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código	2080	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				



Identificação da Ação									
Responsabilidade da UBC na execução da Ação		() () IntegralParcial							
		Código	2317	Tipo:		Atividade			
Título		Acesso à Informação Científica e Tecnológica							
Iniciativa		Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.							
Objetivo		Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.							
Programa		EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:		Programa Temático		
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES							
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2016									



Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.875.646,32	4.869.616,99					

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	()		()		
	Integral	Parcial			
Código	2317		Tipo:		Atividade
Título	Acesso à Informação Científica e Tecnológica				
Iniciativa	Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.				
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.			010	
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código	2080	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016					
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação	Despesa			Restos a Pagar do Exercício	



Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
334.356.000,00	357.463.927,00	330.293.602,10	324.579.073,19	324.579.073,19		5.714.528,92
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação								
Código	009U			Tipo :	Operação Especial			
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA – PIBID							
Iniciativa								
Objetivo						Código		
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipo:	Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
81.518,87								

Identificação da Ação



Código	20CV			Tipo	Atividade
Título	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO				
Iniciativa					
Objetivo					Código
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
114.456,58		64.922,29			

Identificação da Ação					
Código	20RO			Tipo	Atividade
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA				
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos das crianças e adolescente.				
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				Código
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA	Código	2030	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada



12.000,00		12.000,00			
-----------	--	-----------	--	--	--

Identificação da Ação								
Código	4019	Tipo:	Atividade					
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO							
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código			
Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA	Código	1375	Tipo:	Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
426.221,77		304.220,01						

Identificação da Ação								
Código	4019	Tipo:	Atividade					
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO							
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código			



Programa		EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático
Unidade orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.270.087,96	348.151,57	449.784,00				

Identificação da Ação						
Código	6333				Tipo :	Atividade
Título	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES					
Iniciativa						
Objetivo						Código
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipo :	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
29.976,20		27.032,00				

Identificação da Ação			
Código	8429		Tipo:
Título	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA		
Iniciativa			



Objetivo						Código	
Programa	BRASIL ESCOLARIZADO	Código	1061	Tipo	:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
613.148,64	1.604,15	555.292,10					

Identificação da Ação							
Código	009U			Tipo:		Operação Especial	
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA – PIBID						
Iniciativa							
Objetivo						Código	
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	144	Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
81.518,87							

Identificação da Ação				
Código	20CV		Tipo:	Atividade
Título	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			



Iniciativa						
Objetivo					Código	
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	144	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
114.456,58		64.922,29				

Identificação da Ação						
Código		20RO		Tipo:		Atividade
Título		CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCAÇÃO BÁSICA				
Iniciativa		Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos das crianças e adolescente.				
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			Código	
Programa		EDUCAÇÃO BÁSICA	Código	2030	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

12.000,00		12.000,00			
-----------	--	-----------	--	--	--

Identificação da Ação					
Código	4019			Tipo:	Atividade
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO				
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	
Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA	Código	1375	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
426.221,77		304.220,01			

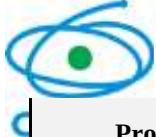
Identificação da Ação			
Código	4019	Tipo:	Atividade
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO		
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados		
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.		Código



Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.270.087,96	348.151,57	449.784,00			

Identificação da Ação						
Código	6333			Tipo:	Atividade	
Título	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES					
Iniciativa						
Objetivo					Código	
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	14	Tip o:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada
29.976,20		27.032,00				

Identificação da Ação			
Código	8429	Tipo:	Atividade
Título	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA		
Iniciativa			
Objetivo			Código



Programa		BRASIL ESCOLARIZADO	Código	1061	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
613.148,64	1.604,15	555.292,10				

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não houve ocorrência neste exercício.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência neste exercício.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 9 - Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (a-b-c)	
2015	91.944.123,66	80.203.543,12	2.107.985,17	9.632.595,37	
2014	6.288.017,80	861.869,05	4.826.558,01	599.590,74	
2013	6.105.658,90	925.674,19	3.238.906,50	1.941.078,21	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a Pagar 31/12/2016 (e-g-h)
2015	90.956.543,66	79.215.963,12	79.215.963,12	2.107.985,17	9.632.595,37
2014	6.288.017,80	861.869,05	861.869,05	4.826.558,01	599.590,74
2013	6.105.658,90	925.674,19	925.674,19	3.238.906,50	1.941.078,21

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 10 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
CNPJ:	00.889.834/0001-08					
UG/GESTÃO:	154003/15279					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio				150.333.929,90	30.313.277,18	81.366.788,48
Termo de Execução Descentralizada				163.161.866,85	101.164.392,10	343.569.501,81
Totais	0	0	0	313.495.796,75	131.477.669,28	424.936.290,29

Quadro 11 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente				
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)				
UG/GESTÃO: 154003/15279				
Exer cício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Auxílios a Pesquisador	...

Exer cício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	102	1.925	
		Montante Repassado	133.521.990,94	81.692.936,48	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18	119	
		Montante Repassado	29.125.009,91	4.680.526,66	
Exer cícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18	173	
		Montante Repassado	3.099.118,78	6.160.987,21	
Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC					

Quadro 12 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)				
UG/GESTÃO: 154003/15279				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Auxílios a Pesquisador	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	71		
	Quantidade reprovada	8		
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	136.981.535,52		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	112	1.925	
	Montante repassado (R\$)	102.875.719,23	81.692.936,48	
Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC				

Quadro 13 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)					
UG/GESTÃO: 154003/15279					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	6	7	6	12	74
Auxílios a Pesquisador	183	134	64	48	180
...					
Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC					

Análise Crítica

Em relação às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas em situação de inadimplência, esta Fundação encaminhou diligência para todos os beneficiários a fim de obter esclarecimentos, sanar eventuais pendências, cobrar a devolução de valores utilizados em desacordo com os editais de concessão ou solicitar as prestações de contas, buscando exaurir todas as providências administrativas cabíveis para regularização das prestações de contas, antes da instauração de Tomadas de Contas Especiais – em consonância com a Portaria CAPES nº 12, de 29 de janeiro de 2014 – conforme prevê o art. 76, parágrafo segundo da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Tendo em vista que a aprovação dos processos é condicionada às análises técnica e financeira, bem como à emissão de pareceres e respostas de diligências (quando for o caso), o andamento das análises dentro dos prazos regulamentares fica prejudicado pela falta de capacidade operacional para análise e emissão de pareceres, o que compromete a aprovação final das prestações de contas. Apesar dos esforços na gestão da análise das Prestações de Contas, é grande a dificuldade das áreas técnicas e financeiras responsáveis pela análise das prestações de contas na CAPES em realizar as análises dentro dos prazos requeridos, uma vez que a capacidade operacional da instituição não tem crescido proporcionalmente ao aumento de suas atividades/orçamento.

Além disso, cabe ressaltar também que as dificuldades elencadas acima impactam no adequado controle dos prazos de cobrança das prestações de contas não enviadas e das respostas de diligência, o que reflete no aumento do nível de dificuldade de obtenção de resposta a certos questionamentos efetuados, tendo em vista não terem sido feitos de forma tempestiva.

As transferências detalhadas nos quadros anteriores são de dois tipos: Convênios e Auxílios a Pesquisador.

Os números relativos ao instrumento do tipo “Convênio” englobam as transferências mais antigas, cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), e as transferências incluídas no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), a partir de 2012.

No que diz respeito às análises das prestações de contas referentes às transferências registradas no SIAFI – expiradas até 2016 – houve evolução em relação à análise e aprovação de prestações de contas, comparando o passivo informado no Relatório de Gestão do ano de 2015, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 14 - Instrumentos cadastrados no SIAFI

Situação	Quantidade em 31/12/2014*	Quantidade em 31/12/2015*	Quantidade em 31/12/2016*	Variação 2015-2016
TOTAL	369	295	254	-14%

* Transferências SIAFI com prazo para prestação de contas encerrado até essa data.

Houve queda de aproximadamente 14% na quantidade de processos cuja análise ainda não foi finalizada, ao final do exercício 2016, em comparação à posição em 31/12/2015.

Os instrumentos do tipo “Auxílios a Pesquisador” são registrados, acompanhados e têm suas contas analisadas em sistema próprio da CAPES – Sistema de Prestação de Contas (SIPREC) – instituído pela Portaria nº 59, de 14 de maio de 2013. A partir de sua introdução, os processos de concessão e prestação de contas de Auxílios a Pesquisador (AUXPE) passaram a ser nele registrados e a análise realizada por meio do referido sistema. Toda a inserção de documentos e tramitação do processo é eletrônica, não havendo mais processo físico para esses instrumentos.

Cabe ressaltar, no entanto, que o referido sistema ainda carece de melhorias. Os setores de prestação de contas estão em constante contato com os responsáveis pelo SIPREC, a fim de corrigir falhas verificadas e ajustá-lo às necessidades das unidades que o utilizam.



Os Auxílios concedidos anteriormente ao advento da Portaria nº 59 tramitam em meio físico e têm sua movimentação controlada pelo Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq), o qual está sendo gradualmente substituído pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no qual os processos são digitalizados e movimentados por meio eletrônico.

O controle da análise desses processos é feito por planilhas internas – utilizando-se Editor de Planilhas e Banco de Dados Access, por exemplo – elaboradas por cada um dos setores envolvidos, não havendo um sistema de controle instituído pela CAPES para tal fim, o que dificulta e torna trabalhosa – e às vezes imprecisa – a obtenção de determinadas informações relativas à posição do estoque de prestação de contas em determinado momento, bem como de outras informações gerenciais de vital importância à adequada gestão dos processos.

No que diz respeito aos Convênios, firmados a partir de 2012, a ferramenta utilizada para análise dos processos e controle é o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Para o controle dos instrumentos firmados antes da inserção dos processos no SICONV, é utilizado SIAFI, tendo como apoio as já mencionadas planilhas internas de controle.

Além das estruturas de controle previstas no SICONV (envio de prestação de contas dos convênios), SIMEC (entrega do relatório de cumprimento de objeto dos Termos de Cooperação) e SIPREC (envio da prestação de contas dos auxílios), as áreas técnicas, eventualmente, e talvez alguém do que seria desejável, fazem a fiscalização in loco, a fim de verificar a execução dos planos de trabalho de algumas transferências.

4.3.6 Informações sobre a estrutural de pessoal para análise de prestação de contas

A análise financeira dos processos de prestação de contas de Convênios e Auxílios a Pesquisador concedidos pela CAPES é realizada pela Coordenação de Prestação de Contas (CPC), através de suas Divisões de Auxílio (DAUX) e de Convênio (DCONV).

Atualmente, a CPC conta com 41 servidores/colaboradores/estagiários em seu quadro (número que não foi alterado desde o último relatório apresentado), estando assim distribuídos:

Quantidade	
31/12/2015	31/12/2016

Servidores	9	5
Servidores (coordenador e chefes)	3	3
Terceirizados	16	17
Estagiários – Nível Superior	5	7
Estagiários – Nível Médio	8	9
TOTAL	41	41

No entanto, apenas 21 pessoas estão envolvidas diretamente com a atividade de análise financeira: 5 servidores e 16 terceirizados (que dão suporte direto a essa atividade).

Cabe aos Chefes de Divisão a homologação dos pareceres emitidos e ao Coordenador a homologação final dos pareceres, além das demais atividades inerentes aos respectivos cargos de chefia.

As demais pessoas alocadas no setor estão envolvidas com atividades complementares à análise destacando-se: recepção, recebimento e tramitação de processos, preparação de processos e caixas para envio ao Arquivo Central, expedição de ofícios, numeração de páginas, entre outras.

Cumprir observar que, apesar de o número total não ter sido alterado, o setor sofreu perda de servidores. Eram 9 ao final do período anterior, sendo apenas 5 agora ao final de 2016. Números que impactam negativamente a já insuficiente capacidade operacional.

A análise técnica de cumprimento do objeto é realizada por setores subordinados às Diretorias às quais pertencem as áreas concedentes dos Auxílios e Convênios firmados.

4.3.7 Informações sobre a realização das receitas

Ver item 8.4.



4.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 15 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: 26291		Código UO: 26291			UGO: 26291			
Modalidade de Contratação	Despesa Executada			Despesa Paga				
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	83.461.062,74	100,0 0%	62.355.843,10	100,0 0%	64.395.145,74	77%	52.648.830,08	84,43%
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	83.461.062,74	100,0 0%	62.355.843,10	100,0 0%	64.395.145,74	77%	52.648.830,08	84,43%
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	372.101.490,80	100,0 0%	356.199.027,76	100,0 0%	358.777.088,59	96,42%	345.063.645,04	96,87%
h) Dispensa	16.485.364,59	4,43 %	15.445.804,08	4,34 %	13.404.381,56	3,74%	12.727.351,89	3,69%
i) Inexigibilidade	355.616.126,21	95,57 %	340.753.223,68	95,66 %	345.372.707,03	96,26%	332.336.293,15	96,31%
3. Regime de Execução Especial	0,00		0,00		0,00		0,00	
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	83.850.429,37	100,0 0%	80.533.105,29	100,0 0%	83.850.429,37	100,00 %	80.533.105,29	100,00%
k) Pagamento em Folha	81.903.783,22	97,68 %	78.812.672,16	97,86 %	81.903.783,22	97,68%	78.812.672,16	97,86%
l) Diárias	1.946.646,15	2,32 %	1.720.433,13	2,14 %	1.946.646,15	2,32%	1.720.433,13	2,14%
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	539.412.982,91	100,0 0%	499.087.976,15	100,0 0%	507.022.663,70	94,00%	478.245.580,41	95,82%
6. Total das Despesas da UPC	5.579.616.626,37	100,0 0%	7.693.788.079,67	100,0 0%	4.980.730.901,18	100,00 %	7.592.707.145,73	100,00%

OBSERVAÇÃO:

A diferença entre o Total das Despesas da UPC e o Total das despesas por modalidade de Licitação + Contratações Diretas, corresponde ao valor executado na modalidade "NÃO SE APLICA" não disponível no Quadro para preenchimento.

Quadro 16 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: 26291					Código UO: 26291		UGO: 26291	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.842.189,10	49.447.550,76	49.842.189,10	49.447.550,76			49.842.189,10	49.447.550,76
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	17.495.288,50	15.956.315,24	17.495.288,50	15.956.315,24			17.495.288,50	15.956.315,24
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	12.126.590,16	10.758.139,08	12.126.590,16	10.758.139,08			12.126.590,16	10.758.139,08
Demais elementos do grupo	2.439.715,46	2.650.667,08	2.439.715,46	2.650.667,08			2.439.715,46	2.650.667,08
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								



18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.596.045.484,95	6.899.664.448,66	4.072.046.254,59	6.838.017.754,87	514.1 66.163,05	63.25 6.236,31	4.072.046.25 4,59	6.838.017.754, 87
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	398.715.522,67	421.351.916,63	379.341.916,44	404.868.922,62	18.97 5.284,53	16.82 6.184,67	379.341.916, 44	404.868.922,6 2
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	223.333.922,04	201.564.384,26	204.313.795,99	188.832.018,51	19.02 0.126,05	12.73 2.365,75	204.313.795, 99	187.844.438,5 1
Demais elementos do grupo	213.255.048,65	78.768.756,17	199.537.162,12	73.458.760,77	13.71 7.886,53	5.309. 995,40	197.017.612, 12	73.458.760,77
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	39.214.132,00	2.281.820,50	27.318.182,74	2.161.820,50	11.895.949,26	120.0 00,00	27.318.182,7 4	2.161.820,50
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	22.601.679,41	10.036.737,59	14.740.345,02	7.294.660,16	7.861.334,39	2.742. 077,43	14.740.345,0 2	7.294.660,16
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.206.609,58	1.295.285,59	2.708.651,58	236.058,03	497.958,00	1.059. 227,56	2.708.651,58	236.058,03
Demais elementos do grupo	1.340.443,85	12.058,11	1.340.443,85	12.058,11	84,37		1.340.443,85	12.058,11
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



4.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

4.4 Desempenho operacional

Diretoria de Avaliação

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0597 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0597			
Descrição	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e		
Código	XXXX	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino.	Código	XXX

Vinculada ao Objetivo 0597 está a meta que tem por objetivo formar professores da educação básica, em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta 16 do PNE 2014-2024. Para atendê-la, a DAV, durante a vigência do PPA 2012-2015, procurou contribuir através de ações de indução de novos programas de mestrado profissional, em rede nacional, voltados para a formação de professores da educação básica.

O mestrado profissional tem como um de seus principais objetivos promover o conhecimento científico por meio da prática no meio profissional e, por esse motivo, esta é a modalidade mais adequada para a formação continuada de professores, permitindo o aprofundamento de seus conhecimentos, assim como o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. Para tanto, foram induzidos programas com abrangência nacional, nas áreas do conhecimento que são componentes curriculares da Educação Básica. Esta iniciativa vem ao encontro do Plano Nacional de Educação, que traz em sua Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE.



Os programas induzidos estão ainda em consonância ao que está sendo desenhado como componentes curriculares da Base Nacional Comum. Esta Base está em fase de construção, a partir de ampla discussão na comunidade e atende ao disposto no Plano Nacional de Educação. Visa garantir o acesso aos conhecimentos fundamentais para qualquer estudante.

Foram recomendados no período de 2012-2015, programas de mestrado profissional em rede nacional para formação de professores nas áreas Português (ProfLetras), Artes (ProfArtes), Educação Física (Prof Educação Física), Física (ProFísica), Química (ProfQuímica), História (ProfHistória) e Ciências Ambientais (ProfCiamb). O programa para formação de professores de matemática (ProfMat), foi recomendado em 2011 e ampliou suas atividades neste período, contando, no ano de 2016, com pouco mais de 2.600 alunos matriculados. O detalhamento dos programas que se encontravam em funcionamento no período, pode ser verificado a seguir:

O ProfMat é um curso semipresencial, com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática. Visa atender professores de Matemática em exercício no ensino básico, em especial na escola pública, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua atuação docente. O Programa opera em ampla escala, com o objetivo de, à médio prazo, ter impacto substantivo na formação matemática do professor em todo o território nacional. Este programa conta com 78 instituições de ensino distribuídas em todo o país como IES associadas.

O ProfLetras é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e tem como objetivo, a médio prazo, a formação de professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. O Profletras prevê o cumprimento de 360 horas/aula em um prazo de dois anos. Entre as disciplinas, cinco são obrigatórias e três são optativas, estas últimas escolhidas em um conjunto de 12. Para integralizar o curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 24 créditos. O Programa está constituído de uma única área de concentração: 'Linguagens e letramentos'. A essa área se vinculam duas linhas de pesquisa: teorias da linguagem e ensino; leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes. São 44 instituições de ensino associadas.



O Prof Artes tem como área de concentração o Ensino de Artes. É coordenado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e tem o objetivo de proporcionar formação continuada aos docentes de Artes da educação básica pública, propondo discussões sobre o papel do ensino da arte na escola e na comunidade. O curso tem uma estrutura semipresencial, com a oferta de duas disciplinas de fundamentação à distância, três disciplinas obrigatórias e três optativas, além da realização de trabalho de conclusão orientado de forma presencial. Para o desenvolvimento de suas atividades, participam 11 instituições.

O ProfFis é coordenado pela Sociedade Brasileira de Física (SBF) e é voltado aos professores de ensino médio e fundamental. Conta também com a participação de várias instituições de ensino superior que constituem 43 polos regionais, onde ocorrem as atividades de ensino e desenvolvimento do programa. As atividades são em sua maioria presenciais. O principal objetivo é capacitar professores da educação básica quanto ao domínio de conteúdos atualizados de física e de técnicas atuais de ensino para aplicação em sala de aula. As linhas de pesquisa se dividem: Física no ensino médio; Física no ensino fundamental; e processos de ensino e aprendizagem e tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física.



O ProfHis é coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, de modo a oferecer qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. Possui como área de concentração o Ensino de História e carga horária total de 555 horas. Para o desenvolvimento de suas atividades são 28 instituições associadas.

Os programas Prof Educação Física e ProfCiamb foram induzidos e tiveram sua autorização para funcionamento em 2015. O início de suas atividades está previsto para março de 2016.

A evolução do número de titulados nestes programas, no período, pode ser verificada na Tabela abaixo.

Ano	Titulados
2013	776
2014	806
2015	1.396
2016	1.104

Fonte: Coleta/ Sucupira. Dados do último envio válido de cada programa de pós-graduação com nota igual ou superior a 3. Extraído em 31/03/17.

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0593 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0593			
Descrição	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da Educação Superior.		
Código	XXXX	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino	Código	XXXX
-----------------	--	---------------	------

Vinculada ao Objetivo 0593 está a meta que visa aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação. Para atender esta meta, a DAV durante a vigência do PPA 2012-2015 procurou atender à crescente complexidade e à expansão do SNPG, o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil vem se aperfeiçoando gradualmente e, a cada ano, são incorporados novos elementos, tanto do ponto de vista instrumental quanto conceitual.

No que se refere ao modelo baseado na análise por pares, tem sido realizados ajustes para que o sistema possa captar as necessidades de mudanças sinalizadas pela comunidade acadêmico-científica e as decorrentes da própria natureza do processo de produção do conhecimento. No que tange aos sistemas informatizados e aos instrumentos que suportam as atividades de avaliação, cabe destacar as ações que foram realizadas no período 2012-2015:

Implantação da Plataforma Sucupira, que permitiu uma mudança conceitual e operacional de informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação; permitindo disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A Plataforma passou a ser a fonte de informações para estabelecimentos de diagnósticos, estudos, ações, políticas públicas e igualmente para prestação de contas e atendimentos aos organismos de controle.

- Em 2015, a Plataforma Sucupira completou 1 ano de funcionamento, quando foram finalizados dois ciclos de "coleta de dados e informações" (referentes aos anos-base de 2013 e 2014), além do contínuo preenchimento das informações à medida que vão sendo concretizadas as atividades nos PPGs; e dois ciclos de submissão e análise de propostas de cursos novos (APCNs) e de Minter-Dinter, referentes aos anos de 2014 e 2015.
- Desenvolvimento de módulos complementares no Coleta de Dados para o acompanhamento das atividades de Minter/Dinter, que permitiram aferir a qualidade da realização dos projetos;
- Adequação do WebQualis, aplicativo utilizado na classificação de periódicos e da produção artística dos programas de pós-graduação, de modo a tornar mais ágil e seguro o conjunto de ações que impactam na sua utilização. Em 2015, foram feitas reuniões de área para atualização da classificação dos periódicos;
- Elaboração de instrumentos de apoio mais amigáveis à análise dos dados considerados na atividade de avaliação;
- Aprimoramento do marco regulatório específico das atividades de avaliação;
- Alteração da periodicidade de avaliação de três para quatro anos (Avaliação Quadrienal);
- Em 2015, foram realizados 48 Seminários de Meio Termo, com objetivo de obter uma "fotografia" de cada área de avaliação na primeira metade do biênio de avaliação (2013-2014); orientar os programas de pós-graduação para o biênio 2015-2016,



completando, dessa forma, o período de avaliação de quatro anos; além de proporcionar articulação e interação dos coordenadores da pós-graduação brasileira. O acompanhamento realizado embasará a Avaliação Quadrienal que será realizada em 2017.

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0803 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0803			
Descrição	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o		
Código	080	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino.	Código	2032

Vinculadas ao Objetivo 0803 estão as metas que visam elevar o percentual de mestres e doutores titulados por ano e elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. Ao longo do período de vigência do PPA 2012-2016 a Diretoria de Avaliação tornou público quatro momentos distintos para que instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia pudessem submeter propostas de cursos novos (APCN) e mestrado e doutorado institucional (MINTER e DINTER).

Em decorrência deste fato, os cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado e doutorado tiveram expansão, ao longo desse período, da ordem de 25%. Na Tabela 2 é apresentada a evolução dos cursos de mestrado e doutorado, nos quatro anos analisados.

Ano	Cursos de Doutorado	Cursos de Mestrado (Acadêmico e	Total
2012	1.717	3.289	5.006
2013	2.100	3.482	5.582
2014	2.119	3.690	5.809
2015	2.151	3.867	6.018
2016	2.182	4.101	6.283

Fonte: GEOCAPES para os dados de 2012. Extraído em janeiro de 2016. Dados de 2013 a 2016 provenientes da base do Coleta/Sucupira referentes ao último envio válido de cada programa de pós-graduação com nota igual ou superior a 3. Extraído em 31/03/17.

Em função da expansão dos cursos de pós-graduação stricto sensu, ocorreu concomitantemente o crescimento do número de mestres e doutores titulados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O total de doutores titulados apresentou crescimento da ordem de 24% (2015 a 2012), enquanto os mestres titulados tiveram uma expansão um pouco inferior, da ordem de 18% (2015 a 2012) (Tabela 02).

O Plano Nacional de Educação (PNE) em sua meta quatorze, estabeleceu que o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu deverá crescer gradualmente, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores até o ano de 2024.

Os dados da Tabela 3 demonstram que a meta do PNE para os mestres titulados está próxima a ser atingida. Em 2015, 93% da meta definida neste plano já terá sido concluída. No caso dos doutores titulados o cumprimento da meta está um pouco mais distante; em 2015, 69% da meta da definida no PNE já havia sido atingida, porém, mantido o ritmo de expansão do número de doutores titulados ao longo dos últimos anos, permitirá que esta meta seja atingida dentro do prazo de vigência do PNE 2014-2024.

Ano	Doutores Titulados	Percentual Meta PNE Doutores	Mestres Titulados	Percentual Meta PNE Mestres
2012	13.912		47.138	
2013	15.646		50.944	
2014	17.286		53.502	
2015	18.996		56.911	
2016*	20.603		59.891	
PNE	25.000	-	60.000	-
(2024)				

*estimativa

Fonte: GEOCAPES para os dados de 2012 a 2014, dados de 2015 são estimativas.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB apresentará a análise de seu desempenho operacional baseado no planejamento efetuado na LOA 2016. Uma síntese dos principais programas da DEB é apresentada na tabela a seguir.

Desempenho Operacional DEB (Ano 2016)

Programa	Unidade	Previsão LOA 2016	Utilização média das Bolsas em 2016	Percentual (%) Previsto/Utilização
Pibid	Bolsas	48.324	73.300	151,68%
Parfor	Bolsas	7.311	5.734	78,43%
Observatório da Educação	Bolsas	3.311	1.044	31,53%
OBMEP	Bolsas	900	1.025	113,89%
Total		59.846	81.103	135,52%

Observando o conjunto dos principais programas da DEB obtêm-se um desempenho 35,52% superior ao planejado na LOA 2016, quando a métrica é o quantitativo de bolsas previstas e utilizadas. Porém a análise individualizada de cada programa mostra que o desempenho do Pibid supera em 51,68% o previsto e a OBMEP em 113,89%. Da análise do desempenho do Parfor, que alcança 78,43% do previsto, e do Observatório da Educação, cujo alcance é de pouco mais de 31%, depreende-se que houve um remanejamento de recursos entre os programas da DEB.

Ao longo do ano fiscal de 2016 ocorreu um alinhamento entre as despesas contraídas e o orçamento disponibilizado para quitá-las. Esse processo de compatibilização orçamento/despesa decorreu de fatores externos e internos à Capes. No contexto externo foi aprovada a PEC 241, que limitou o crescimento dos gastos públicos à taxa de inflação do ano anterior. Esse cenário conduziu a um forte ajuste entre as despesas e o orçamento disponibilizado por diretoria ainda em 2016. A medida interna que contribuiu para o ajuste foi a retirada das cotas de bolsas ociosas em setembro de 2016 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência - Pibid, que permitiu que as cotas de bolsas concedidas passassem de 90.000 para aproximadamente 73.000 bolsas. Quando foi elaborado o orçamento para 2016 da DEB havia previsão de se

reformular o Pibid e um interstício de 4 meses na execução do programa, o que permitiria um ajuste do programa dentro do orçamento disponibilizado. Por isso foi feita uma previsão de bolsas (48.324) bem inferior à concessão de bolsas (90.000). Porém fatores externos impediram que o programa fosse alterado, obrigando a Diretoria a retirar as cotas ociosas.

Em 2017 a DEB dará prioridade ao Pibid e ao Parfor, que serão aprimorados para que possam prosseguir com maior qualidade. O apoio aos outros programas será revisto. No caso da OBMEP será descontinuado o fomento e no Observatório da Educação os últimos projetos encerram-se neste ano.

Vale destacar que no caso específico do Parfor a melhor maneira de se mensurar o desempenho operacional do programa é por meio do número de professores da Educação Básica que são os beneficiários dos cursos ofertados. No período 2009-2016 matricularam-se no Parfor 94.247 professores. Desse total, 34.549 já se formaram e 36.871 estão cursando.

Diretoria de Programas e Bolsas no País

As ações da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB estão diretamente relacionadas à consecução do Objetivo 1010 do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, qual seja: “Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024”. Para a consecução desse objetivo a DPB têm participação nas seguintes metas:

Meta 04L3 - Ampliar de 95 mil para 113 mil o número de bolsas de estudo no País concedidas anualmente em programas de pós-graduação stricto sensu.

Meta 04TL - Ampliar para 73% o percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, em consonância com o disposto na Meta 13 do Plano Nacional de Educação.

Meta 04L1 - Ampliar de 245 mil para 305 mil o número de matrículas anuais em programas de pós-graduação stricto sensu.

Meta 04L2 - Ampliar de 73 mil para 91 mil o número de mestres e doutores titulados anualmente em programas de pós-graduação stricto sensu, em consonância com o disposto na Meta 14 do Plano Nacional de Educação.

Em 2016 a CAPES, visando apoiar a formação de pessoal qualificado na educação superior, desenvolveu diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, entre as quais se destacam a expansão da concessão de bolsas no país, a ampliação das parcerias e acordos de cooperação com diferentes órgãos dos governos federal e estaduais, por meio de suas Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados – FAPs e a promoção da democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. A seguir são apresentadas, resumidamente, algumas iniciativas realizadas pela DPB com o objetivo contribuir para o alcance metas dos objetivos definidos no PPA 2016-2019, especialmente em relação ao atingimento das Metas do Objetivo 1010:

Concessão de Bolsas de Estudo e Fomento à Pós-graduação no País

A concessão de bolsas de estudo no País é um dos instrumentos da CAPES que viabiliza a formação de recursos humanos altamente qualificados em nível de pós-graduação *stricto sensu*. A ampliação do número de bolsas concedidas anualmente é necessária para acompanhar a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação – SNPG, de forma que sejam disponibilizadas bolsas de mestrado e doutorado a todos os cursos novos que entram em funcionamento a cada ano. Além disso, o acréscimo de bolsas ao SNPG faz-se necessário tendo em vista a ampliação do número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* ao longo dos últimos anos.

Dessa forma, a CAPES vem dando continuidade à política de concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação – PPGs de Instituições de Ensino Superior – IES e de Pesquisa brasileiras, buscando atender ao crescimento do SNPG. Entre 2011 e 2015, período do PPA anterior, no qual ainda não eram consideradas nessa meta as bolsas de formação dos professores da Educação Básica, foi possível verificar um crescimento de 40,8% no número de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas no País, passando de 70.742 em 2011 para 99.632 em 2015. Convém destacar que, neste período, o crescimento do número de bolsas de doutorado foi ainda maior (63,9%), passando de 26.108 bolsas concedidas em 2011 para 42.779 em 2015. Este crescimento expressa uma política de concessão convergente às diretrizes do Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020, as quais indicam a necessidade de priorizar a formação em nível de doutorado. Em 2016, o número de bolsas de pós-graduação no País foi de 100.580, sendo 50.393 de mestrado, das quais 2.544 foram destinadas à formação de

professores da Educação Básica, 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado, o que representa o cumprimento de 89% da Meta 04L3 do PPA 2016-2019 prevista para ser alcançada em 2019 (113 mil bolsas). Em 2017 a expectativa é que o número de bolsas seja ampliado para 104,9 mil. Seguindo esse ritmo de crescimento anual (cerca de 4%) será possível atingir a Meta 04L3 do PPA 2016-2019. Além dessas, foram concedidas 191 bolsas de Professor Visitante Sênior, 52 de

Supervisão, 1.654 de iniciação científica e 500 para o Programa Idiomas sem Fronteiras em 2016.

Convém ressaltar que em 2016 foi realizada uma concessão adicional de 302 bolsas de mestrado e 252 bolsas de doutorado às IES da Região Norte que possuem programas de pós-graduação recomendados pela CAPES. Essa concessão atendeu a uma demanda feita pelos representantes do Fórum de Reitores da Região Norte, expressa na “Carta Rio Branco”.

Editais Estratégicos, Parcerias e Acordos de Cooperação

Além da manutenção das principais ações voltadas para o SNPG, foram lançados novos editais e firmadas novas parcerias/acordos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Entre as novas ações implementadas em 2016, destacam-se os editais de indução a pesquisas de suporte a situações críticas e emergenciais, tais como os de apoio a pesquisas sobre o vírus zika e para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em 2016 a CAPES deu continuidade à sua política de estabelecimento de parcerias com outros órgãos, tendo firmado acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e com o Conselho Federal de Enfermagem – COFEN. Esses novos acordos somaram-se aos já existentes, firmados com os ministérios da Defesa, da Integração, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, além de acordos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz,

o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, a Eletrobrás, o Instituto do Aço, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, as Secretarias de Assuntos Estratégicos – SAE e de Direitos Humanos – SDH da Presidência da República, a Universidade de São Paulo – USP, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, a Associação Instituto Vale – ITV, a Agência Nacional de Águas – ANA e a National Science Foundation – NSF. No referido exercício foram mantidas as parcerias com os governos estaduais por meio de 24 acordos de cooperação firmados com as FAPs dos seguintes estados: AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP. O Programa CAPES/FAP, criado pela Portaria N° 90/2013 e regulamentado pela Portaria N° 106/2014, tem como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, com vistas a reduzir as assimetrias regionais, fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas Unidades da Federação – UF parceiras. Por meio dessas parcerias foram concedidas bolsas de estudo e recursos de custeio, buscando atender as necessidades de cada UF.

Portal de Periódicos: Democratização do acesso à informação científica e tecnológica

Complementando as ações consoantes às diretrizes do PPA 2016-2019 de fomento ao desenvolvimento da pós-graduação, a CAPES vem promovendo a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. Por meio dessa biblioteca virtual é disponibilizado aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no País, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Em 2016, o investimento para a manutenção e desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de R\$ 357,5 milhões, beneficiando 400 instituições de ensino superior e de pesquisa no Brasil com um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional. O Portal conta com um acervo de 37.786 periódicos em textos completos, 128 bases de dados de referências e resumos, 65 bases de teses e dissertações, 43 obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios etc), 11 bases de patentes, 31 bases de dados com livros, resultando na disponibilidade de mais de 274 mil documentos eletrônicos (capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc), 66 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e 14 bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas).

Iniciativas da CAPES que visam contribuir para a ampliação do percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior

A contratação de docentes com mestrado e doutorado pelas IES brasileiras é de extrema importância para a melhoria da qualidade do ensino e pesquisa no País. Considerando que a exigência da qualificação de docentes no ato da contratação é de responsabilidade das próprias IES, as quais gozam de autonomia administrativa, a CAPES contribui, indiretamente, para o alcance dessa meta, na medida em que suas ações

incidem sobre o crescimento do número de titulados em nível de pós-graduação. Além dos diversos programas de fomento à formação, a Fundação desenvolve ações específicas para formação de docentes das IES públicas, tais como o Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral, o Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter, além das bolsas destinadas para essa mesma finalidade concedidas no âmbito dos acordos de cooperação com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs.

O Prodoutoral é executado de forma compartilhada entre a CAPES e as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES participantes do programa por meio de um planejamento detalhado no Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor. Assim, para participar do programa, as IFES devem criar as condições para que seus docentes possam se qualificar, obtendo o afastamento necessário para o recebimento da bolsa concedida pela CAPES. Em 2016, 279 docentes de IFES localizadas em todas as regiões do País

foram beneficiados com bolsas de doutorado e auxílios-moradia concedidos por meio do Prodoutoral.

Outro instrumento de apoio a formação de docentes de IES é o Dinter. Esse Programa utiliza a competência de PPGs com nota maior ou igual a 5 na avaliação da CAPES para, com base em parceria interinstitucional, viabilizar a formação de turmas de professores doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto em suas IES de origem. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um programa de pós-graduação já consolidado. Em 2016, 304 docentes de IES localizadas em todas as regiões do País foram beneficiados com bolsas de doutorado concedidos por meio do Dinter. Além disso, em 2016 a CAPES passou a fomentar 23 novos projetos Dinter aprovados quanto ao mérito em 2015. Em 18 desses projetos as instituições receptoras estão localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabe destacar que entre os objetivos comuns de ambos os programas está também a redução das assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Assim, prioriza-se nesses programas a formação de docentes das instituições localizadas em regiões em desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo que 81,3% dos 383 docentes beneficiados com bolsas de doutorado desses programas em 2016 são vinculados a IES localizadas nessas regiões.

Ampliação do número de matrículas e do número de mestres e doutores titulados, por ano, em programas de pós-graduação stricto sensu.

Todas as ações anteriormente descritas contribuem para ampliar o número de matrículas e o número de mestres e doutores titulados na pós-graduação stricto sensu, destacam-se a expansão, com qualidade, da oferta de cursos de pós-graduação (especialmente os de doutorado), a ampliação do apoio financeiro aos programas de pós-graduação stricto sensu (concessão de bolsas de estudo e recursos de custeio) e o estímulo à atuação articulada com as agências estaduais de fomento à pesquisa e com outros órgãos do governo.

Em 2015 (informação mais atual) 251.681 discentes de mestrado e doutorado encontravam-se matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu, o que representa 82,5% da meta prevista para 2019. Mantendo o ritmo de crescimento observado nos últimos anos estima-se que a meta de 305 mil matriculados seja obtida até o ano de 2019. Em relação ao número de titulados, em 2015 73.549 mestres e doutores titularam-se em programas de pós-graduação stricto sensu, o que representa um atingimento de 80,8% da meta prevista para 2019. Os dados referentes a 2016 serão disponibilizados apenas ao final do primeiro semestre de 2017.

Em 2016, as ações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) foram voltadas à internacionalização da educação, ciência e tecnologia, com foco no aprimoramento das relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, na fixação de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil, na formação de redes de colaboração sólidas e permanentes e na abertura de canais de comunicação entre áreas de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

A internacionalização da educação, ciência e tecnologia gerou impacto nos conhecimentos, habilidades e atitudes dos egressos que realizaram sua formação no exterior, com consequências no aprimoramento de processos e resultados com os quais estejam envolvidos. Esse processo tem sido essencial para intensificar o diálogo do Brasil com o mundo e a promover sua inserção econômica, cultural, científica e tecnológica no meio internacional.

Entre as principais ações realizadas pela DRI no ano anterior, ressalta-se a continuidade na implementação de bolsas individuais e daquelas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e de parcerias universitárias – fruto de acordos de cooperação internacional –, e o lançamento de novos editais para concessão de bolsas no exterior (Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche, Pós-Doutorado e Estágio Sênior). Dentro desse contexto, merece especial atenção a disponibilização de 1 (uma) cota de Doutorado Sanduíche para cada programa de Doutorado com conceito entre 3 e 7, a ser implementada no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) em 2017.

Nas ações de promoção à internacionalização, merecem destaque: a retomada de acordos estratégicos com parceiros tradicionais, como o DAAD-Alemanha (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico); o desenvolvimento de atividades com novos parceiros, como o *International Institute for Applied Systems Analysis* (IIASA); e o estabelecimento do Instituto da Novação (Portaria CAPES nº 176/2016), que amplia as possibilidades de contrapartida ao investimento público que podem ser prestadas pelos ex-bolsistas.

Ao todo, foram beneficiados 18.829 estudantes, professores e pesquisadores com bolsas de estudo em 2016, das quais 1.698 foram concedidas no referido ano. Os principais destinos foram Estados Unidos (6.066) França (2.738), Alemanha (2.170), Irlanda (1.112) Portugal (946), Itália (670) Reino Unido (665), Espanha (483). Ademais, 1.322 projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias foram financiados com recursos de custeio e 11 projetos receberam recursos de capital.

My English Online

A CAPES gerencia o curso de inglês My English Online (MEO), que integra o Programa Idiomas sem Fronteiras (resultado da ampliação do Inglês sem Fronteiras, criado em 2013), uma das iniciativas do Ministério da Educação (MEC) para auxiliar no alcance dos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Desde sua criação, o MEO possibilitou o acesso de 941.763 estudantes de graduação e de pós-graduação, professores e técnicos de universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia à plataforma, contribuindo para a consecução do objetivo 0803. Somente no ano de 2016, foram distribuídas 101.814 novas senhas de acesso.

4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quanto aos indicadores de desempenho operacional da CAPES, destacamos que o monitoramento do desempenho do órgão está sendo realizado por meio de metas institucionais indicadas com a finalidade de atender ao disposto no Decreto nº 7.133/2010, que regulamenta os critérios gerais de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de pagamento da gratificação de desempenho de atividade de ciência e tecnologia – GDACT.

Nessa vertente, há ciclos anuais de avaliação em que cada órgão de forma discricionária define os meses de referência para a avaliação institucional. Na CAPES, o início do ciclo se dá no mês de junho de cada ano e o final em maio do ano posterior. Sendo assim, os últimos indicadores de desempenho da instituição são relativos ao período de junho de 2015 a maio de 2016. Abaixo, elencamos os indicadores de desempenho.

RESULTADOS DAS METAS INSTITUCIONAIS – 4º CICLO

Tipo de Meta	Descrição do Indicador	Fórmula	META	EXECUTADO
Global	Percentual de valores repassados (custeio e capital por meio de convênios, descentralizações e AUXPE), no período do ciclo de avaliação, em relação ao previsto.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	80%	87,4%
Global	Repasse dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	90%	124%
Global	Repasse dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Educação a Distância – DED, de 01 de janeiro até 31 de maio de 2016.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valores liberados do Orçamento 2016 x 100.	30%	50,2%
Intermediária	Atendimento das demandas por informação enviadas para a APE	Número de demandas por informação/ número de demandas atendidas x 100	90%	90%
Intermediária	Atualizar indicadores no SIMEC referentes à ações e programas da CAPES	Quantidade de indicadores a atualizar / quantidade de indicadores atualizados x 100.	80%	80%
Intermediária	Avaliação e implementação dos termos de referência.	Quantidade de termos de referência enviados à APE/quantidade de termos de referência tramitados x 100.	80%	80%
Intermediária	Economia nas licitações da CAPES.	[(valor de bens ou serviços adquiridos / estimativa de preço dos bens ou serviços) – 1 >= -10%]. Considerando a data de homologação dos objetos, independente do início do processo licitatório, do pagamento ou do recebimento dos objetos.	10%	50%

Intermediária	Quantidade de prestações de contas aprovadas ou rejeitadas (finalizadas)	Número absoluto de prestações de contas finalizadas.	1000	1.489
Intermediária	Quantidade de participações de servidores da CAPES em eventos de capacitação.	Número absoluto de participações de servidores em eventos de capacitação até o final de maio de 2016.	150	424
Intermediária	Média de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do Ciclo de Avaliação.	Quantidade de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do ciclo de avaliação/número de meses do período.	81.066	87.966
Intermediária	Percentual de valores repassados (custeio e capital por meio de convênios, descentralizações e AUXPE) no período do ciclo de avaliação, em relação ao previsto.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	80%	87,4%
Intermediária	Cumprir as atividades previstas nos calendários da Diretoria de Avaliação, nos períodos do ciclo de avaliação.	Número de atividades processadas/Número de atividades agendadas para o período de avaliação x 100.	85%	100%
Intermediária	Quantidade de beneficiados com bolsas no país e no exterior e auxílios (por meio de projetos, parcerias e PAEX) ativos no âmbito dos programas tradicionais da DRI.	Número absoluto de bolsistas e auxílios ativos, obtido por meio da contagem de CPFs que receberam algum benefício no período do ciclo de avaliação.	4200	8459
Intermediária	Visitas às IES do Sistema UAB para treinamento e acompanhamento da execução orçamentária dentro do programa de 01 de junho de 2015 até 31 de maio de 2016.	Somatório da quantidade de visitas realizadas no período do ciclo.	10	8

Intermediária	Polos do Sistema UAB com status AA - Aptos.	Somatório da quantidade de polos UAB com status AA no final do período do ciclo.	720	720
Intermediária	Aprovação, a partir da análise técnica, da oferta de vagas em cursos a distância das IES em polos AA - Aptos.	Somatório da quantidade de novas vagas aprovadas no período do ciclo.	21000	22190
PARCELA INSTITUCIONAL ATRIBUÍDA À GDACT			80 pontos	

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

Tabela 6 - Estruturas de Governança na CAPES

Colegiado	Fundamentação	Descrição
Conselho Superior	Art. 19 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da CAPES, ao qual compete estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da Capes; apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação; subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação com propostas relativas às finalidades da Capes; apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios; aprovar a programação anual da Capes; aprovar a proposta orçamentária da Capes; aprovar o relatório anual de atividades da Capes; aprovar a indicação para a nomeação e exoneração do Auditor-Chefe; apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno da Capes; apreciar processos encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE; e definir o processo e os critérios de escolha dos coordenadores das áreas de avaliação de que trata o § 2º do art. 3º do Decreto Nº 8.977/2017 e encaminhar ao Presidente da Capes as suas indicações por meio de listas tríplices.
Conselho Técnico-Científico da Educação Superior/Pós-Graduação – CTC-ES	Art. 22 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da Educação Superior / Pós-Graduação, ao qual compete assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e das diretrizes específicas de atuação da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação; opinar sobre a programação anual da Capes na área específica da educação superior; opinar, na área de sua atuação, sobre critérios e procedimentos para a concessão de bolsas e auxílio institucionais e individuais; opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e as instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na área de sua atuação; propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela Capes no âmbito da educação superior; deliberar, no âmbito da Capes, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação; propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes; e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC - EB	Art. 24 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da Educação Básica, ao qual compete assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e das diretrizes específicas de atuação da Capes no que se refere à formação

Colegiado	Fundamentação	Descrição
		inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores; assistir as Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica e de Educação a Distância no que diz respeito à consolidação do regime de colaboração entre todos os níveis de governo; discutir diretrizes de longo prazo para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica; fixar parâmetros para avaliação da demanda por professores da educação básica, inclusive para subsidiar a instalação de polos de apoio presencial; acompanhar a avaliação dos cursos de formação inicial de professores nos processos conduzidos pelo INEP; colaborar na elaboração de propostas relativas à formação inicial e continuada de professores da educação básica, para subsidiar e consolidar o Plano Nacional de Educação; opinar sobre a programação anual da Capes, na área específica de formação de professores e valorização da educação básica; opinar sobre os critérios e os procedimentos para fomento a estudos e pesquisas relativos à orientação de políticas de formação e conteúdo curriculares dos cursos de formação de professores da educação básica; estabelecer parâmetros para avaliação dos programas de fomento da Capes; propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes na sua área de atuação; opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes; e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Editorial da Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG	Portaria CAPES nº 98/2014 Portaria CAPES nº 12/2015 Portaria CAPES Nº 142/2015	É um Conselho Editorial com a responsabilidade de elaborar a política editorial do periódico.
Grupo Assessor do Portal de Periódicos (PAAP)	Portaria CAPES nº 120/2015	Instância colegiada de articulação, negociação e pactuação entre gestores, trabalhadores e usuários de instituições de ensino e pesquisa brasileiras para a regulamentação e a operacionalização das ações do Portal de Periódicos da Capes.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais	Portaria CAPES Nº 142/2016	Elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar avaliação de mérito, priorizações e classificação de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DRI, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas por país e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, representar eventualmente, quando convocado, a Diretoria de Relações Internacionais em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Programas e Bolsas no País	Portaria CAPES nº 16/2015	Analisar propostas de estudos e programas da DPB para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível no sistema de pós-graduação, educação básica e de desenvolvimento científico e tecnológico, assessorar o Presidente e o Diretor da DPB sobre assuntos que lhes sejam submetidos, elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar priorizações de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DPB, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, e estar disponível para eventual representação da CAPES e/ou da Diretoria de Programas e Bolsas no País em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.

Colegiado	Fundamentação	Descrição
Comitê de Governança Digital da CAPES	Portaria CAPES Nº 211/2016.	Promover a integração entre as estratégias organizacionais da CAPES e as estratégias de TIC, estabelecer as estratégias, políticas e diretrizes, bem como editar normas e procedimentos específicos, no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação da CAPES, analisar e aprovar: a) o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, e suas revisões, previsto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 12 de novembro de 2010; b) a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, prevista na Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008; c) o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC, e suas revisões, previsto na Portaria STI/MP nº 40, de 14 de setembro de 2016, patrocinar a institucionalização de práticas de governança e de gestão de TIC na CAPES; V - Definir prioridades na formulação e execução de planos e ações relacionados a TIC na CAPES, garantir recursos humanos, materiais e financeiros para implementação do PDTIC e da POSIC na CAPES, avaliar a execução e os resultados do PDTIC e da POSIC, instituir grupos de trabalho para assessoramento e proposição de normativos, ações e medidas para aprovação do CGD, inclusive para o atendimento à exigências suscitadas pelo Ministério da Educação e pelo Governo Federal.

5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, dispõe acerca das atividades que competem à Auditoria Interna da CAPES. O referido decreto pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5423-base-juridica>

Informamos que a Portaria CAPES nº 20, de 16 de março de 2015, instituiu o Código de Ética desta unidade de auditoria Interna. A citada Portaria pode ser consultada em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-marco-2015.pdf (Anexo X).

Esta unidade de auditoria interna observa integral e estritamente as normas e orientações editadas pelo Tribunal de Contas e pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Em 12 de maio de 2015, foi publicada a Portaria CAPES nº 63, com vistas a garantir a independência e objetividade necessárias para a realização das atividades da Auditoria Interna da CAPES. O texto da portaria em comento pode ser acessado em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-Maio-2015.pdf (Anexo XI).

A unidade de auditoria interna da CAPES, conforme já destacado, segue as orientações técnicas e disposições normativas exaradas pela Corte de Contas e pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portanto, para o desenvolvimento de suas atividades, a AUD/CAPES adota integralmente as orientações e recomendações expedidas pelo TCU e MTFC, sendo esta a estratégia de atuação.

A unidade de auditoria interna é composta atualmente pelo Auditor-Chefe (cargo de Direção e Assessoramento Superior DAS 4), por três servidores de nível superior (Analistas em Ciência e Tecnologia), por dois servidores de nível médio (Assistentes em Ciência e Tecnologia) e por uma servidora terceirizada (Secretária Executiva).

A aprovação da indicação do Auditor-Chefe, nos termos do inciso VIII do art. 19 do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017, compete ao Conselho Superior da CAPES. A escolha é submetida ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

A Auditoria Interna vincula-se administrativamente ao Conselho Superior da CAPES, conforme o disposto pelo parágrafo único do art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017.

Cabe registrar que o Conselho Superior, por meio da Resolução nº 4, de 11 de dezembro de 2014, delegou ao Presidente da CAPES para que este, na condição de Presidente do Conselho ora tratado, possa deliberar acerca de questões apresentadas pela AUD/CAPES que versem sobre atividades rotineiras e executivas desta unidade de auditoria interna, sem prejuízo do disposto no inciso VIII do art. 19 do Decreto nº 8.977/2017. A citada Resolução pode ser verificada em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/0-712014-Boletim-Servico-DEZEMBRO-2014.pdf (Anexo XII).

A Auditoria Interna encaminha os relatórios finais às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, destacando as recomendações contidas nos referidos relatórios. Tais recomendações, se adotadas, podem, no entendimento da Auditoria Interna, fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias.

A Auditoria Interna, em obediência ao art. 12 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, informa ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União a finalização da atividade de auditoria realizada no âmbito da CAPES.

As áreas auditadas, após 30 dias do recebimento do relatório final, são questionadas pela Auditoria Interna acerca da implementação das recomendações contidas nos relatórios. O Gabinete da Presidência da CAPES recebe cópia do expediente encaminhado à área auditada quanto ao questionamento acerca do atendimento às recomendações da AUD/CAPES.

Caso a área auditada informe que não implementou recomendação da Auditoria Interna, de acordo com o caso concreto, a AUD/CAPES solicitará reunião com o Diretor responsável e com representante do Gabinete da Presidência, de modo que o Presidente tenha ciência do ocorrido.

Em se tratando de riscos elevados decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna pela alta gerência, o Auditor-Chefe solicitará reunião do Conselho Superior para abordar tal questão.

Não houve adequações na estrutural organizacional da AUD/CAPES.

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2016, foi instaurada pelo Senhor Presidente da Capes a Comissão de Sindicância Acusatória, por meio da Portaria nº 202, de 14 de novembro de 2016, para apuração das irregularidades descritas no processo nº 23038.007563/2016-72.

A Comissão Sindicante ora tratada foi reconduzida em duas ocasiões, por meio da publicação das Portarias nº 8, de 17 de janeiro de 2017; e nº 41, de 21 de fevereiro de 2017.

Cabe ressaltar que a Comissão Sindicante é composta por dois servidores do quadro de pessoal do Ministério da Educação - MEC.

Registramos que todos os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Capes estão devidamente registrados no sistema CGU-PAD, em estrita observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Por fim, informamos que a Capes não possui em sua estrutura área de correição própria.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

A identificação dos riscos no âmbito da CAPES ocorre tanto em nível de Diretoria Executiva como no âmbito de cada uma das sete diretorias da Instituição, conforme a atividade que esteja sendo avaliada.

Em 24 de setembro de 2015, por meio da Portaria CAPES nº 121, foi instituído o Grupo de Trabalho para elaboração de política de avaliação de riscos da CAPES.

A minuta de portaria que dispõe sobre a política de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão da CAPES está em processo de finalização. Será apresentada à Diretoria Executiva da CAPES, para análise e deliberação, até o final do mês de maio de 2017. Cumpre registrar que o trabalho de confecção da minuta ora tratada vem observando integralmente as disposições da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016.

Vale ressaltar que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União avaliou, no Relatório de Auditoria 201503635, que *“embora a CAPES não disponha de avaliação de riscos, é importante destacar que eles existem, mesmo que não estejam mapeados, o que possibilita a existência de procedimentos de controle aptos a serem aplicados caso esses riscos ocorram”*.

Com a publicação da portaria que trata da política de avaliação de riscos no âmbito desta Fundação e a consequente utilização da ferramenta para a análise e mitigação de riscos por parte das áreas técnicas, o ambiente de controle certamente apresentará significativa evolução.

Em relação aos controles internos, as Diretorias verificam se estes estão em pleno funcionamento, mediante a observação de indicadores criados para tais fins.

Além dos mecanismos e orientações existentes no sistema central de controle interno do Poder Executivo Federal para a verificação do funcionamento dos controles internos desta Instituição, a Auditoria Interna, quando da realização de suas atividades, verifica tais controles, recomendando às áreas auditadas a adoção de medidas que possam fortalecer as estruturas de controle interno e, ainda, monitora a implementação das recomendações.

5.5 Informações sobre empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 17 - Força de trabalho da UPC

Quadro 18 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	604	397	12	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	604	397	12	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	604	382	2	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NÃO HÁ	8	4	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	NÃO HÁ	1	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ	6	6	11
2. Servidores com Contratos Temporários	79	26	3	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	39	14	9	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	701	437	24	38

Fonte: SIAPE

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	136	261
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	136	261
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	125	257

1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	2
2. Servidores com Contratos Temporários	26	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	8	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	170	267

Fonte: DW-SIAPENet.

Quadro 19 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	104	100	54	34
1.1. Cargos Natureza Especial	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	104	100	54	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	NÃO HÁ	78	37	19
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	NÃO HÁ	3	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	NÃO HÁ	6	6	12
1.2.4. Sem Vínculo	39	4	4	1
1.2.5. Aposentados	NÃO HÁ	9	6	1
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	104	100	54	34

Fonte: SIAPE.

Análise Crítica

Não se verifica distorções na distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim e no número de servidores em cargos comissionados em relação aos não comissionados.

Infelizmente, a quantidade de servidores não é suficiente frente às necessidades desta Fundação.

Além disso, há previsão de concessão de 50 aposentadorias até o exercício de 2021; não há expectativa de realização de um novo concurso público e a CAPES tem recebido inúmeros pleitos para cessão, em alguns casos irrecusáveis, o que compromete a continuidade dos serviços desenvolvidos nesta Fundação. Tais fatos causam impactos negativos sobre a força de trabalho disponível.

Em 31/12/2016 haviam 44 servidores afastados, considerando afastamentos para estudo, licença capacitação, licença para tratamento de saúde, cessão, licença à gestante, licença para tratar de interesses particulares e licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 20 - Despesas do pessoal

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	016	28.261.592,87	2.825.626,54	3.597.294,94	11.272.645,07	2.536.808,23	1.173.723,95	382.380,35	136.446,77	39.874,52	50.226.393,24

	015	27.987.5 84,68	2.851 .593,39	3.343 .972,55	10.869 .723,72	1.978 .484,29	1.048.071, 96	390.2 15,34	2.646,2 4	48. 012,76	48.520 .304,93
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
E xercícios	016	0,00	690.1 81,45	50.52 1,84	75.504 ,53	556.0 01,39	0,00	10.18 8,63	0,00	0,0 0	1.382. 397,84
	015	0,00	817.9 17,76	67.82 9,26	48.292 ,75	457.0 55,65	0,00	9.018, 69	0,00	0,0 0	1.400. 114,11
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
E xercícios	016	0,00	905.1 45,22	75.67 4,62	64.138 ,45	248.2 34,39	0,00	21.64 8,96	0,00	0,0 0	1.314. 841,64
	015	0,00	834.4 26,99	65.85 0,66	64.138 ,45	186.5 73,28	0,00	30.52 2,93	0,00	0,0 0	1.181. 512,31
Servidores cedidos com ônus											
E xercícios	016	1.346.76 3,36	0,00	137.0 61,25	547.67 7,83	68.57 5,00	75.246,49	0,00	235,28	1.9 83,72	2.177. 542,93
	015	1.646.42 2,58	0,00	185.4 05,61	557.08 9,86	74.61 5,40	130.997,21	0,00	0,00	2.1 30,84	2.596. 661,50
Servidores com contrato temporário											
E xercícios	016	3.025.82 5,25	0,00	250.9 14,17	127.56 5,11	203.0 40,04	0,00	0,00	0,00	0,0 0	3.607. 344,57
	015	1.991.14 3,33	0,00	157.1 84,16	136.71 1,28	104.6 02,31	0,00	0,00	0,00	0,0 0	2.252. 929,80

6.1.3 Gestão de riscos relacionados a pessoal

O principal risco que vem sendo observado nos últimos anos, decorre da realização de concursos públicos promovidos por outras instituições públicas, com quadro de pessoal permanente de outras carreiras no serviço público federal ou estadual que, embora tenham níveis

salariais equivalentes ao da CAPES, oferecem carga-horária de trabalho menor e/ou outros benefícios mais vantajosos dos que são autorizados para as carreiras de Ciência e Tecnologia. Esse fato impacta na evasão de servidor treinado de forma significativa

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de pessoal de apoio

Quadro 21 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAPES						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de apoio administrativo e outros serviços auxiliares	26.414.755/0001-26	24/05/2012	23/05/2017	Ensino médio e superior	P
2014	Serviços de Secretaria	09.370.244/0001-30	13/11/2014	13/11/2017	Ensino médio e superior	P
2014	Serviço de Recepção	09.370.244/0001-30	13/11/2014	13/11/2017	Ensino médio	P

2015	Garçom, copeira e motorista	09.370.244/0001-30	13/11/2015	7	13/11/201	Ensino médio	P
2014	Serviço de Vigilância	02.282.727/0001-34	01/01/2015	7	31/12/201	Ensino médio	P
2012	Serviço de Brigada de Incêndio	08.414.767/0001-79	01/08/2012	7	31/07/201	Ensino médio e superior	P
2014	Serviço de Manutenção Predial	01.011.976/0001-22	01/08/2014	7	01/08/201	Ensino médio e superior	P
2010	Limpeza e conservação de bens móveis e imóveis	05.058.935/0001-42	03/05/2010	6	03/05/201	Ensino médio e Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação de bens móveis e imóveis	05.058.935/0001-42	04/05/2016	7	04/05/201	Ensino médio e Fundamental	A
2014	Estagiários	07.454.690/0001-06	01/08/2014	6	01/08/201	Ensino médio e superior	P

Fonte: SIASG

Contratação de estagiários

Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 31/12				Despesa no exercício de 2016
	2013	2014	2015	2016	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	67	67	68	61	441.263,16

1.1	Área Fim	49	49	44	36	257.235,32
1.2	Área Meio	18	18	24	25	184.027,84
2.	Nível Médio	27	25	23	17	75.158,22
2.1	Área Fim	18	16	10	6	29.473,27
2.2	Área Meio	9	9	13	11	45.684,95
3.	Total (1+2)	94	92	91	78	516.421,38
Fonte: DW-SIAPENet.						

A contratação de estagiários nesta CAPES, é realizada conforme disposto na Lei nº 11.788/2008, e Orientação Normativa nº 02 de 24 de junho de 2016, estando os procedimentos adotados baseados na seleção de currículos e norteados pelo interesse público. Atualmente, possuímos no quadro de estagiários vagas disponíveis, no entanto, em função do baixo valor da bolsa e auxílio-transporte concedidos, autorizados pelo Ministério do Planejamento, o interesse em ocupa-las pela comunidade acadêmica é baixo.

As contratações de estagiários, são realizadas conforme solicitações de suas unidades organizacionais, sendo no ano de 2016 iniciados 49 contratos e finalizados 78.

Outras informações relevantes

Política de capacitação e treinamento do pessoal

A Política de capacitação e treinamento dos servidores da CAPES foi instituída por meio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH, tendo sua última versão aprovado pela Portaria CAPES nº 214, de 31 de outubro de 2011 e alterada pelas Portarias CAPES nº 48/2012, nº 187/2012, e nº 72/2014.

O referido Programa tem caráter institucional e suas ações são pautadas pelas áreas estratégicas de interesse e necessidade da CAPES no cumprimento de sua missão. Conforme determinado no PIDRH, deve ser elaborado um Plano Anual de Capacitação tendo como base o Levantamento de Necessidade de Capacitação realizado por cada unidade organizacional do órgão.

As ações de capacitação previstas no PIDRH são realizadas por meio da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e englobam as seguintes modalidades de apoio:

- i. Cursos de curta duração: capacitação/treinamento em áreas diretamente vinculadas as atividades profissionais do servidor e às atribuições da CAPES;
- ii. Cursos de Idioma: cursos de idioma presenciais ou à distância.
- iii. Cursos de Graduação: cursos autorizados e reconhecidos pelo MEC e em área diretamente vinculada às atribuições da CAPES ou às atividades do servidor.
- iv. Cursos de Pós-graduação lato sensu: exclusivamente para cursos realizados no estado sede da CAPES e que atendam aos requisitos estabelecidos na Resolução CNE nº 01, de 5 de junho de 2007.
- v. Cursos de Pós-graduação stricto sensu: é concedido o apoio para os servidores cujos projetos de pesquisa contemplem áreas estratégicas de capacitação definidas pela Diretoria Executiva da CAPES e que tenham sido previamente submetidos à análise de mérito por consultor ad hoc.

Ao propor iniciativas que visam adequação das ações de capacitação às necessidades de desenvolvimento dos servidores com vistas ao alcance dos objetivos institucionais da CAPES, o PIDRH segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

Quantidade de servidores da UPC por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2016.

<u>Tipologias do Cargo</u>	<u>Quantidade de Servidores por Faixa Etária</u>				
	<u>Até 30 anos</u>	<u>De 31 a 40 anos</u>	<u>De 41 a 50 anos</u>	<u>De 51 a 60 anos</u>	<u>Acima de 60 anos</u>
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	<u>80</u>	<u>189</u>	<u>71</u>	<u>49</u>	<u>8</u>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
1.2. Servidores de Carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<u>80</u>	<u>189</u>	<u>71</u>	<u>49</u>	<u>8</u>

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	<u>79</u>	<u>185</u>	<u>65</u>	<u>47</u>	<u>6</u>
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
2. Servidores com Contrato Temporário	<u>3</u>	<u>16</u>	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>0</u>
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>5</u>
4. Total de Servidores (1+2+3)	<u>84</u>	<u>206</u>	<u>77</u>	<u>57</u>	<u>13</u>

Fonte: Extrator do SIAPE.

Quadro de Previsão de Aposentadoria em DEZEMBRO 2016

Ano previsão - Aposentadoria	Quantidade
JÁ RECEBEM O ABONO PERMANÊNCIA	16
2016	20
2017	3
2018	4
2019	4
2020	1
2021	2
2022	4
2023	2
2024	6
2025	3
2026	3
2027	4

2028	3
2029	5
2030	3
2031	4
2032	7
2033	10
2034	2
2035	8
2036	4
2037	9
2038	39
2039	42
2040	18
2041	4
2042	6
2043	63
2044	44
2045	6
2046	1
2047	3
2048	17
2049	11
2051	1
Total	382

Quantidade de servidores da UPC por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016.

<u>Tipologias do Cargo</u>	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade					
	EFI	EF	EMI	EM	ESI	ES
1. Servidores em Cargos Efetivos	2	0	0	37	10	348

(1.1 + 1.2)						
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2	0	0	37	10	348
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2	0	0	36	10	334
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	8
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0	1
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1	0	5
2. Servidores com Contrato Temporário	0	0	0	0	0	26
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0	0	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	0	0	37	10	388
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EMI - Ensino Médio Incompleto; EM - Ensino Médio; ESI - Ensino Superior Incompleto e ES - Ensino Superior						

Fonte: Extrator do SIAPE.

Quantidade de servidores da UPC por titulação - Situação apurada em 31/12/2016.

<u>Tipologias do Cargo</u>	<u>Quantidade de pessoas por tipo de titulação</u>
----------------------------	--

	S/T	E	M	D
Servidores de carreira vinculada ao órgão	143	107	76	56
<u>LEGENDA</u> <u>Tipo de Titulação</u> S/T – Sem Titulação; E - Especialização; M – Mestrado; D – Doutorado.				

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

No ano de 2016, a CAPES não executou nenhum Projeto de Cooperação com o apoio da UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Obs. Em 2016 não houve acordo nº 914BRZ1042.2, com vigência de 2016 a 2017, no valor de R\$ 500.000,00.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão de frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 e Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da CAPES.

Atendimento à constante necessidade da utilização de transporte para apoiar às várias atividades externas administrativas, operacionais e finalísticas do órgão.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

Quantidade veículos	Veículos de transporte institucional (art. 5º decreto nº 6.403, de 17 de março e 2008)	Veículos de serviços comuns (art. 6º decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008)
11	2	9

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quantidade veículos	Veículos de Transporte Institucional	Veículos de serviços Comuns
--------------------------------	---	--

11	2	9
Total KM rodados no ano de 2016	30.067 km	67.618 km
Média mensal	2.505 km	5.634 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículo.

Quantidade de Veículos	Veículos de Transporte Institucional (idade média)		Veículos de Serviços Comuns (idade média)	
11	Honda Civic	2002	Ford Ranger	2010
			Ford Ranger	2010
			Fiesta	2010
			Fiesta	2010
	Honda Civic	2007	S10	2003
			Citroen Jumper	2006
			VW Parati	2000
			Renault Clio	2007
			Elba	1994
Idade média	12,5 anos		11,4 anos	

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

Manutenção (Peças e Serviços)	Combustível	Seguro dos Veículos	Licenciamento / Seguro Obrigatório
R\$ 34.740,60	R\$ 38.517,61	R\$ 6.548,72	R\$ 2.017,11

g) Plano de substituição da frota.

Não foi prevista a substituição para o exercício de 2016.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Estão sendo realizados estudos/comparativos para comprovar a vantajosidade da locação em detrimento da substituição da frota atual.

i) Estrutura de controles de que a CAPES dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente a CAPES dispõe de um sistema de gerenciamento de gestão da sua frota de veículos oficiais abrangendo abastecimento, manutenção preventiva e corretiva. O sistema viabiliza um melhor gerenciamento dos serviços prestados evitando o desperdício de recursos através de redução de gastos inadequados por meio da utilização de relatórios de execução, melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, através do controle de quilometragem e consumo por veículo.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis ou fora de uso é feita por meio de doação conforme legislação vigente. A Capes possui atualmente um veículo em bom estado de conservação, porém em desuso. O veículo é um Fiat Elba Weekend, 1994/1994, placa JFO4706, renavan 618667822 e chassi 9BD146000R5187777. As despesas do veículo estão em dia, foram pagos em 2015 a taxa de licenciamento no valor de R\$ 64,00 e o seguro obrigatório de R\$ 105,25.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Este item não se aplica, pois a CAPES não realiza gestão de imóveis da União.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Este item não se aplica, pois a CAPES não realiza política de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros, públicos ou privados.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Imóveis	Localização	Quantidade	Valor Mensal
Sede Capes	Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco L Lote 06 – Brasília- DF	1	R\$ 1.052.242,76
Arquivo da Capes	SRTVN Bloco P Quadra 702, Edifício Rádio Center – Brasília - DF	1	R\$ 37.415,56

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Este item não se aplica, pois a CAPES não realiza obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional

O objetivo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é apresentar as diretrizes e orientações necessárias à definição de processos, indicadores, métodos e controles para a condução dos projetos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em apoio à estratégia institucional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Portaria nº 26, de 24 de março de 2015, aprovando o PDTI 2015-2016¹ da DTI da CAPES foi publicada no Diário Oficial da União em 26/03/2015.

Com abrangência institucional, o documento contempla as iniciativas de todas as diretorias por um período de 2 (dois) anos, com início de vigência em março de 2015 e término em dezembro de 2016, sendo revisado a cada 6 (seis) meses.

Para a elaboração do PDTI vigente foram considerados os seguintes fatores motivacionais:

- Constituição Federal, art. 37, caput;
- Decreto-Lei Nº 200/1967, art. 6º, inciso I;
- Plano Nacional de Pós-Graduação;
- Plano Nacional da Educação, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
- Agenda Estratégica da CAPES 2011-2015;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015.

¹ Disponível em <http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/30062016-pdti-2revisao.pdf>.

O documento foi elaborado com base nas diretrizes delineadas no Guia de Elaboração de PDTI do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), versão 1.0, de 2012, observando-se sempre a necessidade de alinhamento com as diretrizes estabelecidas e com os objetivos estratégicos da CAPES para este período.

O cumprimento da Missão da CAPES - “de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas públicas referentes à Educação Básica e à Pós-Graduação Stricto Sensu e desenvolver atividades de suporte à formação de pessoal qualificado para a Educação Básica e Superior, avaliação de cursos e programas de pós-graduação, bem como para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no contexto da operacionalização e financiamento dos Programas de Governo relativos à Educação” -, está apoiado fortemente por serviços e recursos de TIC.

A área de TIC da CAPES exerce importante papel no desempenho da Missão Institucional, tendo sido listada em 11 das 31 iniciativas estratégicas presentes na Agenda Estratégica 2011-2015, alcançando todas as outras diretorias, provendo soluções, fornecendo suporte às áreas finalísticas, apoiando as áreas intermediárias e, ainda, permitindo a integração com os demais órgãos do Governo Federal.

Dentre aos projetos desenvolvidos em 2016 pela DTI, destacam-se:

1. Modernização da solução de backup da CAPES;
2. Implantação de nova solução de outsourcing de impressão;
3. Infraestrutura para data center redundante (a ser ativada no INEP) instalada e interligada;
4. Viabilização de uniformização de solução de virtualização por meio de aquisição de solução única para esse fim;
5. Desenvolvimento e implantação do SICAPES 3 para apoiar os novos Editais oferecidos pela DPB e DRI;
6. Implantação do Portal EduCAPES para apoiar no armazenamento de objetos educacionais abertos;
7. Desenvolvimento e entrada em produção da versão 2.0 do SCBA;

8. Implantação do Projeto ANGA (Adequação de Nível e Grau Acadêmico) com a padronização de todos os sistemas da CAPES para uso de um único esquema no banco de dados acerca das informações de Nível, Grau Acadêmico e Modalidade de bolsa;
9. Implantação do SEI;
10. Implantação do Portal de Dados Abertos da CAPES.

Em 2016, foram realizadas 300 atividades de capacitação e treinamento, em mais de dez áreas temáticas diferentes, aos colaboradores da DTI. Os treinamentos *in company* ocorreram por meio de reuniões, workshops, palestras e seminários nas diversas áreas de atuação, visando aprofundar o conhecimento técnico dos colaboradores, oferecendo subsídios nos aspectos relacionados à gestão, à legislação e à formação continuada, buscando o engajamento de todo o corpo diretivo e operacional em boas práticas, minimização de desperdícios e melhoria da imagem corporativa, entre outros.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas

As competências do Comitê Gestor de TI da Capes foi incorporado às competências do Comitê de Governança Digital (Portaria GAB Nº 211, de 25 de novembro de 2016). Fazem parte do Comitê:

- Presidente da CAPES - ABÍLIO BAETA NEVES
- Diretora de Avaliação - RITA DE CASSIA BARRADAS BARATA
- Diretor de Programas e Bolsas no País - GERALDO NUNES SOBRINHO
- Diretora de Relações Internacionais - CONCEPTA MARGARET MCMANUS PIMENTEL

- Diretor de Formação de Professores da Educação Básica - MARCELO CÂMARA DOS SANTOS
- Diretor de Educação a Distância - CARLOS CEZAR MODERNE LENUZZA
- Diretor de Gestão - ANDERSON LOZI DA ROCHA
- Diretor de Tecnologia da Informação - SANDRO DE OLIVEIRA ARAÚJO

Em 2016, foi realizada uma reunião, em 17/10/2016, na Sala dos Conselhos do Edifício-Sede da Capes. As principais deliberações foram:

- O Comitê estabeleceu prazo de 2 dias para se indicar os integrantes da equipe de elaboração do PDTIC, para que se possa publicar Portaria com a instituição e composição desta.
- O Comitê aprovou o Plano de Trabalho proposto.

6.3.1 Principais sistemas de informações

A seguir, serão apresentadas as informações consistentes na identificação dos sistemas computacionais utilizados na CAPES e suas descrições.

Nome da Aplicação		Sigla	Descrição
GESTÃO DE DEMANDAS IMPRENSA	DE DE	GDI	Aplicação para gerenciamento de demandas de imprensa da CCS.
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS	DE	SIGRH	Controla toda a área de recursos humanos dos servidores da CAPES.

HUMANOS			
SISTEMA DE AGENDAMENTOS CDP	AGENDAMENTO S CDP		Sistema criado para o agendamento de serviços disponibilizados pela CGGP/CDP.
SISTEMA DE ATESTE ELETRÔNICO DE LIGAÇÕES	SAEL		Sistema de ateste eletrônico de ligações telefônicas.
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS	SIPAC		Controla o patrimônio, almoxarifado e os contratos da CAPES.
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO - EGRESSO	SAC-EGRESSO		Sistema responsável pelo acompanhamento dos bolsistas egressos.
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE INVOICES	PPCI		Sistema para controle dos custos dos bolsistas no exterior, onde os custos são de responsabilidade de parceiros.
FINANCEIRO SICAPES	FINANCEIRO		Sistema que controla toda a execução orçamentária e financeira da CAPES integrado com o SIAFI e o Banco do Brasil.
SISTEMA DE CONTA CORRENTE NO EXTERIOR	CCEX		Aplicação responsável pelo gerenciamento de pagamentos de bolsistas no exterior.
SICAPES - PRO-EQUIPAMENTOS	SICAPES-PRO-EQUIP		Sistema para gestão do processo de seleção de propostas do Programa Pró-Equipamento.

PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA	JV-TALENTOS		Sistema de gestão do processo da seleção de propostas ao Programa Jovens Talentos para a Ciência.
BANCO DE TESES	BANCO DE TESES		Sistema de consulta e edição de dados referenciais de teses e dissertações defendidas no país, com possibilidade de integração com coleta, cadastro de discentes e solicitações de inserção e exclusão de teses.
PORTAL DE PERIÓDICOS	PERIÓDICOS		Sistema de gestão de conteúdo, administração de usuários e permissão de acesso para o Portal de Periódicos.
ESTATÍSTICAS	ESTATÍSTICAS		Solução para coleta de dados de acesso nos editores, consolidação e visualização. Controla os endereços de acesso dos serviços dos editores.
PORTAL DE PERIÓDICOS MOBILE	PERIÓDICOS MOBILE		Portal para acesso por meio de <i>smartphones</i> às funcionalidades de buscas por assunto, por título de periódico e por base.
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS DE PROJETOS EXTERIOR	SAD CGCI		Sistema responsável por acompanhar projetos pré-aprovados de coordenadores de bolsas exterior ligados no âmbito da DRI.
EDITAIS	EDITAIS		Sistema para manutenção de programas de fomento, fases de um edital e editais de programas de fomento.
SICAPES 3	SICAPES3		Sistema de inscrição para programas de fomento CAPES.
SAEP - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE ESCOLAS DO PIBID	SAEP		Apresentar, aos coordenadores de área, em que escola os bolsistas do Pibid estão atuando.
MBEX - MEMÓRIA BEX	MBEX		Busca em arquivos históricos da bolsa exterior.

SICAPES - STEM	SICAPES - STEM	Sistema de inscrições para o Programa STEM (sigla para science, technology, engineering and mathematics).
PLATAFORMA SUCUPIRA	SUCUPIRA	Coleta: módulo de entrada de dados anuais dos programas de pós-graduação com funcionamento online, que irá substituir o atual coleta de dados. Curso novo: módulo de solicitação de cursos novos e tramitação de propostas. Gestão de cursos: módulo de gestão das informações básicas e de funcionamento dos programas e cursos da pg. Indicadores: módulo de geração de indicadores e divulgação de dados públicos. Minter/Dinter: aplicativo de preenchimento de proposta de cursos novos, atendimento a diligências e reconsiderações. Qualis: sistema responsável pela qualificação dos veículos de publicação bibliográfica e artística em relação a áreas de avaliação.
PNPG 2011/2020	PNPG 2011/2020	Implementação do site da comissão do PNPG 2011-2020 utilizando o Google Apps para centralização e compartilhamento de documentos.
PLATAFORMA SUCUPIRA - MOBILE	SUCUPIRA-MOBILE	Módulo de gestão das informações básicas, tramitação de solicitações e funcionamento dos programas e cursos, para coordenadores e pró-reitores.
PORTAL COMUNIDADES	PORTAL COMUNIDADES	Repositório de produtos gerados no âmbito dos programas da DEB.
PLATAFORMA FREIRE	FREIRE	Sistema que recebe o cadastramento de currículos de professores e a pré-inscrição em cursos.
SICAPES - PIBID	SICAPES - PIBID	Sistema de inscrições para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.
SICAPES PRODOCÊNCIA	- SICAPES-PRODOCENCIA	Sistema de inscrições para o Programa de Consolidação das Licenciaturas.
SICAPES PARFOR PRIVADAS	- SICAPES-PARFOR-PRIVADAS	Sistema de inscrições para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, na modalidade presencial.
SICAPES - PIBID DIVERSIDADE	SICAPES - PIBID DIVERSIDADE	Sistema de inscrições para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

SICAPES - NOVOS TALENTOS		SICAPES-NT	Sistema de inscrição para o Programa Novos Talentos.
SICAPES OBEDUC	-	SICAPES OBEDUC	- Sistema de inscrições para o Programa Observatório da Educação.
SICAPES - CSE		SICAPES - CSE	Sistema de inscrições para o Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais.
AMBIENTE DE TRABALHO DA UAB		ATUAB	Ambiente de trabalho dos colaboradores do Sistema UAB, criado na plataforma <i>moodle</i> , oferecendo cursos, fóruns, materiais, repositórios.
SISTEMA DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL		SisUAB	Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos do Programa Universidade Aberta do Brasil.
PORTAL UAB		PORTAL UAB	Ambiente para disseminação das informações sobre a Universidade Aberta do Brasil tais como: notícias, legislação, polos, cursos, instituições, seleções e editais etc.
SISTEMA DE GESTÃO DE BOLSAS		SGB	Sistema para gerenciar o pagamento de bolsas oferecidas pelos Programas EaD-Moçambique, Parfor, Pro-Lic e UAB da DED.
SISUAB 2		SISUAB 2	Nova versão do sistema da Universidade Aberta do Brasil.
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DE BOLSAS NO EXTERIOR - UAB MOÇAMBIQUE		HOM-UAB-MOZ	Sistema de homologação dos coordenadores brasileiros para o programa UAB Moçambique.
MONITORIA UAB		MONITORIA	Monitoramento da velocidade de conexão dos polos de apoio presencial.
EDUCAPES		EDUCAPES	Repositório de objetos educacionais da UAB.
INFORME DE RENDIMENTOS		INFORME	Serviço de informe dos rendimentos fornecidos pela CAPES para declaração de IRPF.

PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE CURSOS DE CURTA DURAÇÃO		PICCD	Processo de autorização de inscrição em cursos de curta duração, por servidores da CAPES.
SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		SIPREC	Sistema para atender as prestações de contas dos beneficiários da CAPES.
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES		SEI	O SEI faz gestão eletrônica de todo o ciclo de vida dos processos administrativos e documentos administrativos da CAPES.
SAC PAGAMENTO PAÍS	-	SAC-PGTO-PAIS	Sistema responsável pelo acompanhamento de concessão e pagamento de bolsas no país.
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÃO TRAMITE PAÍS	PAIS -	SAC-TRAMITE-PAIS	Sistema responsável pela tramitação da folha de pagamento de bolsas no país.
SICAPES - PAEP		SICAPES - PAEP	Automatização do fluxo de atividades do Programa de Apoio a Eventos no País, que compreende as fases de inscrição, análise técnica, análise de mérito, homologação, pagamento e prestação de contas.
SICAPES PROCAD	-	SICAPES PROCAD	- Sistema de inscrição, análise de mérito e acompanhamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica.
CADASTRO DE INSTITUIÇÕES		CIES	Unificação dos cadastros de instituições de ensino no país e no exterior, escolas de governo, com plano de ampliação para cadastramento de escolas, secretarias de educação e sociedades científicas.
INSCRIÇÕES CGBE		CGBE	Formulários de inscrição de bolsistas no exterior para os programas com formato de bolsa individual.
INSCRIÇÕES CGCI		CGCI	Formulários de inscrição de projetos no exterior para os programas com formato de

projeto.			
CADASTRO DE BOLSISTAS EXTERIOR	DE NO	CABES	Cadastro de bolsistas no exterior (estrangeiro).
MEO		MEO MYENGLISHONLINE	- Formulário para a inscrição de candidatos para o curso de inglês (My English Online) para institutos federais, educação básica e instituição de ensino superior.
SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA		SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA	Webservice que será consumido pelo sistema financeiro para atualização do número do cartão de bolsistas que solicitaram a segunda via do cartão na base do SAC Exterior.
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO EXTERIOR – NOVO		SAC-EXTERIOR	Sistema responsável pelo acompanhamento de bolsistas no exterior.
SOLICITAÇÃO CARTÃO-1VIA		SOLICITAÇÃO CARTÃO-1VIA	Tarefa do aplicativo utilizada para a solicitação da primeira via de cartão do bolsista ao sistema financeiro. Utilizado para os sistemas legados da CAPES (SACExterior).
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO AUDITORIA	DE -	SAC AUDITORIA	Sistema responsável por proporcionar ao bolsista o acompanhamento e conferência dos dados cadastrais e pagamentos efetuados em seu favor, o acesso às orientações e aos formulários padronizados.
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS DE BOLSAS NO EXTERIOR (NOVO)	DE DE	SAD BEX NOVO	Sistema responsável por controlar candidaturas para os programas da CAPES de bolsas no exterior.
SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA	DE	SAD CEC	Sistema responsável por controlar a indicação dos consultores para a realização da análise de mérito ou priorização.
CONSULTORIA ADHOC - ANÁLISE DE	DE	CONSULTORIA ADHOC	Sistema que possibilita o acesso aos processos de candidaturas de bolsas e/ou auxílios no exterior para fins de análise do mérito e priorização das candidaturas.

MÉRITO			
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS BOLSAS NO EXTERIOR (ANTIGO)	DE	SAD BEX ANTIGO	Sistema responsável por controlar candidaturas e análise de mérito dos programas da CAPES de projetos no exterior.
SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE PROJETOS	DE	SAD INSCRICOES EXTERIOR	Sistema responsável pela manutenção de projetos da DRI.
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE INSCRIÇÕES	DE	SAINS	Sistema de acompanhamento de inscrições da equipe da CAPES.
LINHA DIRETA		LINHA DIRETA	Sistema de comunicação entre a CAPES e seus beneficiários por meio dos processos de bolsas e projetos.
RELATÓRIOS DE BOLSAS NO PAÍS E EXTERIOR	DE	RELATORIO-BOLSAS	Sistema de relatórios de pagamento de bolsas no país e exterior
SAC ACOMPANHAMENTO EXTERIOR		SAC-ACOMPANHAMENTO	Sistema responsável pelo acompanhamento de bolsas no exterior.
CANDIDATURAS		CANDIDATURAS	Sistema de inscrições para bolsas de editais da modalidade graduação, graduação sanduíche e cátedra.
FORMULÁRIO MEO		MEO	Formulário para validação da inscrição no My English Online - MEO.

COORDENADOR CSF		COORDENADOR CSF	Este canal foi desenvolvido para estreitar a comunicação entre CAPES/CNPq e coordenadores institucionais do programa ciência sem fronteiras. Dispõe de ferramentas para a criação de fóruns de discussão, a organização e o compartilhamento de conteúdo, e outras facilidades para o acompanhamento dos processos seletivos do CsF.
SAC NOVO	EXTERIOR	SAC EXTERIOR-NOVO	Sistema que permite ao bolsista visualizar informações de declaração de IRPF e extratos de mensalidades e taxas. A aplicação integra, com os formulários eletrônicos, a consulta da situação do processo e o envio de documentos à CAPES.
ACERVO DE DADOS DIGITAIS DA CAPES		ADDCAPES	Portal que agrega aplicações que por meio do acervo de dados digitais da CAPES disponibilizam um conjunto diversificado de relatórios, gráficos e informações institucionais.
CONTRA		CONTRA	Sistema que realiza a autenticação e autorização centralizada das aplicações configuradas no SICAPES.
TRIENAL 2013		TRIENAL 2013	Portal criado para compartilhar cadernos de dados para a avaliação com os consultores conforme suas respectivas áreas de avaliação.
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO FW		PAH-OS-FW	Processo de autorização de acompanhamento das ordens de serviço demandas para a fábrica de software.
PORTAL GESTÃO	DE O	PORTAL_GESTA	Portal que concentra o acesso aos sistemas de gestão da CAPES (financeiro, SIGRH, CATI, processos automatizados, SAEL, SIPAC, SPArq etc.).
PORTAL PROCESSOS AUTOMATIZADOS	DE	PORTAL PROCESSOS	Portal de disponibilização dos processos automatizados pela equipe do escritório de processos.
PORTAL ESCRITÓRIO PROCESSOS	DO DE	ESCRITORIO	Portal de disponibilização de documentação do escritório de processos da CAPES.

SISTEMA DISSEMINAÇÃO DADOS	DE DE	SDI	Portal utilizado para disseminar os dados e as informações extraídas do AddCAPES. Essas informações são geradas a partir do software <i>Microstrategy</i> .
SICAPES		SICAPES	Sistema que realiza a integração dos processos de fomento de bolsas, auxílios e gestão de convênios da CAPES, além de permitir a construção de sistemas e editais de forma rápida e padronizada.
SICAPES 2		SICAPES 2	Segunda versão do SICAPES: sistema que realiza a integração dos processos de fomento de bolsas, auxílios e gestão de convênios da CAPES, além de permitir a construção de sistemas e editais de forma rápida e padronizada.
SISTEMA RELATÓRIOS	DE	SISREL	Sistema responsável pela geração de relatórios dinâmicos dos programas da CAPES.
SAC MANUTENÇÃO		SAC- MANUTENÇÃO	Sistema que permite parametrizar informações de pagamentos dos programas cadastrados na solução sac país.
PORTAL TRANSPARÊNCIA	DA	TRANSPARÊNCIA	Portal da transparência sobre os pagamentos de bolsas da CAPES.
VALIDADOR DOCUMENTOS	DE	VALIDADOR DE DOCUMENTOS	Sistema que serve para validar autenticidade de documentos gerados no sistema linha direta.
JLAUNCHER		JLAUNCHER	Aplicação criada para substituir o <i>launcher</i> da Novell - permite execução de aplicativos cliente -servidor mapeados na rede.
SERVIÇOS ADD		SERVICOSADD	Conjunto de serviços criados para acesso às bases ADD.
Infraestrutura Nacional de Repositórios de Objetos de Aprendizagem		INROA	É um repositório de objetos disponibilizados para consulta.
DADOS ABERTOS		DADOS	Aplicação para disponibilização de dados do ADD para o público externo de forma

CAPES		ABERTOS		controlada e com autenticação/autorização de acesso no segurança.
ASSINADOR WEB		ASSINADOR- WEB		Sistema de assinatura digital de documentos.
SEGURANÇA-SSO		SSO		Prover serviços de autenticação para usuários e aplicações.
MOODLE		MOODLE		Ferramenta para treinamento interno.
CARTA DE SERVIÇOS		CARTA DE SERVIÇOS		Portal para informar todos os serviços disponibilizados pela CAPES para a sociedade.
PORTAL DA INTRANET CAPES		INTRANET		Ambiente de divulgação de informações a acesso a sistemas internos da CAPES.
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL		PAVN		Processo de autorização de viagens dentro do território nacional, para os servidores da CAPES. Representa todos os níveis de aprovação, desde a solicitação até o Gabinete da Presidência.
PORTAL DE SEMINÁRIOS		SEMINARIOS		Ambiente para disponibilizar os seminários realizados pela CAPES.
SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO (MAILING)		MAILING		Sistema de mala direta da CAPES.
GEOCAPES 2		GEOCAPES 2		Sistema de indicadores de resultados georreferenciados.
REVISTA DE BRASILEIRA DE PÓS- GRADUAÇÃO		RBPG		Sistema de gestão da Revista Brasileira de Pós-Graduação.
JBPM - GERENCIADOR		JBPM-GER		Sistema responsável pelo controle dos fluxos dos sistemas de pagamento (SAC) e acompanhamento de demandas (SAD).
SAC - ACOMPANHAMENTO PAÍS		SAC- ACOMPANHAMENTO PAIS		Sistema de acompanhamento de concessões de bolsas no país.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS		SAP	Sistema responsável pela criação de fluxo para aprovação de bolsas. O sistema parametriza as fases de concessão por edital.
SISTEMA DE CONCILIAÇÃO E PAGAMENTO DE BOLSAS		SCPB	Sistema de consulta a dados da Receita Federal.
SISTEMA DE CONTROLE DE BOLSAS E AUXÍLIOS		SCBA	Sistema para acompanhamento e pagamento de bolsas e auxílios concedidos pela CAPES.
SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTORES		CADCONS	Sistema responsável por cadastrar e manter as informações de consultores da CAPES.
PRÊMIO DE TESES	CAPES	PCT	Sistema que automatiza o processo de premiação.
SISTEMA PRÊMIO VALE CAPES DE TESE		PVC	Sistema que automatiza o processo de premiação.
PRÊMIO INTERFARMA DE TESES	CAPES	PCI	Sistema que automatiza o processo de premiação do prêmio CAPES-Interfarma de inovação e pesquisa, oferecido pela CAPES e entidades parceiras, para as melhores teses defendidas no país a cada ano.
PRÊMIO NATURA	CAPES	PCN	Aplicação para atendimento de inscrições do Prêmio CAPES Natura.
SISTEMA DE AUXÍLIO EDUCACIONAL		SAE	Sistema integrado ao MEC que acompanha o pagamento de auxílio educacional aos consultores da CAPES.
AGENDA DO CONSULTOR - MOBILE		AGCONS-MOBILE	Aplicativo mobile para uso dos consultores que participam dos eventos da CAPES possam acompanhar a data dos referidos eventos, recebimento dos valores referentes aos

mesmos, local de acontecimento etc.		
CONSULTA CADCONS	CONSULTA CADCONS	Busca por nome do consultor ou área de pesquisa para que se obtenha como resultado da pesquisa uma relação de todos os consultores que realizaram pesquisas na área em questão e emitiram pareceres e participaram de eventos na CAPES.

Fonte: Portal de Gestão. Acessado em 06/02/2017.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período

Capacitações e Treinamentos DTI/CAPES 2016						
Descrição	Data		Local	Tema	Colaborador	R\$
Introdução à Gestão de Projetos	11/01/2016	a	ENAP	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
	28/03/2016		Virtual			
Planejamento de Contratações de TI	18 a 29/01/2016		ENAP	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Seleção de Fornecedores de TI	25/01/2016	a	ENAP	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
	28/03/2016		Virtual			
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3	e	Capes	Governança de TI	Querin Machado Wegerman Nunes	-
	4/fevereiro/2016					
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3	e	Capes	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
	4/fevereiro/2016					
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3	e	Capes	Governança de TI	Aída Regina de Medeiros	-
	4/fevereiro/2016					

Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3 e 4/fevereiro/2016	Capes	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3 e 4/fevereiro/2016	Capes	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3 e 4/fevereiro/2016	Capes	Governança de TI	Patrícia Rosana Rover	-
Gestão de Projetos utilizando a ferramenta MS Project	1º, 3 e 4/fevereiro/2016	Capes	Governança de TI	Henrique Gomes	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Patrícia Caiafa	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Fabiano Moreira de Aguiar	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Angelica Raquel de Souza Oliveira	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Marcus Vinícius Palheta	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Marcelo Grangeiro Quirino	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Luis Felipe Seabra	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Leonardo de Lima Aguirre	-

Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Amanda Pereira Ferraz	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Gilberto Ribeiro Pontes	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Fabício Mussi Ferrari	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Flávio Marra Vilan de Azevedo	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Davi Alves de Sousa da Silva	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Vanessa Furtado dos Anjos	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Nívia Oliveira de Jesus	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Cláudia Edith Vasquez Mecedes	-
Qualidade de dados e Sistemas de Business Intelligence	1º e 2/fevereiro/2016	Capes	Business Intelligence	Letícia Valéria Porfírio	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Fabiano Moreira de Aguiar	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Karoline Santos Lopes	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Daniela Ferreira de Paiva	169,72

Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	José Fábio de Oliveira	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Miguel Araújo da Cunha	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Arcanjo Gabriel Rodrigues	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Herbert Lopes da Silva Filho	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Patrícia Rosana Rover	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Cristiano Nunes de Castro	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Silvan Picanço	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Leonardo Costa Lima Silva	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Maria Alice da Silva Lima	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Eduardo Henrique	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Angelica Raquel de Souza Oliveira	169,72
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16	Capes	Processos	Dayse Araújo Moreira Bezerra	169,72

Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	04/fev/16		Capes	Processos	Kátia Cilene Leres	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	1º/02/2016 17/02/2016	a	ENAP	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	16/02/2016 21/03/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Arcanjo Gabriel Rodrigues	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	16/02/2016 21/03/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Orçamento Público: Conceitos Básicos	23/02/2016 21/03/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Introdução à Gestão de Projetos	1º/03/2016 21/3/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
Introdução à Gestão de Projetos	1º/03/2016 21/3/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	-
Introdução à Gestão de Projetos	1º/03/2016 21/3/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016		CAPES	Governança de TI	Angélica Raquel de S. Oliveira	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016		CAPES	Governança de TI	Cássia Portugal Barroso Abdo	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016		CAPES	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016		CAPES	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016		CAPES	Governança de TI	Edmilson Coelho Chaves Junior	-

Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Fabício Mussi Ferrari	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Gilberto Ribeiro Pontes	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Gilene do Espírito Santo Borges Gomes	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Karoline Santos Lopes	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Leonardo Cerdeira	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Rafael Grangeiro Mezzeth Alencar	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-

Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Yuri Alisson Carraro Alencar	-
Gestão e Fiscalização de Contratos	04/03/2016	CAPES	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Introdução à Gestão de Processos	8/03/2016 a 28/03/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Angélica Raquel de S. Oliveira	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Cássia Portugal Barroso Abdo	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Fabício Mussi Ferrari	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Gilberto Ribeiro Pontes	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016	CAPES	Governança de TI	Karoline Santos Lopes	-

Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Leonardo Cerdeira	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Rafael Grangeiro Mezzeth Alencar	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Capacitação IN 04/2014	10 e 11/03/2016		CAPES	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Planejamento da contratação e seleção de fornecedores de TI	14/03/2016 a 24/03/2016	a	ENAP	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Planejamento da contratação e seleção de fornecedores de TI	14/03/2016 a 24/03/2016	a	ENAP	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
Planejamento da contratação e seleção de fornecedores de TI	14/03/2016 a 24/03/2016	a	ENAP	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Gestão de Contratos de TI	15/03/2016 a 11/04/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Seleção de Fornecedores de TI	15/03/2016 a 11/04/2016	a	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Introdução à Interoperabilidade	22/03 a 11/04/2016		ENAP Virtual	Gestão e Desenvolvimento de	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-

				Sistemas		
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Angelica Raquel de Souza Oliveira	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	28/03/2016 01/04/2016	a	ENAP	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva	1.440,00
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP (ADR1)	11/04/2016 15/04/2016	a	ESR	Administração e Projeto de Redes	Karoline Santos Lopes	1.440,00
Gerência de Projetos: Teoria e Prática	12/04/2016 16/05/2016	a	ENAP EaD	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Planejamento de Contratação de TI	12/4/2016 16/05/2016	a	ENAP EaD	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016		SLTI	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem	29/04/2016		SLTI	Governança de TI	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	-

de PF nos contratos de software					
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Patrícia Rosana Rover	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Angélica Raquel de S. Oliveira	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Fernanda de Souza C. Oliveira	-
1ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	29/04/2016	SLTI	Governança de TI	Arcanjo Gabriel Rodrigues Arcanjo	-

Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Wilson Lima Vieira	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Murilo Oliveira Ariston	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Edmilson Coelho Chaves Junior	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Arcanjo Gabriel Rodrigues Arcanjo	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Maximiano Lourenço Teixeira	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Marcus Vinicius Santana Poletti	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Karoline Santos Lopes	2.560,00
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	2.560,00

Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)	2/5/2016 a 6/5/2016	ESR	Governança de TI	Fabício Mussi Ferrari	2.560,00
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	09/05/2016 a 13/05/2016	ENAP	Governança de TI	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	09/05/2016 a 13/05/2016	ENAP	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	09/05/2016 a 13/05/2016	ENAP	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Introdução à Segurança de Redes (SEG1)	16 e 20/05/2016	ESR	Segurança	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	1 .440,00
Introdução à Segurança de Redes (SEG1)	16 e 20/05/2016	ESR	Segurança	Maria Alice da Silva Lima	1 .440,00
Introdução à Segurança de Redes (SEG1)	16 e 20/05/2016	ESR	Segurança	Karoline Santos Lopes	1 .440,00
Gestão de Contratos de TI	17/05/2016 a 13/06/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Gestão da Estratégia com uso do BSC	31/05/2016 a 20/06/2016	ENAP Virtual	Governança Corporativa	Cristiano Nunes de Castro	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Bruno Portella Borges	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Cícero Souto	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Danúbia Espíndola	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Maria Eliene	-

Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Luana Quilici	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD		-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Miguel Araújo da Cunha	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Alexandre Martins	-
Treinamento e-DOCEO	07/06/2016	Capes	EaD	Lucas Guimarães	-
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos Lei n 8.666/93, pregão e registro de preço	7/6/2016 a 04/07/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Introdução à Gestão de Projetos	7/6/2016 a 27/06/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Treinamento TGV_ Informática DataQuality	14/06/2016 a 17/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Patrícia Rosana Rover	6.000,00
Treinamento TGV_ Informática DataQuality	14/06/2016 a 17/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Fabiana Borges Lucas	6.000,00
2ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	17/06/2016	SLTI	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
2ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem	17/06/2016	SLTI	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-

de PF nos contratos de software					
2ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	17/06/2016	SLTI	Governança de TI	Angélica Raquel de S. Oliveira	-
2ª Oficina de Análise de Pontos de Função - Como evitar as principais falhas de contagem de PF nos contratos de software	17/06/2016	SLTI	Governança de TI	Fernanda de Souza C. Oliveira	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Maximiano Lourenço Teixeira	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Patrícia Rosana Rover	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr.	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Henrique Raimundo Gomes	-

Manoel Veras					
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Marcelo Grangeiro Quirino	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Patrícia Ribeiro Martins	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Célia dos Santos Oliveira	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Danielle Gonçalves Lago	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Edmilson Coelho Chaves Junior	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Patrícia Amaral	-

Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Thiago Cruz	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Carlos Eduardo de Almeida Marinho	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Sérgio da Costa Côrtes	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	HARRYSSON GILGAMESH DE MEDEIROS NOBREGA	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	José Fábio de Oliveira	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Metodologia de	21/06/2016	Capes	Governança	Querin Wegermann Nunes	

Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras			de TI		-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Ainda Regina de Melo	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Gilene do Espírito Santo Borges Gomes	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Victor França Guimarães	-
Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Dr. Manoel Veras	21/06/2016	Capes	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
2º Fórum IBGP de Governança de TI – SISP	21 e 22/06/2016	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	-
2º Fórum IBGP de Governança de TI – SISP	21 e 22/06/2016	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio	Governança de TI	Carlos Eduardo de Almeida Marinho	-
2º Fórum IBGP de Governança de TI – SISP	21 e 22/06/2016	Confederação Nacional dos Trabalhadores	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-

		no Comércio			
2º Fórum IBGP de Governança de TI – SISP	21 e 22/06/2016	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio	Governança de TI	Patrícia Amaral	-
2º Fórum IBGP de Governança de TI – SISP	21 e 22/06/2016	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Treinamento TGV_ Administração do Power Center	27 a 30/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Patrícia Rossana Rover	-
Treinamento TGV_ Administração do Power Center	27 a 30/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Patrícia Caiafa	-
Treinamento TGV_ Administração do Power Center	27 a 30/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Fabiana Borges Lucas	-
Treinamento TGV_ Administração do Power Center	27 a 30/06/2016	Brasília	Business Intelligence	Amanda Pereira Ferraz	-
Gestão da Estratégia com o uso do BSC	4 a 07/07/2016	ENAP	Governança de TI	José Fábio de Oliveira	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	11 a 14/07/2016	ENAP	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	11 a 14/07/2016	ENAP	Governança de TI	Gilene do Espírito Santo Borges Gomes	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	11 a 14/07/2016	ENAP	Governança de TI	JOSE FABIO DE OLIVEIRA	-

Coaching para Gerenciamento de Projetos	23 a 25/7/2016	Rio de Janeiro	Governança de TI	Daiana Nascimento Teixeira de Oliveira	-
VIII Conferência de Gerenciamento de Projetos	25 e 26/07/2016	Recife - PE	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha	-
Programa de Formação e Certificação Internacional Master Coach	25 a 31/7/2016	São Paulo	Governança de TI	Daiana Nascimento Teixeira de Oliveira	-
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Daniela Ferreira de Paiva	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Rodolfo Bragança Borges	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Angelica Raquel de Souza Oliveira	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Patrícia Rosana Rover	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	1.440,00
Gerenciamento de Projetos de TI (GTI6)	1º/08/2016 a 03/08/2016	ESR	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	1.440,00
ASP - Ciclo de Gestão do Investimento Público	9 a 29/08/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	15/08 a 18/08/2016	ENAP	Governança de TI	HARRYSSON GILGAMESH DE MEDEIROS NOBREGA	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	15/08 a 18/08/2016	ENAP	Governança de TI	Rafael Grangeiro Mezzeth Alencar	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	15/08 a 18/08/2016	ENAP	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
Segurança de Redes e Sistemas (SEG2)	15/08/2016 a 19/08/2016	ESR	Segurança	Thiago Cruz	1.920,00
Gestão da Estratégia com o uso de BSC	16/8/2016 a 5/9/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Governança de TI com COBIT (GTI4)	17 a 19/08/2016	ESR - Salvador	Governança de TI	Carlos Eduardo de Almeida Marinho	1.440,00
A Relevância da Execução Estratégica e os Desafios no Contexto Contemporâneo	18/08/2016	TCU Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral	-
A Relevância da Execução Estratégica e os Desafios no Contexto Contemporâneo	18/08/2016	TCU Brasília	Governança de TI	Danilo Garcia Almeida	-
A Relevância da Execução Estratégica e os Desafios no Contexto Contemporâneo	18/08/2016	TCU Brasília	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Coaching para Gerenciamento de Projetos	25 a 28/08/2016	São Paulo	Governança de TI	Daiana Nascimento Teixeira de Oliveira	-
2º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública - Brasil 100% Digital	25 e 26/08/2016	TCU Brasília	Governança de TI	Patrícia Rosana Rover	-

2º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública - Brasil 100% Digital	25 e 26/08/2016	TCU Brasília	-	Governança de TI	Fabiana Borges Lucas	-
Oficina de Governança de TIC do SISP	31/8/2016	ENAP		Governança de TI	Patrícia Amaral	-
Oficina de Governança de TIC do SISP	31/8/2016	ENAP		Governança de TI	Patrícia Rossana Rover	-
Oficina de Governança de TIC do SISP	31/8/2016	ENAP		Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha	-
Oficina de Governança de TIC do SISP	31/8/2016	ENAP		Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Estatística Experimental	1º a 29/9/2016	Capes		Estatística	Gustavo Jardim Portella	-
Workshop de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)	12/09/2016	ENAP		Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Workshop de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)	12/09/2016	ENAP		Governança de TI	Patrícia Amaral	-
Workshop de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)	12/09/2016	ENAP		Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
Workshop de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)	12/09/2016	ENAP		Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Gestão por Competências	14 a 16/09/2016	ENAP		Governança de TI	José Fábio de Oliveira	-
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	15 e 16/09/2016	ESR		Governança	Carlos Eduardo de Almeida Marinho	

		Porto Alegre	de TI		960,00
Análise e Melhoria de Processos	26 a 30/9/2016	ENAP	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Análise Forense (SEG3)	26 a 30/9/2016	ESR	Segurança	Maximiano Lourenço Teixeira	2.560,00
Análise Forense (SEG3)	26 a 30/9/2016	ESR	Segurança	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	2.560,00
Análise Forense (SEG3)	26 a 30/9/2016	ESR	Segurança	Eduardo Ferreira Garcia	2.560,00
Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	3 a 7/10/2016	ENAP	Governança de TI	JOSE FABIO DE OLIVEIRA	-
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	3 a 7/10/2016	ESR	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia	2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	3 a 7/10/2016	ESR	Governança de TI	Gilberto Ribeiro Pontes	2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	3 a 7/10/2016	ESR	Governança de TI	Marcos Mendonça da Silva	2.560,00
SEI! Usar	4 a 24/10/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Gestão e Apuração da Ética Pública 2016	5 a 7/10/2016	ESAF	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Gilene do Espírito Santo Borges Gomes	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança	Karoline Santos Lopes	

			de TI		1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Gilberto Ribeiro Pontes	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Cássia Portugal Barroso Abdo	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Karina Polegatch AUD	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Sandra Regina Silva Ferreira AUD	1.440,00
Fundamentos de Cobit 5	17 a 19/10/2016	ESR	Governança de TI	Sandro de Oliveira Araújo	1.440,00
2º Fórum IBGP de Tecnologias da Informação	18 e 19/10/2016	IFB	Governança de TI	Patrícia Amaral	-
Futurecom 2016	19 e 20/10/2016	SP	Governança de TI	Sandro de Araújo Oliveira	-
III Seminário de Governança - Correios	20/10/2016	Correios	Governança de TI	Patrícia Amaral	-
16º Encontro de Gerenciamento de Projetos	20 a 21/10/2016	Brasília	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	1.140,00
16º Encontro de Gerenciamento de Projetos	20 a 21/10/2016	Brasília	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	1.140,00
16º Encontro de	20 a 21/10/2016	Brasília	Governança	Maria Carolina Ribeiro Martins da	

Gerenciamento de Projetos			de TI	Cunha	-
Gartner Symposium Itxpo	24 a 27/10/2016	SP	Governança de TI	Sandro de Araújo Oliveira	4.175,00
Estatística	1/11/2016 a 21/11/2016	ENAP Virtual		Herbert Lopes da Silva Filho	-
Introdução à Gestão de Processos	1/11/2016 a 21/11/2016	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)	7 a 11/11/2016	ESR	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	2.560,00
Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)	7 a 11/11/2016	ESR	Governança de TI	Patrícia Rossana Rover	2.560,00
Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)	7 a 11/11/2016	ESR	Governança de TI	HARRYSSON GILGAMESH DE MEDEIROS NOBREGA	2.560,00
Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)	7 a 11/11/2016	ESR	Governança de TI	Hermogenes Ramos Batista Correia	2.560,00
Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)	7 a 11/11/2016	ESR	Governança de TI	RAFAELLA MOISA ALVARENGA	2.560,00
Desenho de cursos: introdução ao modelo ADDIE	8/11/2016 a 28/11/2016	ENAP Virtual		Herbert Lopes da Silva Filho	-
Noções Gerais de Direitos Autorais	8/11/2016 a 28/11/2016	ENAP Virtual		Herbert Lopes da Silva Filho	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança	Edmilson Coelho Chaves Junior	

			de TI		-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Danilo Garcia Almeida	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Daniel Carvalho Resende	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Maximiano Lourenço Teixeira	-
Fórum da RNP	8 a 10/11/2016	IFB	Governança de TI	Carlos Eduardo Marinho de Almeida	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de	16/11/2016	Capes	Governança	Patrícia Amaral	

Contratos da DTI			de TI		-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Edvaldo Rodrigues de Souza	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	YURI ALISSON CARRARO ALENCAR	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguiar	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Gabriel Costa Resende	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Angélica Raquel de S. Oliveira	-

1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Fernanda de Souza C. Oliveira	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Rafael Grangeiro M. Alencar	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Karoline Santos Lopes	-
1º Workshop de Fiscalização e Gestão de Contratos da DTI	16/11/2016	Capes	Governança de TI	Carlos Eduardo Marinho de Almeida	-
Lançamento SEI 3.0	16 e 17/11/2016	ENAP	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
Lançamento SEI 3.0	16 e 17/11/2016	ENAP	Governança de TI	Hermogenes Ramos Batista Correia	-
Seminário Governança em TI	18/11/2016	ENAP	Governança de TI	Patrícia Amaral	-

Seminário Governança em TI	18/11/2016	ENAP	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
IPv6 Básico	21 a 25/11/2016	ESR João Pessoa	Administração e Projeto de Redes	Thiago de Almeida Milhomem	1.920,00
Cientista de Dados I	21/11 a 7/12	XTR - Brasília	Business Intelligence	Patrícia Rosana Rover	900,00
Cientista de Dados I	21/11 a 7/12	XTR - Brasília	Business Intelligence	Gustavo Jardim Portella	900,00
Cientista de Dados I	21/11 a 7/12	XTR - Brasília	Business Intelligence	Luana Quilici	900,00
Debate sobre Contratações de TIC no SISP	29/11/2016	ENAP	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino	-
					118.770,00

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários

Força de trabalho de TI		Quantidade em 1º/01/2016	Quantidade em 31/12/2016
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade		0	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade		8	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades		1	3
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades		1	1
Terceirizados		0	0
Estagiários		4	3
Total		14	15

Fonte: Portal Integrado de Gestão

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

Atualmente, a Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática – CGII conta com um processo de gestão de mudanças em produção. Esse processo é implementado através da ferramenta de gestão de processos de negócios.

Toda mudança em produção, antes de ser executada, deve ser detalhada, tanto quanto aos procedimentos que serão executados, quanto ao impacto e risco de execução da atividade. Estas mudanças só podem ser executadas após autorização do Coordenador-Geral de Infraestrutura de Informática, Coordenador-Geral de Sistemas ou Diretor, ou seus substitutos eventuais caso o titular esteja legalmente afastado.

Também há um processo de entrada de sistemas em produção, onde um sistema novo só será posto em produção após alinhamento das equipes de arquitetura de sistemas e infraestrutura. Para que um sistema vá para a produção a arquitetura preenche um formulário onde ela descreve as necessidades do sistema, monitoramento, gerente responsável e URL. Isto é avaliado pela CGII para ser feito um dimensionamento de recursos a serem alocados para o sistema e somente depois do ciclo de aprovações necessárias, o sistema é publicado.

Temos também monitoramento 24 horas/7 dias para rápida atuação em caso de incidentes relacionados ao ambiente computacional da CAPES. Este monitoramento é capaz de detectar rapidamente algum incidente e já executar ações básicas visando reestabelecer os serviços. Caso necessite de escalar o chamado, existe um segundo nível de plantão para atendimento.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
Modernização do serviço de backup e restore	DTI/CGII	Implantação da nova solução de backup: a. Implantação do SnapProtect; b. Nova Tape Library; c. Reestruturação na execução do Backup.	21/09/2015	31/03/2017
Adequação e institucionalização de norma de Backup	DTI/CGII	Definir Normas das cópias de segurança das informações da CAPES; Definir o nível necessário das cópias de segurança dos dados (avaliar: Backup em disco local, em mídia removível, fitas, e backup remoto); Definir critérios, local para armazenado das fitas de Backup.	25/04/2016	31/03/2017
Implantação de nova solução de outsourcing de	DTI/CGII	Implantação de nova solução para impressão na CAPES	08/10/2015	19/01/2016

impressão;				
Padronização da Nomenclatura dos Ativos de Infraestrutura;	DTI/CGII	Uniformização dos sistemas operacionais dos servidores	03/03/2016	05/08/2016
Implantação de sistema para gestão de senhas de serviço corporativo	DTI/CGII	Implementar uma solução (cofre digital) para gerenciar as senhas de serviços corporativos que são necessárias entre as equipes de TI.	14/09/2015	19/02/2016
Atualização da solução de Acesso Remoto	DTI/CGII	Prover serviço para disponibilizar à CAPES acesso remoto.	28/07/2016	17/11/2016
Modernização e atualização do serviço de correio eletrônico	DTI/CGII	Modernização do serviço de transferência de e-mails (SMTP Gateway);	26/02/2016	12/04/2016
Segurança – Manutenções Evolutivas e Adaptativas	DTI/CGS/CSAV	Evolução dos Sistema Segurança	27/05/2015	22/12/2016
BEX – Manutenção Evolutiva	DTI/CGS/CSAB	Migração do bolsistas do BEX para o SCBA	04/05/2015	23/09/2016
SAC País – Reformulação e Integração com o SCBA	DTI/CGS/CSAB	Adequação do sistema SCBA para receber os bolsistas do SAC País	16/06/2014	03/10/2016
SAP – Manutenção Evolutiva	DTI/CGS/CSAB	Parametrização de novos editais no SAP	25/06/2015	20/10/2016

Assinador Digital – Manutenção Evolutiva	DTI/CGS/ CSAB	Evolução do Sistema de Assinador Digital	01/01/2015	31/10/2016
GEOCAPES – Refatoração do Sistema e Evolução Tecnológica	DTI/CGS/ CSAV	Evolução tecnologia do sistema GEOCAPES	30/03/2015	24/02/2017
Implantação - SICAPES 30	DTI/CGS/ CSAB	Sicapes 3 0	27/07/2015	16/03/2017
PAEP Virtual – Manutenção Evolutiva	DTI/CGS/ CSAB	PAEP - Adequação SICAPES_SAP_SCBA	18/07/2016	31/03/2017
Implantação do Repositório de Objetos Educacionais para a UAB	DTI/CGS/ CSAE	Portal EduCapes	15/02/2016	13/02/2017
Premiações PCT/PCI/PVC – Manutenções Adaptativas e Evolutivas	DTI/CGS/ CSAV	PCN - Prêmio Natura Capes - Desenvolvimento	01/06/2015	30/03/2017
SAE – Refatoração do Sistema e Evolução Tecnológica	DTI/CGS/ CSAV	Sistema de Apoio a Avaliação Educacional - SAE	04/09/2015	29/05/2017
Realização de capacitações para o quadro de funcionários da DTI	DTI	Realizar 200 capacitações para o corpo técnico da DTI	1º/01/2016	31/12/2016
Implantação de novo processo de gerenciamento de projetos	DTI	Utilizar solução para o acompanhamento e monitoramento dos projetos desenvolvidos pela DTI	1º/01/2016	31/03/2016
Implantação do Processo Eletronico	DTI	Implantar o Sistema Eletrônico de Processos na Capes, para atendimento de norma do MEC	13/10/2015	4/01/2016

Nacional (PEN)				
Aprimoramento do processo de gestão de contratos de TIC	DTI	Utilizar solução para o acompanhamento do processo de planejamento de contratações de TIC	1º/01/2016	31/12/2016
Estudo para a criação de projetos de inovação em TIC-Aplicada para ser implementado no próximo ciclo de PDTIC	DTI	Realizar concursos de inovação no âmbito da DTI para projetos futuros da DTI	1º/10/2016	4/12/2016
Disponibilização do serviço de dados abertos da CAPES	DTI	Disponibilizar o Portal de Dados Abertos da Capes – dadosabertos.capes.gov.br.	1º/01/2015	9/08/2016

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

A DTI da Capes tem realizado ações específicas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços. São elas:

- Mapeamento e revisão de processos que fazem parte da Cadeia de Valor da DTI e da Capes;
- Realizar capacitações e treinamentos para o corpo técnico da DTI;
- Publicação de procedimentos operacionais na Wiki que são relacionados à manutenção dos sistemas em produção e serviços de infraestrutura;
- Estabelecimento de indicadores dos serviços operacionais prestados;
- Estabelecimento de indicadores dos serviços de suporte em 1º nível e suporte a eventos na CAPES;
- Registro e documentação de procedimentos e padrões utilizados pela DTI na Central de Atendimento de TI;

- Previsão (em edital), em todas as aquisições realizadas, de transferência de conhecimento, por meio de aulas e fornecimento de material didático. Esse material fica armazenado em servidor de arquivos da área, para consulta geral;
- Nos projetos de infraestrutura executados são documentados a arquitetura e estruturação dos servidores e serviços em produção, procedimentos operacionais e configurações das soluções.

6.4 Gestão de fundos e programas

6.4.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica.

7. Relacionamento com a sociedade

7.1 Canais de acesso do cidadão

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) possui vários canais de atendimento e relacionamento com o cidadão. Em setembro de 2009, foi implementada a Central de Atendimento ao Cidadão do Ministério da Educação, a qual contempla as fundações e autarquias vinculadas. Ela é composta pelos serviços de atendimento telefônico (0800 616161, opção 7 para assuntos e programas da Capes, e pelo Formulário Fale Conosco disponível na internet – www.capes.gov.br/faleconosco).

O funcionamento da central é dividido em três níveis. Os atendimentos por telefone (nível 1 - 0800) são realizados na sede da Call Contact Center, empresa licitada pelo Ministério da Educação. A empresa Call está localizada no SIA Trecho 1, Lotes 1730/1740 – Brasília-DF. Os atendimentos recebidos pelo formulário Fale Conosco e demandas não esclarecidas pelo telefone são realizadas pelas equipes de níveis 2 e 3, lotados, respectivamente, na sede da empresa contratada e no Térreo do edifício-sede da Capes. A equipe de nível 3 é responsável por atualizar a base de conhecimento, utilizada pelos operadores sobre os diversos programas da Capes e também pelo contato direto com os técnicos, assistentes e analistas de cada setor da instituição, além de realizar atendimento presencial.

A Coordenação de Comunicação Social (CCS) é o setor responsável pela fiscalização do contrato no âmbito da Capes. Todos os representantes que atuam como fiscais do contrato são nomeados por meio de portaria publicada pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA/MEC), em boletim de serviço interno do MEC, e compõem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços de Contact Center da Central de Atendimento do MEC. Sendo assim, a CCS é responsável pela busca da qualidade do serviço e pela organização, junto às áreas técnicas, dos treinamentos necessários à equipe. A CCS realiza leitura diária, por amostragem, de atendimentos realizados e gerencia os números de atendimento a partir de relatórios periódicos enviados pela empresa Call. Relatórios mensais com os assuntos mais solicitados e o número total de atendimentos são publicados na intranet da Capes. A porcentagem de atendimentos realizados é utilizada como indicador de avaliação de desempenho de servidores da Capes, no âmbito da Gratificação de Atividade de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (GADCT). Ver na Figura 1 o total de demandas da Central de Atendimento em 2016.

Figura 1

Relatório Quantitativo Anual 2016 - Principais Assuntos		
Central de Atendimento ao Cidadão - 0800 e Formulário Fale Conosco		Quantidade
1	Educação a Distância	16.817
2	Bolsas no País	10.907
3	Bolsa no Exterior	10.548
4	Sistemas de Pós-Graduação	9.199
5	Avaliação	7.475
6	Ciência sem Fronteiras	6.424
7	My English Online	5.741
8	Plataforma Freire - Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor)	4.160
9	Outros	3.072
10	Portal de Periódicos	2.495
11	Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu	1.524

12	Formação de Professores da Educação Básica	1.517
Total		79.879

Sistemas de registro de ligações Comunix <https://mec.comunix.call.inf.br/auth>
e de formulário eletrônico Cube <http://mec.cube.callsp.inf.br/pentaho>

Além da Central de Atendimento, desde maio de 2012, a Capes conta com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme previsto na Lei nº 12.527/2011, para o atendimento presencial, online e telefônico das pessoas que procuram por informações sobre ações e programas da Capes. O solicitante pode optar pelo acesso ao sistema e-SIC (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>), pelo contato via telefone (61) 2022-6850, ou presencialmente no posto do SIC localizado Térreo do edifício-sede da Capes. O SIC/Capes também está sob a responsabilidade da Coordenação de Comunicação Social. Relatórios anuais são publicados na internet (<http://www.capes.gov.br/acesso-ainformacao/relatorios-anuais>). Ver na tabela abaixo o total de atendimentos via e-SIC no ano de 2015 e sua respectiva classificação por tipo de solicitação.

Total de demandas recebidas pelo e-SIC por tipo de classificação

Solicitação de Informação	427
Não é pedido de acesso à informação	5
Denúncia	0
Sugestão	1
Reclamação	0
Assuntos alheios à Capes	13
Total	446

Fonte: - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html>.

Total de atendimentos sala SIC Presencial e Telefônico

Atendimento Presencial	142
Atendimento telefônico	508
Total	650

Fonte: Formulários de Acesso à Informação em papel e registro de ligações em planilha.

Denúncias

Em outubro de 2015, foi criado um canal específico para recebimento de denúncias, por recomendação da Controladoria Geral da União, pelo fato de a Capes não possuir uma Ouvidoria. Este canal ficou disponível no site da Capes pelo seguinte endereço: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/denuncias>. As denúncias eram avaliadas pela Auditoria Interna, que procedia com a abertura de processo quando as demandas se caracterizam nesta categoria. De janeiro a novembro de 2016, 480 demandas chegaram pelo formulário. Dessas, quando eram consideradas denúncias a Auditoria abria processo, quando não, eram encaminhadas para serem atendidas como solicitação de informação, nos moldes da Central de Atendimento. Em

1º de novembro de 2016, o formulário de denúncias foi substituído pela ferramenta [e-OUV](#) – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, que passou a ser utilizado pela Capes em março de 2016, também por orientação da CGU. De março a dezembro de 2016 foram registradas 278 demandas neste canal. Dessas, 102 foram cadastradas pelo próprio cidadão como denúncia.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Capes disponibiliza em seu Portal a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme prevê o Decreto nº 6.932/2009. As informações estão disponíveis no link <http://cartadeservicos.capes.gov.br/>.

A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar, de maneira clara e precisa, o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A divulgação da Carta é feita no próprio portal – está como um dos itens do menu “Acesso à Informação”, que é o primeiro item no menu do portal. Também é divulgada em folhetos/folders, distribuídos dentro das ações de divulgação de utilidade pública realizadas pela Capes.

Em dezembro de 2016, foi publicado o [Decreto nº 8.936](#) que institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Coordenação de Comunicação Social no primeiro trimestre de 2017 vai adequar o conteúdo da Carta ao portal <http://servicos.gov.br/>.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Central de Atendimento da Capes possui pesquisa de satisfação. Ela é feita somente no âmbito do nível 1 – atendimento por telefone (0800). Os dados são compilados em relatórios enviados à Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) do Ministério da Educação e suas unidades vinculadas.

A pesquisa de satisfação da Central é realizada ao final de cada ligação. Ela é composta por duas perguntas. Ressalta-se que cabe ao cidadão decidir se responde ou não à pesquisa. Nas Figuras 2 e 3 seguem os dados da referida avaliação.

Pesquisa de satisfação serviço Central de Atendimento 0800 no ano de 2016

Figura 2

1) Como classifica a qualidade do atendimento prestado através do contato telefônico?						
Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	TOTAL	MÊS
316	164	28	21	18	547	janeiro
376	221	51	27	20	695	fevereiro
495	306	71	62	34	968	março
1.396	864	175	118	97	2.650	abril
1.721	1.128	215	115	101	3.280	maio
510	333	79	54	36	1.012	junho

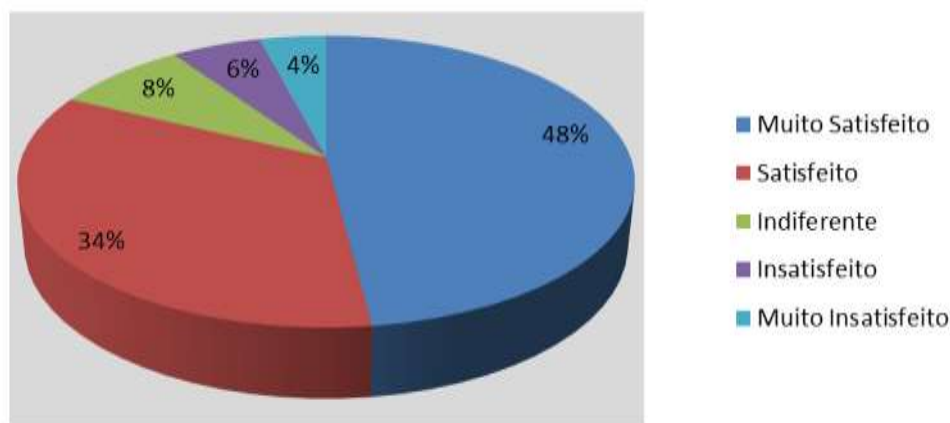
636	372	100	76	47	1.231	julho
120	66	26	5	4	221	agosto
61	33	9	2	4	109	setembro
34	28	2	4	4	72	outubro
335	217	74	35	45	706	novembro
328	217	40	35	43	663	dezembro
Total anual 2016						
6.328	3.949	870	554	453	12.154	

Figura 3

2) Como classifica sua satisfação em relação à execução geral dos serviços?						
Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	TOTAL	MÊS
240	160	39	22	24	485	janeiro
282	219	54	46	22	623	fevereiro
361	305	93	63	33	855	março
1.066	841	187	149	94	2.337	abril
1.283	1.100	248	156	106	2.893	maio
351	330	93	68	45	887	junho
473	365	106	89	57	1.090	julho
87	74	27	10	6	204	agosto
47	33	13	6	2	101	setembro
29	23	8	3	3	66	outubro
235	221	73	60	44	633	novembro
221	229	64	41	51	606	dezembro
Total anual 2016						
4.675	3.900	1.005	713	487	10.780	

Figura 4

Percentual do total das respostas às duas perguntas



Em comparação ao ano de 2015, a proporção de satisfeitos e muito satisfeitos ficou na ordem de 76,53%.

7.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

De acordo com o que prevê a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Portal de Capes disponibiliza como primeiro item do menu o botão “Acesso à Informação” que divulga informações institucionais e organizacionais da Capes, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, quem é quem, agenda do presidente, horários de atendimento e legislação da Capes.

Conforme portaria da Controladoria-Geral da União nº 262, de 30 de agosto de 2005, a Capes disponibiliza para divulgação pública em seu portal eletrônico os arquivos referentes aos relatórios de gestão, relatórios e certificados de auditoria, com pareceres do órgão de controle interno.

Também estão disponíveis informações sobre licitações, contratos, convênios, despesas e servidores.

A Capes/MEC divulgou, em 3 de junho de 2016, o Sistema de Disseminação de Informações (SDI), o qual possui link (<http://sdi.capes.gov.br/>) para os Dados Abertos da Capes (<http://dadosabertos.capes.gov.br>). Esta plataforma permite a consulta pública de dados e informações sobre a pós-graduação brasileira, sobre a formação de professores da educação básica e outros temas relacionados às ações da Capes. Esta iniciativa foi realizada amparada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no [Decreto Nº 8.638/2016](#), que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

Com o [Decreto nº 8.777/2016](#), que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a Coordenação de Comunicação Social e a Diretoria de Tecnologia da Informação vão desenvolver e publicar o Plano de Dados Abertos (PDA) para disponibilização dos dados atendendo às diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No dia 3 de julho de 2014, a Capes lançou seu novo portal, que atende ao modelo do Portal Institucional Padrão do Governo Federal. Desta forma, no item disponível no próprio site <http://www.capes.gov.br/acessibilidade> está especificado que o “portal segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004”. Em 2017, a Coordenação de Comunicação Social e a Diretoria de Tecnologia da Informação vão trabalhar para ampliar a acessibilidade do portal e sistemas da Capes.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro no exercício

A dotação empenhada em 2016 foi de R\$ 5.707.123.862,45, alcançando o patamar de 96,65% de execução sobre a dotação autorizada. Os valores pagos referentes aos empenhos liquidados somaram R\$ 5.058.735.960,82, tendo em vista que o valor liquidado corresponde a R\$ 5.063.819.168,01, podemos concluir que 100% das despesas liquidadas foram pagas.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, pagos em 2016 somaram R\$ 121.704.535,48, incluindo os empenhos inscritos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização, correspondendo 73,78%. Este percentual foi calculado excluindo o total cancelado (R\$ 26.223.680,18) do montante inscrito.

Cabe destacar que os ingressos financeiros se dão de forma mensal e os dispêndios acompanham os ingressos, não havendo algo relevante que se possa destacar nesse processo.

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A gestão de patrimônio e almoxarifado na CAPES é realizada por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC –, que adota como metodologia de cálculo a macrofunção do SIAFI “020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações”, além das NBC T 16.9 e 16.10.

As metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo, do cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para estes cálculos são as mesmas apresentadas na macrofunção supracitada conforme esta tabela:

Grupo de Material	Vida Útil Padrão (anos)	Valor Residual Padrão
5204 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10
5206 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20
5208 - APAR., EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP.	15	20
5212 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10
5218 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0
5224 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10
5230 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10
5232 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10
5233 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10
5234 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10
5235 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10
5236 - MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	10	10
5242 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10

5248 - VEICULOS DIVERSOS	15	10
5252 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido foram realizadas de acordo com as orientações das NBC T 16.9 e 16.10.

Destacamos que todos os procedimentos citados estão em consonância com a legislação vigente, principalmente à Lei nº 4.320/64, à Lei complementar nº 101/2000 e à Lei nº 10.180/2001.

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há definição de metodologia de mensuração de custos.

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão como anexos:

- a) ANEXO I – Balanço Financeiro;
- b) ANEXO VI – Balanço Orçamentário;
- c) ANEXO VII – Balanço Patrimonial;
- d) ANEXO VIII – Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- e) ANEXO IX – Demonstração do Fluxo de Caixa

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, o TCU encaminhou à CAPES o Acórdão 2057/2016 – 2ª Câmara, com determinações/recomendações:

- Acórdão 2057/2016 – 2 Câmara

Responsável: Cintia Maura Jorge Soares (CPF 306.522.782-72).

Número do processo no TCU: TC 010.609/2014-8

Número da ata: 4/2016

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0366/2016-TCU/SECEX-RJ, do dia 29.02.2016.

Recebido em: 11.03.2016

Tipo de deliberação: Ciência e Recomendação

As recomendações do Acórdão 2057/2016 – Plenário, foram as seguintes:

(...)

9.5. recomendar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de prever, em seus editais, a impossibilidade de que alunos de ensino médio, graduação, pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores sejam beneficiados com bolsas de estudo e/ou auxílios caso estejam inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN e na conta Diversos Responsáveis, do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, com vistas a impedir que pessoas físicas, em débito para com órgãos e entidades federais, recebam recursos públicos.

O teor da recomendação disposta ao item 9.5 do Acórdão ora tratado foi informado ao Gabinete da Presidência da Capes na data de 17 de março de 2016, por meio do Despacho AUD 0053517.

Em 05 de abril de 2016, o Memorando SEI nº 27/2016/AUD/GAB/PR foi encaminhado às Diretorias da Capes informando o teor do item 9.5 do Acórdão 2057/2016 – 2ª Câmara.

A Diretoria de Tecnologia da Informação da Capes, em 12 de abril de 2016, enviou ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO o Ofício nº 6/2016-DTI/CAPES (documento SEI 0074814), solicitando, através de *web service*, acesso aos

dados geridos pelo SERPRO que poderia resultar em atendimento à recomendação em tela.

Não houve manifestação do SERPRO quanto à demanda apresentada pela Capes, nos termos do Despacho DTI 0129085, de 02 de junho de 2016.

A Auditoria Interna da Capes, por meio do Ofício nº 19/2016-AUD/GAB (documento SEI 0192562), de 03 de agosto de 2016, informou à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro – SECEX-RJ, que, em decorrência do SERPRO não ter respondido à solicitação feita pela Capes, não foi possível o atendimento à recomendação do item 9.5 do Acórdão 2057/2016 – 2ª Câmara.

Entretanto, em momento posterior à data citada no parágrafo anterior, a Diretoria de Tecnologia da Informação da Capes realizou gestões que permitem a consulta ao Cadin quando da concessão de bolsas/auxílios, em observância à recomendação do item 9.5 do Acórdão 2057/2016 – Plenário.

A Diretoria Executiva, instada pela Diretoria de Tecnologia da Informação, decidiu que nos novos editais que tratem de concessão de bolsas ou auxílios, haverá a consulta prévia ao cadastro em comento.

Em relação ao acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União, informamos que o Gabinete da Presidência da CAPES, assim que recebe os ofícios do TCU com as referidas deliberações, os encaminha à Auditoria Interna que, por sua vez, os remete às Diretorias responsáveis pelo assunto tratado nas deliberações.

As deliberações são encaminhadas, pela AUD/CAPES, às Diretorias por meio do sistema eletrônico de informações – SEI, com a informação do prazo para atendimento às recomendações/determinações exaradas pela Corte de Contas.

Esta unidade de auditoria interna monitora o atendimento de tais recomendações/determinações, por meio do SEI, e assim que recebe as respostas das Diretorias, as repassa ao Tribunal de Contas da União informando quanto ao cumprimento das deliberações.

Registramos que não há determinações e recomendações do TCU feitas em acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2016, a Controladoria-Geral da União, por meio do sistema Monitor, encaminhou à Capes 3 (três) recomendações, decorrentes das atividades de auditoria realizadas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal no âmbito desta Fundação.

As recomendações nº 161062, 161063 e 161064201503635, decorrentes do Relatório de Auditoria CGU nº 201505356, solicitam, respectivamente, que (i) *a AUD/CAPES aprimore a execução das ações previstas no PAINT, considerando sua capacidade operacional, objetivando o efetivo cumprimento dos prazos e das atividades previstas*; (ii) que haja a reformulação da *“atuação da Auditoria Interna da CAPES, de modo a se alinhar às melhores práticas de Auditoria, em conformidade com os normativos nacionais e internacionais no que tange à delimitação de escopo dos trabalhos da AUD, com o objetivo de avaliar a adequabilidade dos controles internos, da gestão de riscos e da governança da organização”*; e (iii) que *“a AUD/CAPES estabeleça rotinas e controles, de modo a propiciar a organização tempestiva dos papéis de trabalho”*.

Em resposta à CGU/PR, por meio do sistema Monitor, esta unidade de auditoria interna, em 08 de agosto de 2016, informou que a recomendação 161062 será integralmente observada quando da formulação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, com vistas ao adequado cumprimento das atividades nos prazos estipulados. Ressalta-se que o PAINT 2017, quando da sua elaboração, considerou o teor da recomendação ora tratada.

Em relação à recomendação 161063, informamos que a AUD/CAPES respondeu, em 08 de agosto de 2016, via sistema Monitor, o que segue:

A AUD/CAPES busca atuar em conformidade com os normativos editados pelo MTFC e pelo TCU, sem prejuízo das normas internacionais, notadamente o COSO, para que os controles internos, os riscos e a governança desta Instituição possam ser adequadamente avaliados. Cumpre ressaltar que a presente unidade, em que pese a escassa oferta de cursos/treinamentos nas matérias ora tratadas, especialmente análise de riscos/governança, busca sempre a participação de seus servidores nos referidos eventos. Ademais, informamos, ainda, que buscaremos orientações junto à Secretaria

Federal de Controle Interno para que as nossas ações contemplem de maneira mais satisfatória a avaliação dos itens acima citados.

Finalmente, em resposta à recomendação 161064, a AUD/CAPES informou, na data de 08 de agosto de 2016, por intermédio do sistema Monitor, que adequará seus papéis de trabalho, com vistas ao atendimento da presente recomendação, especialmente no que diz respeito à rastreabilidade dos referidos documentos.

Em relação ao acompanhamento das recomendações da CGU/PR, informamos que esta Auditoria Interna consulta diariamente o sistema Monitor CGU, para verificar o status das recomendações presente no referido sistema.

Havendo a inclusão de nova recomendação ou mudança no status de recomendação antiga, a AUD/CAPES informa a Diretoria responsável pelo assunto descrito na recomendação, com vistas ao atendimento e/ou esclarecimento de questão trazida pelo órgão de controle interno.

A Auditoria Interna monitora o atendimento de tais recomendações, por meio do sistema Monitor, observando sempre o prazo estabelecido pela CGU/PR.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Caso s de dano objeto de medidas administrati vas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	D ébito < R\$ 75.000	razo > 10 anos	utros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Re metidas ao TCU
				Rece bimento Débito	Não Comprovaç ão	Dé bito < R\$ 75.000		
82	74		8	20*	0	0	0	0

* Especificar razões: processos de cobrança iniciados em 2016, nos quais ainda não foram esgotadas as medidas administrativas para elisão do dano ao Erário.

** Débitos recebidos de processos anteriores a 2016, bem como referentes ao referido exercício.

Fonte: Auditoria Interna – CAPES

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Atendendo ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, o prazo de pagamento da Capes encontra-se especificado em cláusulas contratuais, na cláusula do pagamento, e tem como regra geral o pagamento efetuado até o 10º (décimo) dia subsequente ao da prestação dos serviços através da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por servidor responsável pelo contrato. A regra pode variar de acordo com a especificidade do objeto contratado, do momento do pagamento regularmente utilizado no mercado, como por exemplo, a definição de uma data fixa mensal, vide locação de imóvel, ou a data de vencimento de uma fatura, como acontece em contratos de telefonia. No momento do pagamento a Capes observa se a empresa contratada encontra-se com as obrigações tributárias em dia. Assim, os contratos ficam adstritos à apresentação da nota fiscal/fatura e da regularidade fiscal das empresas, após as conferências seguem a estrita ordem de pagamento. O controle para os pagamentos das obrigações contraídas é realizado pelo gestor de cada contrato.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não houve desoneração da folha de pagamento nos contratos da CAPES.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Conforme orientações enviadas anualmente pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) aos órgãos do Poder Executivo Federal, a Capes é dispensada de apresentar o Plano Anual de Comunicação (PAC) àquela Secretaria. São dispensados os órgãos que não possuem recursos orçamentários de publicidade e os que não executam ações de mídia e/ou peças com tiragem superior a 150 mil unidades. Esclarecemos que todas as ações de divulgação da Capes se enquadram em divulgação de utilidade pública (Art. 3º, inciso II da Instrução Normativa nº 7 SECOM-PR de 19 de dezembro de 2014) e são feitas em peças abaixo de 20 mil unidades por meio de contrato de gráfica, feito por licitação pela Capes, ou por empresa de eventos, por meio de licitação via Ministério da Educação (MEC) que contempla as fundações e autarquias de sua estrutura.

Esclarecemos ainda que por ser um órgão subordinado ao MEC, as raras ações de publicidade relacionadas a programas da Capes são produzidas pelo próprio Ministério, que possui orçamento específico, uma coordenação de publicidade na estrutura da Assessoria de Comunicação Social e empresa licitada para prestação desse tipo de serviço.

ANEXO I – Macroprocessos finalísticos (DAV)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Entrada no SNPG	Avaliação de propostas de cursos novos: 1. Inserção das propostas na Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições proponentes; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica das propostas, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito das propostas, realizada pelas comissões de área; 4. Relatoria e homologação dos pareceres e das notas, realizadas pelo CTC-ES; 5. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 6. Inserção de pedidos de reconsideração na	1. Critérios para apresentação de propostas de cursos novos (APCN); 2. Resultados da avaliação de propostas de cursos novos após cada reunião do CTC-ES; 3. Fichas de avaliação que incluem as notas e pareceres para cada proposta analisada; 4. Relação dos cursos recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.	1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e de Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país 7. Sociedade	Diretoria de Avaliação (DAV)

	Plataforma Sucupira, a critério das instituições; 7. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada pelas comissões de área correspondentes; 8. Publicação dos resultados dos pedidos de reconsideração na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 9. Envio das listas de resultados e das fichas de recomendação ao Conselho Nacional de Educação - CNE para subsidiar os atos de reconhecimento das propostas de cursos novos recomendadas pela Capes. Análise de projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter e Dinter): 1. Inserção dos projetos na Plataforma Sucupira, realizada pelas	1. Resultados da avaliação dos projetos Minter/Dinter; 2. Fichas de avaliação com os pareceres para cada projeto analisado.	8. Diretoria de Programas e Bolsas no País 9. Instituições de Ensino e Pesquisa 10. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado nas modalidades Minter e Dinter 11. Sociedade	
--	--	---	---	--

	instituições proponentes; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito dos projetos, realizada pelas comissões de área; 4. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira; 5. Inserção na Plataforma Sucupira de pedidos de reconsideração, a critério das instituições; 6. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área; 7. Publicação dos resultados finais na Plataforma Sucupira.			
Permanência no SNPG	Avaliação e acompanhamento dos cursos em funcionamento Avaliação Periódica:	1. Documentos de área 2. Fichas de avaliação	1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Formação de Professores da	Diretoria de Avaliação (DAV)

	1. Inserção dos dados e informações no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições de ensino e de pesquisa que possuem Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela CAPES e em funcionamento; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Tratamento dos dados para conversão em relatórios e meios de divulgação de acordo com indicadores da avaliação (SDI e cadernos de indicadores), realizado pelas equipes de servidores da DAV; 3. Atualização dos documentos de área para o novo ciclo de avaliação e divulgação desses	3. Relatórios de Avaliação 4. Listas com a classificação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) 5. Planilhas de resultados da avaliação 6. Tabelas e gráficos da avaliação consolidados na forma de Painéis de Indicadores	Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país 7. Sociedade	
--	---	--	--	--

	documentos no Portal da CAPES, realizada pelas comissões de área com o suporte das equipes de servidores da DAV; 4. Atualização das listas de classificação da produção intelectual informada pelos PPGs e publicação dessas listas no Portal da CAPES, realizada pelas comissões de área, com apoio técnico da DAV; 5. Preparação da avaliação: a. Estabelecimento da logística, pelas equipes de servidores da DAV em parceria com a DGES; b. Seminários de preparação da avaliação organizados pela DAV; 6. Reuniões presenciais das comissões para avaliação dos PPGs, com o acompanhamento e suporte técnico-logístico da DAV e da DTI; a. Elaboração dos			
--	---	--	--	--

	relatórios de avaliação no âmbito das comissões de avaliação 7. Tratamento dos dados para emissão dos pareceres e das fichas de avaliação dos PPGs; 8. Publicação das notas e das fichas de avaliação na Plataforma Sucupira (todos os PPGs) e no Portal da CAPES (PPGs com nota igual ou superior a 3); 9. Inserção de pedidos de reconsideração das notas da avaliação na Plataforma Sucupira, a critério das instituições; 10. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área; 11. Análise dos pedidos de reconsideração e homologação dos resultados pelo CTC-ES; 12. Publicação dos resultados na Plataforma	1. Relatórios divulgados no Portal da CAPES; 2. Relatórios de visita elaborados pelos consultores e publicados na Plataforma Sucupira, acessíveis aos PPGs e pró-reitorias mediante login e senha.	1. Programas de pós-graduação em funcionamento no SNPG	
--	--	--	---	--

	Sucupira e no Portal da Capes. Acompanhamento: 1. Seminários de acompanhamento das áreas com os coordenadores de programas de pós-graduação, realizados pelos coordenadores de área com o apoio técnico-logístico da DAV; 2. Visitas de acompanhamento aos PPGs em funcionamento, realizadas por consultores designados pelas áreas, com apoio logístico da DAV.			
--	--	--	--	--

ANEXO II – Macroprocessos finalísticos (DED)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Indução de novas vagas de graduação e pós-graduação em atendimento às metas 12, 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação - PNE	Atividade contínua por meio da publicação de editais específicos.	Edital nº 75/2014 CAPES.	Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	CGPC/DED
Fomentar as Instituições de Ensino Superior (IES) Integrantes do Sistema UAB	Atividade contínua que abrange elaboração de planejamento orçamentário e financeiro em função das propostas de vagas aprovadas em editais, execução do repasse, pagamento das bolsas e acompanhamentos por meio de	Estabelecimento de descentralização ou convênio para liberação de recursos financeiros, e assegurar a execução de recursos em conformidade com os objetos acordados.	Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	CGFO/DED

	sistemas informatizados de gestão e visitas in loco a execução dos recursos financeiros repassados as IES.			
Monitoramento de Polos UAB	Atividade contínua que dá suporte à qualidade na avaliação da SERES/MEC e do INEP/MEC, inclusive no tocante às tecnologias utilizadas e prospecção de novas ferramentas tecnológicas.	Visitas de monitoramento de coleta de informações cadastrais básicas dos polos UAB, e fomento/indução no uso de novas tecnologias.	Governos estaduais e prefeituras municipais	CGIE/DED
Inovação na gestão de processos.	Atividade permanente de estudo e na implementação de indicadores e	Aplicação de indicadores tais como índice de evasão e eficiência dos	Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB	CGPC/CGIE/DED

	critérios de qualidade para a educação a distância realizada no âmbito dos cursos do Programa UAB	cursos e demais critérios que irão embasar a disponibilidade pela CAPES de bolsas e fomento		
--	---	---	--	--

Quadro de Macroprocessos da DED relativo ao item 3.6 do relatório de Gestão – 2016

*PNE **Meta 12** ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS, NO SEGMENTO PÚBLICO.. PNE. **Meta 13** ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR A PROPORÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO NO CONJUNTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 75%, SENDO, DO TOTAL, NO MÍNIMO, 35% DOUTORES.. **PNE Meta 14** ELEVAR GRADUALMENTE O NÚMERO DE MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO ANUAL DE 60 MIL MESTRES E 25 MIL DOUTORES. **PNE Meta 16** FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, E GARANTIR A TODOS(AS) OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO.

ANEXO III – Macroprocessos finalísticos (DPB)

No quadro abaixo estão detalhados os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
-----------------------	------------------	--------------------------------	--------------------------------	---------------------------------

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concessão de Bolsas de Estudo	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país e demais auxílios a elas vinculados, objetivando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas estratégicas e inovadoras para o país bem como o estímulo à pesquisa.	- Bolsa de formação e de pesquisa.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações.	CGSI e CGPE/DPB
Fomento à Pós-graduação	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos, à realização de eventos científicos, culturais e tecnológicos, à participação em eventos científicos, à edição de obras científicas e educacionais, à execução de projetos de cooperação entre grupos de pesquisa vinculados a diferentes instituições de ensino superior (IES) e	- Financiamento de projetos conjuntos de pesquisa; - Financiamento das atividades de pesquisa dos programas de pós-graduação; - Financiamento de projetos que visem a melhoria da infraestrutura das IES; - Apoio à realização de eventos científicos no país.	- Discentes, docentes, pesquisadores brasileiros; - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações; - Sociedades Científicas.	CGSI e CGPE/DPB

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	de pesquisa e demais atividades que contribuam para elevar a qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs).			
Acesso à Informação Científica e Tecnológica	Manutenção do Portal de Periódicos, o qual congrega as principais coleções de revistas científicas e bases de resumos, referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer às universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do país, a mais qualificada e atual informação científica e tecnológica, necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa no país.	- Informação científica e tecnológica atual, publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.	CGPP/DPB

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB

Coordenação Geral de Programas estratégicos – CGPE

Coordenação Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI

Coordenação Geral do Portal de Periódicos – CGPP

ANEXO IV – Macroprocessos finalísticos (DRI)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Planejamento de estratégias destinadas à indução da internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia	1. Definição dos objetivos e metas da DRI (conforme objetivos e metas mais amplos da Capes). 2. Identificação e sugestão de novos programas a serem financiados para fomentar a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia. 3. Identificação e sugestão de áreas e países estratégicos para fomento a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia. 4. Estabelecimento de normativas e padrões a serem seguidos no âmbito da DRI. 5. Planejamento orçamentário da DRI.	1. Elaboração de documentos de orientação, tais como diretrizes e regimento interno da DRI. 2. Manuais técnicos e manuais de orientação aos bolsistas. 3. Modelos de formulários de inscrição e questionários. 4. Modelos de acordos e editais. 5. Definição de áreas prioritárias à internacionalização da Educação, C&T. 6. Proposta de novos programas de internacionalização da Educação, C&T. 7. Proposta orçamentária da DRI. 8.	1. DRI 2. Capes 3. Ministério da Educação	DRI (todas as subunidades)
Relações Públicas Interinstitucionais e estabelecimento de parcerias destinadas à	1. Relacionamento com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas parceiras em ações ou cofinanciadoras das	1. Assinatura de Acordos de Cooperação Internacional e de Memorandos de Entendimento (MoU). 2. Relatórios de acompanhamento dos acordos assinados.	1. Governos, instituições e organismos internacionais estrangeiros.	CGPR/DRI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
indução da internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia	bolsas e auxílios destinados à internacionalização. 2. Negociação de instrumentos e padrões de cooperação internacional. 3. Acompanhamento dos acordos assinados.	3. Sugestão de programas a serem criados.	2. Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios e órgão governamentais que possuem programas de mobilidade acadêmica internacional. 3. Instituições de ensino superior no Brasil e no exterior.	
Operacionalização do Fomento à internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia	1. Criação de programas específicos de fomento à internacionalização da Educação, C&T. 2. Elaboração e divulgação de editais de seleção e chamadas públicas no âmbito da DRI. 3. Concessão e implementação de bolsas e auxílios de fomento à internacionalização (com beneficiários brasileiros ou estrangeiros que, residentes no exterior, venham estudar ou participar de eventos no	1. Criação de programas. 2. Lançamento de editais. 3. Seleção de beneficiários. 4. Emissão das cartas de concessão. 5. Implementação dos Benefícios. 6. Relatórios de execução orçamentária. 7. Ateste de faturas. 8. Pagamento dos benefícios selecionados. 9. Acompanhamento dos beneficiários das ações de fomento durante o período vigência da bolsa ou auxílio. 10. Levantamento de dados e análise documental para a prestação de contas técnica dos recursos repassados aos beneficiários. 11. Acompanhamento do cumprimento das	1. Estudantes, professores, pesquisadores, cientistas brasileiros e profissionais da Educação. 2. Instituições de ensino superior no Brasil e no exterior 3. Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios e órgão	CGPR e CGBP e CGMR/DRI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
	Brasil ou que, residentes no Brasil, se desloquem para estudo ou participação em eventos no exterior). 4. Gerenciamento da execução orçamentária da DRI. 5. Pagamento dos bolsistas e monitoramento dos beneficiários durante o período da bolsa. 6. Prestação de contas e acompanhamento dos egressos após o período da bolsa e até a finalização do período de interstício. 7. Gerenciamento de cadastro de instituições estrangeiras de ensino e pesquisa. 8. Gerenciamento das senhas do curso <i>My English Online</i>, que faz parte do programa Inglês sem Fronteiras, gerenciado pela Sesi/MEC.	contrapartidas previstas para a concessão dos benefícios (período de interstício, produtos gerados, etc). 12. Cadastramento e manutenção do cadastro de instituições estrangeiras de ensino e pesquisa. 13. Distribuição das senhas do <i>My English Online</i>.	governamentais que possuem programas de mobilidade acadêmica internacional operacionalizados pela DRI/Capes. 4. Governos, instituições e organismos internacionais estrangeiros parceiros.	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	487.151.893,40	385.718.464,04	Despesas Orçamentárias	5.579.616.626,37	7.693.788.079,65
Ordinárias	2.141.940,37	1.557.691,46	Ordinárias	224.530.453,85	1.297.159.674,32
Vinculadas	674.654.481,99	386.412.507,53	Vinculadas	5.355.086.172,52	6.396.628.405,33
Educação	4.926.646,34	1.367.127,80	Educação	3.442.234.415,30	4.901.791.045,50
Doações	575.221.575,00	296.808.205,72	Seguridade Social (Exceto RGPS)	17.608.177,05	153.927,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	94.506.260,65	88.237.174,01	Operação de Crédito		4.897.691,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-189.644.528,96	-2.251.734,95	Doações	369.063.763,80	301.319.420,49
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	77.180.671,29	78.208.128,77
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.448.999.145,08	1.110.258.192,35
Transferências Financeiras Recebidas	7.714.904.793,13	10.844.209.931,09	Transferências Financeiras Concedidas	2.734.978.595,26	4.268.212.505,70
Resultantes da Execução Orçamentária	6.803.143.865,49	10.700.169.323,12	Resultantes da Execução Orçamentária	1.918.453.104,10	4.143.230.856,85
Repasse Recebido	4.986.979.567,16	6.627.888.534,78	Repasse Concedido	102.288.805,83	70.950.068,51
Sub-repasse Recebido	1.816.164.298,33	4.072.280.788,34	Sub-repasse Concedido	1.816.164.298,27	4.072.280.788,34
Independentes da Execução Orçamentária	911.760.927,64	144.040.607,97	Independentes da Execução Orçamentária	816.525.491,16	124.981.648,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	910.703.476,94	142.453.371,57	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	809.955.163,59	122.056.829,59
Demais Transferências Recebidas	1.057.450,70	117.560,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.570.327,57	2.924.819,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.469.676,33	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	648.474.200,40	943.612.484,35	Despesas Extraorçamentárias	342.708.247,09	96.361.117,78
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.519.550,00	987.580,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	987.580,00	1.469.676,33
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	596.366.175,20	100.093.353,93	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	81.397.800,06	33.190.392,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	556.928,10	3.039.522,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	646.454,51	3.129.048,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	49.031.547,10	839.492.028,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	259.676.412,52	58.572.000,00
Passivos Transferidos	145.047,10		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	111.976,63	
Arrecadação de Outra Unidade		170.600,93	Valores em Trânsito		58.572.000,00
Valores em Trânsito	48.886.500,00		Ajuste Acumulado de Conversão	69.188.378,77	
Ajuste Acumulado de Conversão		23.831.829,22	Demais Pagamentos	190.376.057,12	
Demais Recebimentos		815.489.598,07			
Saldo do Exercício Anterior	307.323.107,42	192.143.931,07	Saldo para o Exercício Seguinte	500.550.525,63	307.323.107,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	307.323.107,42	192.143.931,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	500.550.525,63	307.323.107,42
TOTAL	9.157.853.994,35	12.365.684.810,55	TOTAL	9.157.853.994,35	12.365.684.810,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	76.254.645,00	76.254.645,00	487.151.893,40	410.897.248,40
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	17.115.130,00	17.115.130,00	26.827.765,41	9.712.635,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	17.115.130,00	17.115.130,00	26.827.765,41	9.712.635,41
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	4.047.074,00	4.047.074,00	5.460,18	-4.041.613,82
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.047.074,00	4.047.074,00	5.460,18	-4.041.613,82
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	386.776.450,00	386.776.450,00
Outras Receitas Correntes	55.092.441,00	55.092.441,00	73.542.217,81	18.449.776,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	272,07	272,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55.092.441,00	55.092.441,00	69.172.916,86	14.080.475,86
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	4.369.028,88	4.369.028,88
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
16/02/2017

PAGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	76.254.645,00	76.254.645,00	487.151.893,40	410.897.248,40
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	76.254.645,00	76.254.645,00	487.151.893,40	410.897.248,40
DÉFICIT			5.092.464.732,97	5.092.464.732,97
TOTAL	76.254.645,00	76.254.645,00	5.579.616.626,37	5.503.361.981,37
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	391.906.068,00	391.906.068,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	391.906.068,00	391.906.068,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.249.026.765,00	5.842.368.857,01	5.513.253.761,53	4.937.142.912,35	4.934.623.362,35	329.115.095,48
Pessoal e Encargos Sociais	79.864.837,00	84.573.265,00	81.903.783,22	81.903.783,22	81.903.783,22	2.669.481,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.169.161.928,00	5.757.795.592,01	5.431.349.978,31	4.855.239.129,13	4.852.719.579,13	326.445.613,70
DESPESAS DE CAPITAL	42.274.941,00	62.630.883,00	66.362.864,84	46.107.538,82	46.107.538,82	-3.731.981,84
Investimentos	42.274.941,00	62.630.883,00	66.362.864,84	46.107.538,82	46.107.538,82	-3.731.981,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	5.291.301.706,00	5.904.999.740,01	5.579.616.626,37	4.983.250.451,17	4.980.730.901,17	325.383.113,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 16/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.291.301.706,00	5.904.999.740,01	5.579.616.626,37	4.983.250.451,17	4.980.730.901,17	325.383.113,64
TOTAL	5.291.301.706,00	5.904.999.740,01	5.579.616.626,37	4.983.250.451,17	4.980.730.901,17	325.383.113,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.271.613,03	87.035.238,67	77.295.776,29	77.295.776,29	8.636.924,04	10.374.151,37
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.271.613,03	87.035.238,67	77.295.776,29	77.295.776,29	8.636.924,04	10.374.151,37
DESPESAS DE CAPITAL	6.824.033,72	3.921.304,99	4.102.023,77	4.102.023,77	4.844.201,98	1.799.112,96
Investimentos	6.824.033,72	3.921.304,99	4.102.023,77	4.102.023,77	4.844.201,98	1.799.112,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.095.646,75	90.956.543,66	81.397.800,06	81.397.800,06	13.481.126,02	12.173.264,33

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	987.580,00	987.580,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	987.580,00	987.580,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	987.580,00	987.580,00	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 16/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.484.025.119,64	1.265.889.837,54	PASSIVO CIRCULANTE	2.519.550,00	108.824.798,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.550.525,63	307.323.107,42	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	983.287.016,22	958.327.797,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	187.577,79	238.933,01	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	2.519.550,00	108.824.798,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE	110.345.375,78	66.301.626,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.596.505,75	7.554.490,07	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.554.490,07	7.554.490,07	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	7.554.490,07	7.554.490,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	42.015,68	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.519.550,00	108.824.798,36
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	63.175.946,00	37.685.554,68			
Bens Móveis	59.091.595,80	33.601.204,48			
Bens Móveis	76.033.902,97	46.013.008,46			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.942.307,17	-12.411.803,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	39.572.924,03	21.061.581,90			
Softwares	39.572.480,03	21.061.137,90			
Softwares	39.572.480,03	21.061.137,90			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	444,00	444,00			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 16/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	444,00	444,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.594.370.495,42	1.332.191.464,19	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.594.370.495,42	1.332.191.464,19

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	500.550.525,63	424.874.820,20	PASSIVO FINANCEIRO	611.058.989,53	225.013.799,04
ATIVO PERMANENTE	1.093.819.969,79	907.316.643,99	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	983.311.505,89	1.107.177.665,15

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	139.836.850,72	105.494.327,52	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.033.787.495,03	1.797.635.417,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	139.836.850,72	105.494.327,52	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.033.787.495,03	1.797.635.417,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	80.474.865,70	57.344.160,03	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	59.170.981,02	47.959.163,49	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	588.452.738,03	742.903.769,75
Direitos Contratuais a Executar	191.004,00	191.004,00	Obrigações Contratuais a Executar	2.445.334.757,00	1.054.731.647,88
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	139.836.850,72	105.494.327,52	TOTAL	3.033.787.495,03	1.797.635.417,63

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-52.606.411,69
Recursos Vinculados	-57.902.052,21
Educação	-233.375.620,51
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-50.494,85
Doações	0,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	217.591.512,84
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-42.067.449,75
TOTAL	-110.508.463,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.459.199.592,21	13.376.656.058,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.460,18	3.790.259,11
Venda de Mercadorias	16,00	3.788.457,43
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.444,18	1.801,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	183.793.057,49	1.707.374.598,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	116.095,98	6.961,28
Variações Monetárias e Cambiais	153.672.739,54	1.684.977.856,35
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	30.004.221,97	22.389.780,77
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	8.101.681.243,13	11.141.018.236,93
Transferências Intragovernamentais	7.714.904.793,13	10.844.209.931,19
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	386.776.450,00	296.808.305,74
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	98.084.298,74	453.390.956,50
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	98.084.298,74	453.390.956,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	75.635.532,67	71.082.007,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	75.635.532,67	71.082.007,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.005.534.782,48	12.935.957.685,61
Pessoal e Encargos	70.650.057,89	67.416.034,32
Remuneração a Pessoal	53.866.477,13	52.191.170,83
Encargos Patronais	12.995.376,96	11.677.815,01
Benefícios a Pessoal	3.788.203,80	3.075.241,34
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	471.807,14
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.213.151,69	17.503.149,33
Aposentadorias e Reformas	17.582.914,94	16.035.656,32
Pensões	1.616.729,72	1.467.493,01
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.507,03	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	558.049.889,40	875.369.525,07
Uso de Material de Consumo	422.504,28	345.420,52
Serviços	553.032.358,85	870.209.469,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.595.026,27	4.814.635,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	344.067.595,80	898.640.111,41
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	343.993.275,92	898.531.232,44
Descontos Financeiros Concedidos	74.319,88	108.878,97
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.735.658.459,24	4.273.296.284,74
Transferências Intragovernamentais	2.734.978.595,26	4.268.212.505,83
Transferências Intergovernamentais	245.212,95	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	434.651,03	5.083.778,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	59.096.804,76	183.684.072,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	0,03	174.582.978,80
Desincorporação de Ativos	59.096.804,73	9.101.093,85



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 16/02/2017	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	341.100,03	321.801,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	341.100,03	321.801,89
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.218.457.723,67	6.619.726.706,20
Premiações	330,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	4.216.756.361,63	6.617.755.989,67
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.701.032,04	1.970.716,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	453.664.809,73	440.698.373,30

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	242.258.828,96	134.742.673,78
INGRESSOS	8.251.645.161,73	12.072.459.945,55
Receitas Derivadas e Originárias	100.375.443,40	88.910.158,30
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	5.460,18	3.790.259,11
Remuneração das Disponibilidades	26.827.765,41	19.086.716,12
Outras Receitas Derivadas e Originárias	73.542.217,81	66.033.183,07
Transferências Correntes Recebidas	386.776.450,00	296.808.305,74
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	386.776.450,00	296.808.305,74
Outros Ingressos das Operações	7.764.493.268,33	11.686.741.481,51
Ingressos Extraorçamentários	556.928,10	3.039.522,20
Passivos Transferidos	145.047,10	-
Transferências Financeiras Recebidas	7.714.904.793,13	10.844.209.931,09
Arrecadação de Outra Unidade	-	170.600,93
Valores em Trânsito	48.886.500,00	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	23.831.829,22
Demais Recebimentos	-	815.489.598,07
DESEMBOLSOS	-8.009.386.332,77	-11.937.717.271,77
Pessoal e Demais Despesas	-4.848.906.838,54	-7.562.294.865,09
Legislativo	-1.120,38	-144.226,75
Judiciário	-	-383.600,00
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.775.444,12	-1.713.868,22
Defesa Nacional	-600.000,00	-600.000,00
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-19.199.644,66	-17.503.149,33
Saúde	-1.124.203,80	-1.317.559,54
Trabalho	-	-
Educação	-4.800.375.208,21	-7.532.609.637,88
Cultura	-	-88.717,50
Direitos da Cidadania	-999.900,00	-999.900,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-4.410.009,53	-2.285.271,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
Ciência e Tecnologia	-15.701.596,59	-2.807.144,01
Agricultura	-4.719.711,25	-1.599.186,27
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-84.324,39
Comércio e Serviços	-	-158.279,44
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-165.178.031,94	-45.508.852,37
Intergovernamentais	-140.130.075,14	-32.392.176,14
A Estados e/ou Distrito Federal	-140.040.975,14	-32.392.176,14
A Municípios	-89.100,00	-
Intragovernamentais	-13.472.956,80	-12.644.176,23
Outras Transferências Concedidas	-11.575.000,00	-472.500,00
Outros Desembolsos das Operações	-2.995.301.462,29	-4.329.913.554,31
Dispêndios Extraorçamentários	-646.454,51	-3.129.048,61
Transferências Financeiras Concedidas	-2.734.978.595,26	-4.268.212.505,70
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-111.976,63	-
Valores em Trânsito	-	-58.572.000,00
Ajuste Acumulado de Conversão	-69.188.378,77	-
Demais Pagamentos	-190.376.057,12	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-49.031.410,75	-19.563.497,43
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-49.031.410,75	-19.563.497,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.201.536,66	-5.096.645,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-45.829.874,09	-14.466.851,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 16/02/2017	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	193.227.418,21	115.179.176,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	307.323.107,42	192.143.931,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	500.550.525,63	307.323.107,42

**CAPES****PDE**

aprovados; bem como critérios e parâmetros específicos da área ou campo do conhecimento a que se vinculem e legislação aplicável à transferência de recursos da União mediante convênios e outros instrumentos de apoio à educação e pesquisa instituída pela Portaria CAPES nº 147, de 11 de Outubro de 2012 e alterada pelas Portarias CAPES nº 035, de 18 de março de 2013; nº 130, de 10.09.2013 e nº 100, de 09 de julho de 2014.

Art. 2º Revogar a Portaria CAPES nº 147, de 11 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

Portaria Nº 20, de 16 de Março de 2015.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012 e nos termos do artigo 143 da Lei nº 8112, de 11/12/1990, resolve:

Art. 1º Instituir o Código de Ética da Auditoria Interna na CAPES, conforme o anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

Anexo da Portaria Nº 20, de 16 de Março de 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA
Auditoria Interna da CAPES

1. Introdução

De acordo com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), Auditoria Interna é *“uma atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.*



CAPES



PDE



Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança”.

O desenvolvimento das atividades supracitadas está integralmente associado à confiança depositada pela Alta Administração na unidade de auditoria interna da Instituição.

Faz-se necessário, portanto, a edição do presente código de ética, de modo a orientar as condutas dos servidores da Auditoria Interna da CAPES quando da realização de suas tarefas, sempre tendo em vista a orientação aos gestores que enseje a plena realização dos objetivos institucionais, com máxima eficácia e eficiência, economicidade, correta aplicação dos recursos, defesa do patrimônio e interesse públicos.

2. Disposições Preliminares

O presente Código de Ética rege-se de acordo com as disposições estabelecidas pelo Decreto nº 1171, de 1994, que aprova o Código de Ética de Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, sem prejuízo da observância das decisões exaradas pelo E. Tribunal de Contas da União, em especial a Decisão nº 507/2001 – Plenário, que versa acerca das normas nacionais e internacionais de auditoria interna, e o Acórdão nº 415/2009 – 2ª Câmara, que dispõe sobre os termos de objetividade e confidencialidade aos quais se sujeitam os servidores da unidade de auditoria interna.

3. Princípios Éticos

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) elenca os seguintes princípios éticos norteadores das atividades dos auditores internos:

- Integridade

A integridade do auditor interno dá credibilidade aos seus trabalhos, conferindo, ainda, confiabilidade aos seus julgamentos.

O auditor interno deve ser diligente e agir com honestidade, imparcialidade e discrição. Deve observar a legalidade e a moralidade.

- Objetividade

As atividades do auditor interno devem ser realizadas baseadas em critérios objetivos. O planejamento, a coleta de informações, o exame dos processos/procedimentos e a comunicação com as áreas auditadas serão objetivos, agindo o auditor com independência, resultando em julgamentos objetivos, sem quaisquer influências de caráter pessoal/subjetivo ou de outrem.



A objetividade deve estabelecer critérios e procedimentos imparciais para a análise e para a tomada de decisões do auditor interno.

- Confidencialidade

O sigilo em relação às informações obtidas em decorrência das atividades de auditoria interna é fundamental para a construção de uma relação sólida e colaborativa entre o auditor e a Instituição, constituindo-se, inclusive, em princípio estruturante para a aplicação dos demais princípios.

Não há como se obter resultado satisfatório sem a total e irrestrita observância do princípio da confidencialidade, por parte do auditor interno, no desenrolar de suas atividades.

Vale frisar que a confidencialidade não deve ser utilizada para permitir que situações ilegais, indevidas ou impróprias se perdurem ou que as mesmas não sejam relatadas à Alta Administração quando verificadas pelo auditor interno. Os gestores não podem servir-se da confidencialidade para acobertar práticas incorretas e ilegais.

O auditor interno deve ter em mente que da confidencialidade surge a confiança entre auditor e auditado, mas que o princípio não poderá em nenhuma circunstância ser utilizado para o acobertamento de fatos relevantes.

Daí a validade e necessidade da conduta objetiva e imparcial do auditor interno.

- Competência

Os trabalhos do auditor interno serão desenvolvidos em total consonância com as normas para a prática profissional da auditoria interna, notadamente as normas expedidas pelo "The Institute of Internal Auditors", pela Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

Os servidores da Auditoria Interna da CAPES buscarão sempre se qualificar e se capacitar, com o objetivo de que seus trabalhos apresentem excelência técnica, contribuindo para o aprimoramento e o alcance dos objetivos estratégicos da CAPES.

Além dos princípios acima expostos, os servidores da Auditoria Interna da CAPES atuarão sempre conforme os princípios estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de quaisquer outros princípios que permitam o aprimoramento técnico, o incremento da eficácia, eficiência e economicidade.



Art. 3º Convalidar as atividades desenvolvidas pela Comissão no período de maio a setembro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÍVIO AMARAL
Presidente Substituto

Portaria Nº 63, de 12 de Maio de 2015.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica vedada a participação de servidores lotados na auditoria da CAPES em atividades características de gestão, de modo que a independência dos trabalhos de auditoria não seja comprometida.

Art. 2º Não será permitida a participação da Auditoria Interna em comissões da CAPES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÍVIO AMARAL
Presidente Substituto

Portaria Nº 64, de 11 de Maio de 2015.

Publicada no DOU de 14/05/15 – seção 2 – pág. 17

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, e pela Portaria MEC nº 1.508, de 16/06/2003, resolve:

Designar, **MAGDA MARIA AUGUSTO**, SIAPE 45809, para exercer o encargo de substituta eventual do cargo de Coordenador-Geral, DAS 101.4, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, da Diretoria de Gestão.

LÍVIO AMARAL
Presidente Substituto

Boletim de Serviço

Dezembro - 2014

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**Presidência da CAPES****Conselho Superior da CAPES****Resolução Nº 04, de 11 de Dezembro de 2014.**

O Conselho Superior da CAPES, no uso de suas atribuições estatutárias, conferidas pelo art. 12, do Decreto 7.692, de 02 de março de 2012, em sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014, e considerando:

- que o Conselho Superior, nos termos do *caput* do art. 12, do Decreto 7.692/2012, possui natureza deliberativa, e não executiva;
- a ocorrência de somente duas reuniões ordinárias anuais do Conselho Superior, de acordo com o estabelecido pelo art. 7º, do Decreto 7.692/2012;
- que compete ao Presidente da CAPES, conforme dispõe a alínea 'a' do inciso I, do art. 6º, do Decreto 7.692/2012, a presidência do referido Conselho,

Resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Presidente da CAPES, na condição de Presidente do Conselho Superior, para que, sem prejuízo do disposto no inciso VIII do art. 12, do Decreto 7.692/2012, delibere acerca de questões apresentadas pela Auditoria Interna da CAPES que versem sobre as atividades rotineiras e executivas deste órgão seccional.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Presidente do Conselho Superior

Resolução Nº 05, de 11 de Dezembro de 2014.

O Conselho Superior da CAPES, no uso de suas atribuições estatutárias, conferidas pelo art. 12, do Decreto 7.692, de 02 de março de 2012, em sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014, e considerando:

- a proposta acordada entre a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG e o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP), e apresentada pela Diretoria da CAPES,

Resolve:

Art. 1º A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) passará a ser realizada abrangendo o período avaliativo de quatro anos.

12 Parecer da Unidade de Auditoria Interna

À Auditoria Interna da Capes compete, nos termos do inciso IV do art. 8º, do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, que aprova o Estatuto desta Instituição, ***“examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais”*** (grifo nosso).

Ressaltamos que o art. 6º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, determina que o ***“Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal prestará orientação aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas, conforme disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal”*** (grifo nosso).

Como se depreende da leitura dos comandos normativos acima citados cabe à unidade de auditoria interna, parte integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, emitir parecer acerca da prestação de contas anual.

Os controles internos desta Instituição são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades que venham a ser observadas quando da execução das suas ações. Cabe frisar que a CGU-PR avaliou que “embora a CAPES não disponha de avaliação de riscos, é importante destacar que eles existem, mesmo que não estejam mapeados, o que possibilita a existência de procedimentos de controle aptos a serem aplicados caso esses riscos ocorram”. Citamos, ainda, que, por meio da Portaria CAPES nº 139, de 13 de novembro de 2015, foi instituído o Grupo de Trabalho de Análise de Riscos de Programas, que apresentou relatório propondo uma sistemática de avaliação de riscos aplicáveis aos programas desta Fundação.

Em relação à avaliação dos controles internos relacionados à elaboração de relatórios financeiros e contábeis, informamos que a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/DGES/CAPES observa integralmente as disposições normativas que tratam da elaboração dos relatórios financeiros e contábeis desta Instituição, apresentados ao longo do Relatório de Gestão 2016.

As rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações da unidade de auditoria interna seguem os seguintes procedimentos: os relatórios finais são

encaminhados às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, com as recomendações às quais a Auditoria Interna considera pertinentes, que, se adotadas, poderão fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias.

As áreas auditadas, após o prazo de 30 dias, a contar do recebimento do relatório final, são instadas pela Auditoria Interna a se manifestarem quanto às recomendações, de modo a informarem a implementação dessas. Ao Gabinete da Presidência da CAPES também é encaminhado o expediente remetido a área auditada quanto ao atendimento às recomendações dos referidos relatórios.

Não havendo a implementação da recomendação da Auditoria Interna, esta unidade solicitará reunião com a área auditada e com representante do Gabinete da Presidência.

Caso a não implementação de uma recomendação apresente riscos elevados para a área auditada, a Auditoria Interna da CAPES solicitará reunião junto ao Conselho Superior para que tal fato seja apresentado e discutido.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna ocorre a partir da constatação da implementação das recomendações, momento em que esta unidade de auditoria interna acompanha os resultados alcançados pela área auditada, verificando o ganho obtido no que concerne aos aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, produtividade e legalidade, dentre outros.

No que diz respeito à execução do plano anual de auditoria para o exercício de 2016, informamos, primeiramente, as ações dispostas no referido plano:

- **A005** - Efetuar auditoria na execução do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, da Diretoria de Educação à Distância - DED;

- **A006** - Auditoria em dispensas e inexigibilidades de licitações realizadas no ano de 2016;

- **A008** - Testar a consistência dos atos de pagamento de pessoal e reenquadramento por promoção, além dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal, no âmbito da Diretoria de Gestão - DGES;

- **A010** – Avaliar a execução do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, da Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB;

- **A011** – Auditoria em contratos administrativos para prestação de serviços terceirizados, da Diretoria de Gestão; e

- **A012** – Avaliar a metodologia de planejamento, realização e execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações sob responsabilidade da CAPES.

As atividades A005, A008, e A012 foram concluídas, com o encaminhamento dos respectivos relatórios finais às áreas auditadas.

Na data de 23 de dezembro de 2016, o relatório preliminar da atividade foi encaminhado à Diretoria de Programas e Bolsas no País. Contudo, ainda não obtivemos a manifestação dos gestores acerca das constatações apontadas no relatório em questão, em que pese várias reiterações nesse sentido.

O relatório preliminar da atividade A006 foi encaminhado às Diretorias de Gestão e de Tecnologia da Informação em 14 de março de 2017 e esta unidade de auditoria interna aguarda as manifestações quanto aos termos do referido relatório preliminar. O atraso na realização de atividade decorreu da grande quantidade de informações analisadas por esta Auditoria Interna, contidas nos processos auditados de dispensa e inexigibilidade de licitações.

Em 28 de março de 2017, o relatório preliminar da atividade A011 foi encaminhado à área auditada. A Auditoria Interna espera a retorno da Diretoria de Gestão quanto aos pontos tratados no relatório preliminar em tela. Registramos que a atividade apresentou atraso pela necessidade apresentada pela área auditada em relação às renovações/repactuações dos contratos, o que ocasionou a devolução dos processos para tais procedimentos.

As atividades contidas no PAINT 2016 são consideradas igualmente relevantes. As recomendações exaradas pela Auditoria Interna foram integralmente atendidas ou encontram-se em processo de atendimento pelas áreas auditadas.

As ações de auditoria realizadas em 2016 trataram de questões relevantes, inseridas nas ações e programas sob responsabilidade desta Fundação.

Das constatações advindas das atividades supracitadas, a unidade de auditoria interna verificou que os controles internos da Instituição funcionam a contento. Foi observado, ainda, nível satisfatório de aderência às normas correlatas a cada ação auditada.

O atendimento às recomendações demonstra que as áreas auditadas concordaram com os apontamentos realizados pela Auditoria Interna, possibilitando, desta forma, incremento da eficácia, eficiência, produtividade e economicidade, contribuindo para o aprimoramento e fortalecimento dos controles internos da CAPES.



CAPES

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Coordenação Executiva dos Órgãos Colegiados

Conselho Superior

73ª Reunião Ordinária

ATA de Aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2016.

No vigésimo oitavo dia do mês de março de ano de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 12º andar do edifício sede da CAPES, localizado no Setor Bancário Norte, Quadra A , Bloco L, em Brasília, Distrito Federal, foi realizada a segunda Reunião Ordinária do Conselho Superior da CAPES sob a presidência do Presidente Abílio Afonso Baeta Neves, sendo a primeira do dois mil e dezessete. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares ou seus suplentes legais: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (SESu/MEC); Marcelo Marques Morales (CNPq); Calina Hagge (SEB/MEC); Secretária Lilian Cristina Nascimento Pinho (MRE); Angela Maria Paiva Cruz (ANDIFES); Joviles Vitório Trevisol (FOPROP); Hercília Melo (ANPG); Sérgio Luis Costa Ferreira (UFBA); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (UFRJ); Ildeu de Castro Moreira (UFRJ); João Fernando Gomes de Oliveira (USP); Helena Bonciani Nader (UNIFESP); Ricardo Menna Barreto Felizzola (FIERGS); Gianna Cardoso Sagazio (CNI); Sylvio Roberto Accyoly Canuto (USP) e Luiz Fernando Dourado (UFG); Participantes da CAPES : Anderson Lozi – Diretor de Gestão; Geraldo Nunes – Diretor de Programas e Bolsas; Rita Barata – Diretora de Avaliação; Carlos Lenuzza – Diretor de Educação à Distância ; Concepta Margaret McManus Pimentel – Diretora de Relações Internacionais; Sandro de Oliveira Araújo – Diretor de Tecnologia da Informação; Marcelo Câmara dos Santos – Diretor de Formação de Professores de Educação Básica; Rafaela Mateus Duarte e Bruno Roberto Cunha - Procuradores Federais ; Marcos Mendonça da Silva – Auditor Chefe; Coordenadores, Assessores e servidores da CAPES. O Presidente abriu a reunião dando boas vindas aos Conselheiros e Conselheiras e demais participantes e, em seguida, deu início à discussão dos assuntos da pauta, da qual o primeiro tópico era a Prestação de Contas do ano

de dois mil e dezesseis. Após a apresentação e devidos esclarecimentos, o Colegiado, por unanimidade, pronunciou-se pela APROVAÇÃO das contas da Fundação CAPES, referentes ao ano de dois mil e dezesseis. Para constar, eu, Dárson Astorga De La Torre, lavrei os termos da presente ata, que, se lida e achada de acordo, será assinada por mim, pelo Diretor de Gestão e pelo Presidente da CAPES. Brasília, em 28 de março de 2017.



ABÍLIO AFONSO BAETA NEVES

Presidente da CAPES



Anderson Lozi da Rocha

Diretor de Gestão



Dárson Astorga De La Torre

Coordenador da SECOL/GAB/CAPES

14 Relatório de instância ou área de correção

No exercício de 2016, foi instaurada pelo Senhor Presidente da Capes a Comissão de Sindicância Acusatória, por meio da Portaria nº 202, de 14 de novembro de 2016, para apuração das irregularidades descritas no processo nº 23038.007563/2016-72.

A Comissão Sindicante ora tratada foi reconduzida em duas ocasiões, por meio da publicação das Portarias nº 8, de 17 de janeiro de 2017; e nº 41, de 21 de fevereiro de 2017.

Cabe ressaltar que a Comissão Sindicante é composta por dois servidores do quadro de pessoal do Ministério da Educação - MEC.

Registramos que todos os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Capes estão devidamente registrados no sistema CGU-PAD, em estrita observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Por fim, informamos que a Capes não possui em sua estrutura área de correção própria.

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 30 de Março de 2017.



Adriano Mendes de Almeida
CPF: 702.810.681-00
Coordenador Geral de Gestão de Pessoas – CGGP
CAPES

**Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR
pelos servidores**

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores **da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 30 de Março de 2017.



Adriano Mendes de Almeida
CPF: 702.810.681-00
Coordenador Geral de Gestão de Pessoas – CGGP
CAPES

DECLARAÇÃO

Eu, Weder Matias Vieira, CPF º 577.367.151-49, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG, exercido na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de março de 2017.



WEDER MATIAS VIEIRA
577.367.151-49
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
CAPES/DGES/CGLOG

DECLARAÇÃO

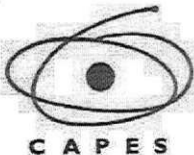
Eu, **Lucy Anne Vieira de Oliveira**, CPF nº **248.987.911-15**, **Coordenadora-Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade**, exercido na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2017.



LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA
248.987.911-15

Coordenadora Geral de Execução Financeira,
Orçamentária e de Contabilidade – CGOF/CAPES



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO PLENA**

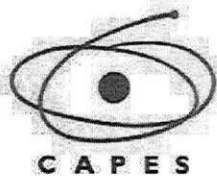
**FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativas ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2017.


Tiago Schlickmann
CRC nº SC-030103/0-6 T-DF



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

CONFORMIDADE CONTÁBIL – EXERCÍCIO 2016

FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

ÓRGÃO: 26291

CÓDIGO DA UG: 154003, 154004 e 155697

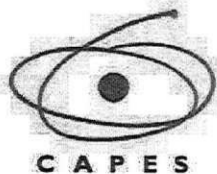
A responsabilidade pelo Registro de Conformidade Contábil é do Coordenador de Contabilidade desta Entidade.

Em cumprimento aos procedimentos dispostos na Macrofunção 020315 – CONFORMIDADE CONTÁBIL, esta Entidade efetuou os registros mensais — entre Janeiro a Dezembro de 2016 — e analisou as inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis, efetuando as devidas regularizações.

A fim de efetuar o Registro da Conformidade Contábil, esta Entidade consultou e analisou as seguintes transações no SIAFI: >CONDESAUD, >BALANCETE, >DEMONSTRATIVOS.

Segue demonstrativo dos registros com restrições ocorridas durante o exercício:

Restrição		
Ocorrências	Título	
5	707	SALDO INVERTIDO – CLASSE 8
2	772	DEMAIS INCOERÊNCIAS – DDR
2	713	SALDOS ALONG./INDEV. CONTAS TRANS. DE RECEITAS
2	315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO
1	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES
1	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE
13	6	



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

Foram 13 registros de restrição contábil do universo de 3 Unidades Gestoras que compõem o órgão.

Através de consultas e solicitações junto ao órgão Superior e este à STN, todas as ocorrências foram regularizadas tempestivamente no exercício de 2016.

Tiago Schlickmann
Tiago Schlickmann
CRC nº SC-030103/0-6 T-DF

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2017.